



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, atendendo ao disposto no art. 110, § 2º do Provimento Geral da Corregedoria, ABRI este 7º volume.

Brasília/DF, 08 / // / 2005.


Diretora de Secretaria

6
P 1 1400
1500
Q

Todas estas feições geomorfológicas têm sua gênese relacionada com a ação conjugada de processos morfoclimáticos e tectônicos de abrangência regional, cujos estudos mais recentes estabelecem uma hipótese através da qual o intemperismo químico é considerado um dos mais importantes agentes moduladores.

Todas as áreas de Chapadas apresentam padrão de relevo plano a suavemente ondulado e são controladas pela presença de tipos petrográficos atribuídos às unidades R3 (predominante nas áreas de influência direta dos condomínios estudados) e Q3 do Grupo Paranoá. Os Vales dissecados são condicionados por rochas dominanteriormente pelíticas e os Vales dissecados são condicionados por unidades muito impermeáveis, com pequena capacidade de infiltração e maior potencial erosivo, representado por rochas dos Grupos Canastra, Araxá e Unidade Psamo-Pelítico Carbonatada do Grupo Paranoá. Os rebolbos são controlados pela região de transição ou contato brusco entre litologias com alto contraste de erodibilidade.

Aspectos locais

Segundo Novais (1986) a área de estudo encontra-se quase que totalmente inseridas no compartimento geomorfológico de Regiões de Chapada e pequena porção relacionada à Região dissecada de vale. Mais precisamente estas unidades podem ser atribuídas a Chapada da Contagem (A₂) e do Alto Curso do rio São Bartolomeu (C₉), respectivamente. Segundo Martins (1998) e Martins & Baptista (1998), a área de influência direta e indireta dos Condomínios estudados encontram-se inserido na unidade de Chapadas Elevadas (relacionado a regiões de Chapada) e na unidade de Planaltos Intermediários (relacionadas à área de dissecação intermediária).

A região de Chapada, dominante na área de estudo, apresenta uma declividade relativamente baixa não ultrapassando 10%. Essa macro unidade é sustentada na maioria dos locais por camadas de quartzitos da unidade MN_{Ppq3} e MN_{Ppr3}. Está recoberta, em quase sua totalidade, por solos bem desenvolvidos relacionados a latossolos espessos do

3^o l 140L
1501
8

tipo LV (Latossolo Vermelho Amarelo) e LE (Latossolo Vermelho escuro), que localmente mostram concreções lateríticas.

Topograficamente a área de estudo situa-se sobre uma superfície plana, relacionada às regiões de chapada (Figura 01), com declividades inferiores a 10 %. A altitude varia de 1095m a 1115m. A partir do limite norte/nordeste da poligonal do condomínio, cerca de 50m, as águas drenam para o Ribeirão Sobradinho que desemboca no Rio São Bartolomeu. Portanto a área estudada insere-se próximo ao limite leste do divisor de águas da bacia do rio São Bartolomeu.

A área de Dissecção de Vale ocorre próxima ao limite norte/nordeste/Noroeste do Condomínio, próximo a cabeceira do córrego Capão Grande. O substrato rochoso dominante nesta região relaciona-se ao metarrítmito da unidade R4. Os solos encontrados são, em sua maioria, cambissolos e solos hidromórficos. O relevo apresenta-se como inclinado a plano ondulado com declividades que ultrapassam 50%.



Figura 01- aspecto geral da geomorfologia da área do Condomínio.

As características geomorfológicas encontradas na área da poligonal do Condomínio estudado, tais como, relevo plano, declividade baixa, desenvolvimento de solos bem drenados (LV e LE), que ocorrem em quase toda a poligonal do parcelamento, são favoráveis à ocupação urbana. Contudo, a porção do limite norte/nordeste da gleba do

130
1402
1505
Q

parcelamento apresenta algumas restrições a ocupação, em virtude de estarem próximas a área de dissecação intermediária do alto curso do rio São Bartolomeu, onde a declividade muda abruptamente passando de 5% para cerca de 60% (Figura 02). Estas constatações estão fundamentadas não só no aspecto geomorfológico (declividades elevadas), como também as características geotécnicas do solo (cambissolos) existente nesta porção. Sendo assim, cuidados específicos, os quais serão descritos no capítulo Medidas Mitigadoras, deverão ser tomados, principalmente com os loteamentos já construídos próximos a este limite.

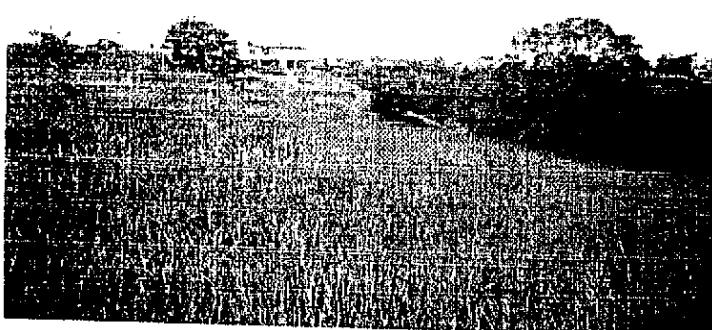


Figura 02 - Geomorfologia do limite norte/nordeste do Condomínio.

Estruturalmente os quartzitos mostram-se extremante foliados e fraturados. As foliações apresentam atitude, em geral N/S com forte mergulho para leste, gerando porosidade secundária da ordem de 2,5 %. Essa estrutura oblitera as feições primárias da rocha formada antes da Orogênese Brasiliana. As fraturas, em geral sub vertical, não possuem padrões bem definidos, mas localmente observa-se fraturamentos em V, representando um importante indicador cinemático de zona de cisalhamento. Estas fraturas, em sua maioria, são espaçadas, sendo algumas preenchidas, principalmente, por veios de quartzo remobilizados, que quando não paralelos, secionam a foliação principal. Essas características estruturais, associadas ao alto grau de fraturamento e foliação, em geral

1403
1503

subvertical, diminuem o escoamento de águas pluviais e facilitam a infiltração, recarga e armazenamento de aquíferos. Esse tipo de situação é mais favorável nas porções mais planas da poligonal do condomínio.

5- Solos

O solo corresponde ao elemento físico do ambiente natural resultante de um conjunto de fatores que interagem de forma dinâmica no tempo, compreendendo a geologia (litologia e estrutura), o relevo, o clima, tempo e, em determinado momento holocênico, a ação antrópica. Desta forma, são comuns associações típicas em regiões restritas, como é o caso do Distrito Federal, onde a variação de um ou mais daqueles fatores implica na variação do solo.

Na elaboração deste estudo, foram consideradas as informações bibliográficas existentes sobre as condições gerais da área quanto ao clima, relevo, geologia, geomorfologia e vegetação. Para a definição e descrição das classes de solos foram observados os critérios e análises físico-químicas constantes no levantamento dos solos do Distrito Federal (EMBRAPA). Para a caracterização geotécnica foi adotada a Classificação Universal de Casa Grande, baseada principalmente nos parâmetros granulométricos.

Foram avaliadas, em trabalhos de campo, questões relacionadas à composição, cor, textura e relevo. A base cartográfica utilizada nestas interpretações foram os mapas planimétricos.

Na delimitação das unidades para o mapeamento em escala 1/10000 da área de influência direta e indireta foram avaliadas, em trabalhos de campo, questões relacionadas principalmente a composição, coloração, granulação, umidade e relevo. A base cartográfica utilizada nestas interpretações baseou-se em mosaico de fotografias aéreas geoprocessadas na escala de 1/20000 e mapa planimétrico. Os resultados obtidos estão apresentados no mapa de solos (**Figura 03, anexo**)

Na área de influência direta do parcelamento urbano RK, principalmente em função das condições de relevo plano a suavemente ondulado, com declividades inferiores a 5%, os processos pedogênicos foram mais intensos, o que acarretou a formação de solos bem

130
1404
1504
6



desenvolvidos representados pelos latossolos LE (Latossolo Vermelho-escuro) em quase sua totalidade e LV (Latossolo Vermelho-amarelo). Estes solos são importantes como zona vadosa para recarga natural de aquíferos, como mostra os dados dos ensaios de infiltração, em anexo, e correspondem a aproximadamente 94% da área de influência direta do parcelamento. Na área de influência indireta do Condomínio, principalmente em seu limite norte, onde o relevo torna-se mais inclinado com declividades superiores a 50%, o solo apresenta maiores variedades de classes, sendo cada uma desenvolvida, principalmente, em função do relevo. Nesta área foram identificadas as seguintes classes de solo: latossolo vermelho-escuro, cambissolo, e solos hidromórficos próximo ao córrego Capão Grande.

Tipologicamente estes solos podem ser descritos da seguinte forma:

Latossolo Vermelho-escuro (LE) –Este solo abrange cerca de 80% da área de influência direta do Condomínio (figura 04) e a leste da sua área de influência indireta. Nos extremos norte e nordeste, próximos ao limite da poligonal do condomínio, estes solos transicionam para um cambissolo rico em fase pedregosa e cascalhenta denominado de Cambissolo. Sua gênese é resultante de processos pedogenéticos desenvolvidos a partir do metarrítmito arenoso (MNPpr3) e do quartzito (MNpQ3), que compõem o substrato rochoso desta região.

131
1405
1865
C

Geo
Logica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

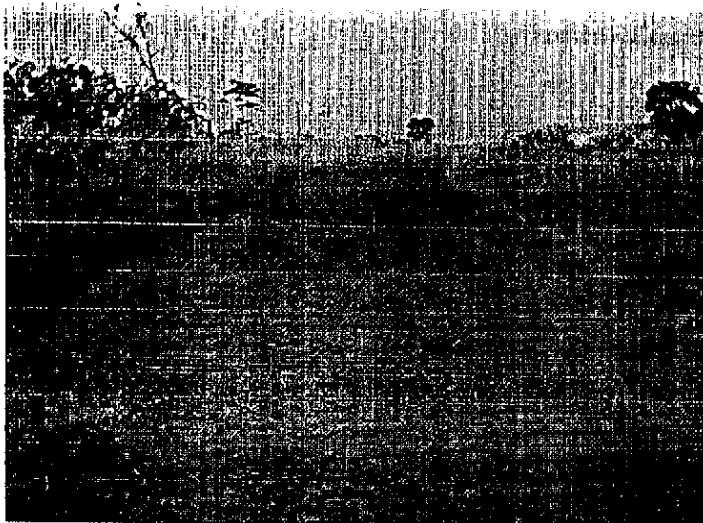


Figura 04 – Exposição de latossolo vermelho escuro na área do Condomínio.

Esta classe comprehende solos minerais, residuais, não hidromórficos, altamente intemperizados, que se caracterizam por possuírem horizonte B latossólico (Bw) de cor avermelhada nos matizes 10R a 3,5 YR, com teores de Fe₂O₃ entre 8 e 18%, quando argilosos ou muito argilosos, e normalmente inferiores a 8% quando de textura média, e com atração magnética fraca ou nula (EMBRAPA, 1999).

1406
1506
P



Figuras 05 e 06 - Fotos representativas do latossolo vermelho escuro (LE) representativo da gleba do parcelamento

Os solos desta classe se desenvolvem em regiões planas a suavemente onduladas. Apresentam seqüência de horizonte do tipo A, Bw, C com reduzido incremento de argila em profundidade.

3
1407
67
q

Localmente, principalmente onde o relevo se torna mais aplinado, como ocorre na porção central do condomínio, desenvolve-se crostas lateríticas formadas por concreções ferruginosas ocasionadas pelo enriquecimento residual de ferro (figura 07).

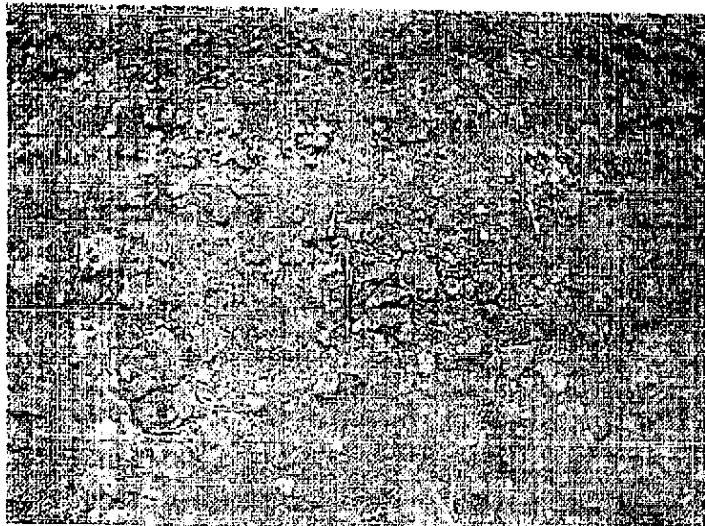


Figura 07- Crosta laterítica desenvolvida em latossolo vermelho escuro.

A associação mineralógica é representada principalmente por argilominerais do tipo I.I (caulinitas e micas), hematita (óxido de Ferro), gibbsita (hidróxido de alumínio), goetita (hidróxido de ferro III), e quartzo. Estes minerais conferem ao solo variação granulométrica representada por grãos maiores relacionados aos óxidos de ferro formados pela translocação e acúmulo deste elemento. Esta característica proporciona aumento na permeabilidade e consequentemente, aumento na recarga de aquíferos locais e regionais.

Localmente este solo apresenta concentração de fragmentos lateríticos dispersos em matriz areno-argilosa, às vezes formando camadas ou crostas lateríticas mais resistentes, cimentadas por óxidos de ferro, de coloração avermelhada, com espessura variando de centímetros a metros. Estas concentrações originam as chamadas cacalheiras, que quando exploradas de maneira irregular e mal planejada, provocam a degradação do ambiente e consequente ocorrência de processos erosivos.

31 1408
1508
P

Latossolo Vermelho-amarelo (LV) – ocorre nas áreas de influência direta (14%) e indireta do condomínio a aproximadamente 1 Km do limite sul da gleba do parcelamento em estudo. Trata-se de solos minerais não hidromórficos, caracterizados por possuírem horizonte B latossólico, sem atração magnética, com teores de Fe₂O₃ relativamente baixos. Apresentam pequena variação no teor de argila e horizontes A, B e C pouco diferenciados e bem desenvolvidos.

Compreende solos com horizonte A fraco a moderado e B latossólico. São solos de perfis profundos, residuais, fertilidade natural baixa e saturação por base baixa a muito baixa. Distingue-se do latossolo vermelho escuro (LE) por apresentar menor teor de hematita, resultando em cromas com cores mais amareladas e ocre nos matizes 5YR a 2,5 YR.

Do ponto de vista físico, a característica de destaque é a porosidade, proporcionada pelo alto grau de floculação das partículas de argila promovido pelo elevado teor de óxidos de ferro e alumínio presentes. A floculação faz com que as partículas muito finas se aglomerem formando grânulos que se assemelham a grãos de areia fazendo com que estes solos apresentem uma alta taxa de infiltração mesmo quando argilosos. Esta característica confere ao solo um alto poder de recarga.

A associação mineralógica é representada principalmente por argilominerais do tipo 1:1 (caulinitas e micas), gibbsita (hidróxido de alumínio), goetita (hidróxido de ferro III), quartzo e em menor teor, hematita (óxido de Ferro).

São formados a partir do intemperismo das rochas da unidade metarrítmito arenoso (MNPr3).

Cambissolo - Os cambissolos e cambissolos litólicos correspondem a solos não hidromórficos, seqüência de horizontes A, (B_i), C, pouco a moderadamente diferenciados com horizonte B incipiente (B_i), moderado a fortemente drenados, apresentando, em geral, baixa relação textural. Esses solos apresentam texturas argilo-silto-arenosa contendo characteristicamente fases cascalhentas e/ou pedregosas, compostas em grande parte por

35
L409
X501
O

quartzo, podendo ocorrer também exposições do substrato (fase rochosa ou rochosidâde). Estes solos representam cerca de 5% do total do condomínio.



Figura 08 - Perfil de cambissolo na área do Condomínio

Esta classe de solo ocorre nas áreas de influência direta e indireta do Condomínio RK, próximo ao limite norte/noroeste da poligonal do parcelamento, ocupando cerca de 5% da poligonal do parcelamento. Ocorre em áreas de relevo inclinado e ondulado, formado exclusivamente por uma delgada capa de cambissolo e cambissolo litólico (cascalhento), com espessura variando entre 10 a 100 cm. Em geral predominam coberturas com espessuras inferiores a 50 cm (Figura 08). Estes solos foram derivados a partir da pedogênese dos quartzitos e metarritmitos R4 que compõem o substrato rochoso local. Em alguns locais desenvolve-se apenas uma fase pedregosa associada a processos erosivos maximizados por ações antrópicas, ricos em blocos angulosos de quartzo e quartzitos.

136
1410
1510
C

Texturalmente apresentam uma matriz argilo-siltosa de coloração bege acinzentado com presença de fase pedregosa e cascalhenta. Localmente ocorre floculação desta argila conferindo ao solo um aspecto mais arenoso.

O horizonte A, com espessura variando entre 5 cm e 20 cm é, em geral, do tipo moderado com cor nos matizes 2YR a 10YR, com valores de 3 a 5 e cromas de 2 a 8, podendo, ocasionalmente, apresentar matizes mais escuras e assumir um caráter proeminente. Apresentam estrutura moderada granular ou em blocos subangulares, freqüentemente contendo fase pedregosa, ou seja, mostram-se cascalhentos e localmente fase rochosa, assumindo um caráter litólico. O Horizonte B pouco desenvolvido, com espessura variável entre 0 cm a 50 cm, corresponde a um típico horizonte B incipiente, com textura argilo-silto-arenosa, estrutura granular pequena, fraca a moderada, cascalhento e ou pedregoso, encontrando-se assente sobre um saprolito argiloso (Horizonte C).

Solos Hidromórficos - Ocorrem exclusivamente na área de influência indireta Condomínio RK, próximo a margem do córrego Capão Grande. Localizam-se em uma área de baixada em transição aos cambissolos.

Solos hidromórficos estão relacionados a áreas cujas condições de relevo e regime hidrico condiciona uma saturação permanente ou temporária em água, devido a uma baixa condutividade hidráulica. O estudo das características morfológicas destes solos indica que são desenvolvidos sob grande influência do lençol freático próximo a superfície associado à um permanente processo de redução e por vezes oxidação do ferro, evidenciado pelo predominio de cores acinzentadas e acúmulo de matéria orgânica nos horizontes superficiais.

13x
1411
1511
P



Figura 09 - Perfil de solo hidromórfico na área do Condomínio.

Estes solos apresentam seqüênciа de horizonte A-C, com horizonte A podendo estar concentrado ou não em matéria orgânica e horizonte C com hidromorfismo acentuado, podendo-se mostrar fortemente fendilhado quando seco. Estes solos são principalmente do tipo orgânico glei húmico de coloração cinza e textura argilosa (**Figura 09**) e (**Figura 10**).

1412

1812
Q

38
f

23

GeoLógica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNICSEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

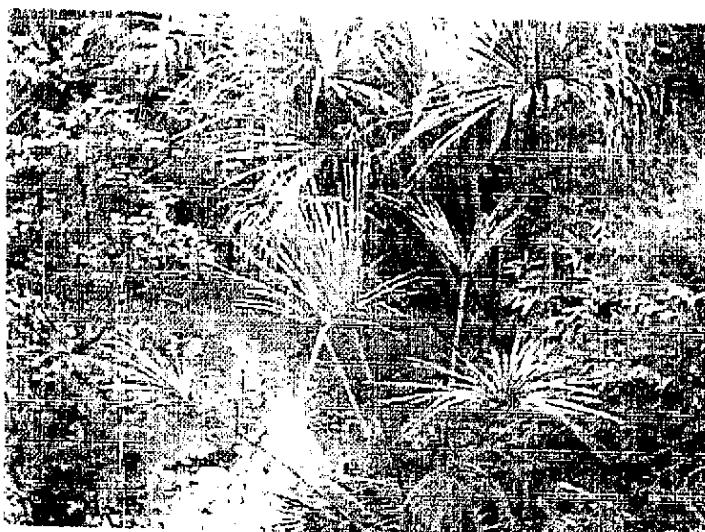


Figura 10 – Lençol freático aflorante em área de solos hidromórficos

6- Geologia

6.1 - Aspectos Regionais

As seqüências de rochas do Distrito Federal estão inseridas nas faixas de dobramentos Brasília de idade Proterozóica, englobando um conjunto de unidades estratigráficas metassedimentares dobradas e metamorfitizadas pelo Ciclo Tectônico Brasiliano. Do ponto de vista regional a área do Distrito Federal inclui quatro conjuntos litoestratigráficos pré-cambrianos, relacionados aos grupos Paranoá, Canastra, Araxá e Bambuí.

O Condomínio RK está engajado no contexto do Grupo Paranoá, compondo uma seqüência areno-argilo-carbonatada de idade Meso/Neoproterozóica (cerca de 1.100 a 900 milhões de anos). O empilhamento do Grupo Paranoá apresenta variações quando comparada as várias localidades de exposição da seqüência. Contudo, Faria (1995) propõe coluna integrada que pode ser correlacionada regionalmente na porção mais externa da Faixa Brasília.

As unidades são denominadas informalmente por letras-código da base para o topo: **SM, R₁, Q₁, R₂, Q₂, S, A, R₃, Q₃, R₄, PC**. As principais características das unidades são descritas a seguir:

- Unidade **SM** (informalmente denominada de conglomerado São Miguel): é representada por um paraconglomerado com seixos de siltitos, quartzo, quartzitos e mármore flutuantes em uma matriz siltico-argilo-carbonatada. O aspecto maciço da rocha dificulta, em alguns casos, a observação da forma e composição dos clastos. Esta unidade não é continua, embora apresente uma grande distribuição regional.
- Unidade **R₁**: apresenta contato concordante com o conglomerado São Miguel e é constituída por uma sucessão de horizontes margosos, siltico-argilosos com intercalações de quartzitos finos a médios, raramente grossos e geralmente feldspáticos. Gretas de contração são freqüentemente observada próximo à base da seqüência. Em direção ao topo, predominam as alternâncias de quartzitos ondulados com metassiltitos argilosos

1414

1514
P

040
l

Geologia Consultoria Ambiental Ltda.

25

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



- Unidade **Q₁**: é representada por quartzitos finos a médios, brancos, bem estratificados em bancos de 30 a 40 cm e com raras intercalações de horizontes siltico-argilosos no topo e freqüentes estratos cruzados tabulares.
- Unidade **R₂**: apresenta passagem abrupta a partir do quartzito anterior, sendo caracterizada por bancos centimétricos de quartzitos finos rosados, intercalados com siltitos e níveis milimétricos de lamitos de coloração esbranquiçada. São comuns as laminationes cruzadas truncadas por ondas, marcas onduladas assimétricas, *quick sand*, estruturas de fluidização e gretas de contração.
- Unidade **Q₂**: composta por camadas decimétricas a métricas de quartzitos amarelo-esbranquiçados de granulação média. Comumente ocorrem leitos conglomeráticos feldspáticos, com grânulos e seixos subangulosos a angulosos. As estratificações cruzadas tabulares são relativamente comuns.
- Unidade **S**: é representada por metassiltitos argilosos de aspecto maciço e cor cinza esverdeado. Para o topo são freqüentes as intercalações rítmicas de bancos centimétricos de quartzitos finos a médios com níveis milimétricos de materiais silticos e argilosos. São comuns as marcas onduladas, laminationes plano-paralelas, laminationes cruzadas e lentes arenosas nos níveis pelíticos. Na unidade S, localmente são comuns lentes de calcários e dolomitos estromatolíticos de dimensões variadas.
- Unidade **A**: mostra contato transicional com a Unidade S, é constituída por ardósias cinza esverdeadas com cor de alteração vermelha característica, neste litotipo são observadas duas foliações representadas por clivagens ardosianas penetrativas.
- Unidade **R₃**: Unidade associada a área de influência indireta do parcelamento urbano em estudo, corresponde a um metarrítimo arenoso, caracterizado por intercalações de bancos decimétricos a métricos de quartzitos e materiais pelíticos, compostos por metassiltitos, metaargilitos e ardósias. Localmente são observados pacotes de até 10 metros de espessura, relacionados principalmente as camadas de quartzito, que ocorrem principalmente no Condomínio Belo-Horizonte, que se destacam do conjunto ritmico.
- Unidade **Q₃**: Esta unidade é representativa da totalidade da área de influência direta do parcelamento, sendo composta por quartzitos brancos, finos, bastante silicificados, ricos em

1415

ASTS
Q

1415

26

Geog
Lógica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SERGAE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



estratificações cruzadas tabulares e do tipo espinha de peixe além de marcas onduladas assimétricas.

- Unidade R₄: metarrítimo argiloso, composto por intercalações de materiais silticos e argilosos além de delgados estratos de quartzitos finos rosados a avermelhados. Os níveis arenosos apresentam estruturas do tipo laminações cruzadas truncadas e *hummocky*. O contato desta unidade com a Q3 pode ser observada na quebra de relevo próxima ao limite norte do parcelamento.

- Unidade PPC: predominantemente peltítica com ardósias e metassiltitos cinza associados a lentes de mármore finos com estruturas algais tipo estromatólitos. São comuns leitos decimétricos a métricos lenticulares ou não, de quartzitos médios a grossos, apresentando tonalidades escuras.

6.2 - Aspectos Locais

Durante os trabalhos de campo e utilizando-se de fotografias aéreas e imagens de satélite, foram identificados e discriminados diferentes litotipos atribuídos às unidades Q3, R₃ e R₄, todas pertencentes ao Grupo Paranoá. Foram constatadas também as expressivas coberturas de caráter coluvionar e residual, relacionadas ao manto de intemperismo e representadas por Latossolo Vermelho Amarelo (LV), Latossolo Vermelhos Escuro (LE) e Cambissolos (Cb), esse último associado ao limite norte do condomínio. A gleba do condomínio está totalmente inserida no limite nordeste do Domo estrutural de Brasília, representada pela unidade Q3 mostrando microdobramentos com eixo principal N/S e foliação mergulhando para L e W em alto ângulo. As unidades R₃ e R₄ estão vinculadas às áreas de influência indireta do parcelamento.

Metarrítmitos R₃ (MNPpr₃)

ASSESSORAMENTO
GEOLÓGICOJUNHO
2002

Geologicá Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Exceléncia em Geociologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA



As ocorrências destas rochas foram melhores observadas em afloramentos situados a aproximadamente 1,0 Km do limite sudoeste do Condomínio Rural Residencial RK. Esta unidade ocorre em contato superior com os quartzitos da unidade MNP_{pq3}, representativos da gleba do parcelamento em estudo e são caracterizadas pela alternância rítmica de camadas de metarrítmitos argilosos, metassiltitos e metargilitos intercalados por camadas finas de metapsamitos de cores variáveis, branco verde amarelo e vermelhos.

Desta unidade, foram discriminados três tipos de litotipos: metapsamitos, metassilito argiloso e metassilito.

Os metapsamitos são representados por camadas de quartzito com espessura decimétrica variando entre 20-70cm e localmente chegam a alcançar alguns metros. Sua coloração predominante é branca e apresenta granulometria fina. Não foi evidenciada a presença de estratificação, mostrando textura bastante homogênea. Geralmente dão origem a solos do tipo areia quartzosa que resgatam sua textura original.

Os metassiltitos argilosos apresentam uma coloração avermelhada e situam-se nas porções mais baixas do relevo. Seu contato com os metapsamitos é do tipo normal com espessura também decimétrica. Essas rochas são finamente estratificadas e localmente apresentam clivagem ardosiana típica. Estruturalmente apresentam-se bastante dobrados em duas direções, compondo eixos com atitude em torno de norte-sul e próximos a leste-oeste, com mergulhos variáveis.

Os metassilitos ocorrem de forma intemperizada compondo um conjunto bastante friável. Estruturalmente apresentam-se como os metargilitos, ou seja, intensamente dobrados e geralmente associam-se às porções mais onduladas do relevo.

Devido a grande homogeneidade topográfica do terreno, ligado a grande espessura dos solos que se desenvolveram nesta localidade, não foi possível encontrar afloramentos representativos da unidade MNP_{pq3}, ficando a existência desta unidade, baseada na presença de blocos rolados de metapsamitos e metassiltitos e saprolitos observados principalmente em cortes de estradas e em pequenas erosões que ocorreram no terreno em áreas adjacentes.



Lógica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT/UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



Unidade Q3

A Unidade MN_{Ppq3} é representativa da gleba do Condomínio. As rochas desta unidade ocorrem em níveis topográficos mais elevados e aplaniados, sustentando geralmente as encostas mais íngremes, como pode ser observado principalmente no limite norte do parcelamento. Os quartzitos são puros, de granulação média a fina, ricos em estratificações cruzadas variadas (tipo tabular, tangencial, acanalada e espinha de peixe), esbranquiçados a rosados e dispostos em bancos métricos maciços, normalmente intensamente fraturados e cisalhados. A silicificação é sempre presente, muitas vezes mascarando as estruturas primárias. Estas rochas geralmente dispõem-se em um padrão de afloramento de blocos e lajados irregulares em profundidade, podendo ocorrer silicificados ou localmente friáveis em zonas fraturadas, sendo os matacões comumente interceptados próximo ao contato entre o manto de intemperismo e as rochas litificadas (estes litotipos foram identificados durante a construção de poços tubulares).

Os quartzitos apresentam espessuras da ordem de 60 a 70 metros, contudo em função da estruturação tectônica (ondulações e padrão em rampas e patamares), podem alcançar espessuras superiores a 80 metros.

O contato entre as unidades MN_{Ppq3} e MN_{ppr3} não foi observado na área de influência indireta do condomínio, em virtude principalmente do espesso manto de intemperismo que sobrepõem as duas unidades litológicas e o padrão de relevo plano que condiciona a formação de solos bem desenvolvidos.

Os ambientes de sedimentação atribuídos a estas unidades podem ser enquadrados em uma plataforma marinha rasa estável, sendo a unidade MN_{ppr3} considerada como depositada em uma plataforma dominada por tempestades e os metarenitos MN_{Ppq3} depositados em uma plataforma retrabalhada por marés.

Com relação aos riscos geotécnicos relacionados ao conjunto litológico presente na área do condomínio estudado, não apresentam grandes riscos, visto que os litotipos compõem um maciço estável em relevo relativamente plano e plano a pouco ondulado com solos espessos e de boa qualidade geotécnica. Porém, cuidados específicos com fundações, piscinas, galerias de esgotos, devem ser tomados principalmente nos casos onde a presença

1418

1518
P

JULY

29

Geos
Lógica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE-MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



de matacões for constante ou o maciço rochoso for raso. Nas áreas de influência direta do parcelamento RK não foi evidenciada a presença de matacões. Porém, próximo ao limite norte onde os solos são pouco desenvolvidos e o relevo é fortemente inclinado, predominando cambissolos e litossolos. Nestas porções o risco de desmoronamento torna-se mais iminente, o que determina que os cuidados acima especificados sejam tomados.

Outra unidade geológica presente, posicionada próximo ao limite nordeste norte do condomínio, refere-se ao conjunto litoestratigráfico R4, também pertencentes ao Grupo Paranoá. Sua constatação deveu-se a existência de saprolitos na região e corroboração pelo mapa geológico do Distrito Federal de Campos & Freitas Silva (1999).

Esta unidade encontra-se sobreposta à unidade Q₃, sendo caracterizada por metarrítimo argiloso representado por intercalações regulares centimétricas de quartzitos finos, metassiltitos argilosos e metargilitos.

14/19

15/19
6

14/19
6



Geologica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



30

7- Hidrogeologia

Recursos Hídricos

Neste capítulo serão abordados os principais tipos de aquíferos fraturados (onde é retirada à água, por meio de poços tubulares profundos, que abastece o condomínio em questão) e aquíferos porosos (representativos da zona vadosa) e muito importantes neste estudo hidrogeológicos, visto que representam a zona de recarga, onde foram efetuados os ensaios de infiltração, conforme tabela em anexo.

O comportamento hidrogeológico na área de influência direta e indireta estudada apresenta dois domínios bastante distintos: as águas subterrâneas rasas e as águas subterrâneas profundas, respectivamente atribuídas aos aquíferos dos domínios poroso e fraturadas. As águas subterrâneas rasas estão contidas no manto de cobertura das rochas, as quais compõem o Domínio Aquífero Fraturado, armazenando e transmitindo às águas subterrâneas profundas.

Os estudos sobre as águas subterrâneas do Distrito Federal são atribuídos a Romano & Rosas 1970, Costa 1975, Barros 1987 e 1994, Mendonça 1993, Campos & Freitas-Silva 1998 e 1999 e Campos & Tröger 2000.

7.1 -Domínio Poroso

Relacionado a este domínio existem três diferentes sistemas de aquíferos, encontrados nas áreas de influência direta e indireta do condomínio. Esta heterogeneidade deve-se principalmente ao tipo de solo existente (manto de intemperismo), que é condicionado pelo litotipo presente na região e pela declividade do terreno.

O manto de cobertura desempenha um importante papel na hidrogeologia local, pois apresenta boa porosidade e permeabilidade e em geral boa condição de infiltração, constitui um bom aquífero poroso. Como fator desfavorável, o domínio poroso apresenta uma transmissividade relativamente baixa, já que a espessura saturada deste sistema aquífero é

reduzida. A água recebida por este domínio aquífero, a partir da precipitação pluviométrica, pode seguir três caminhos: 1) ficar armazenada no próprio meio poroso, 2) alimentar fontes por fluxo de base ou 3) alimentar os aquíferos fraturados subjacentes, através da percolação pelas fraturas abertas. A água que fica no meio poroso será parte integrante das reservas anuais renováveis deste sistema aquífero; as águas do fluxo de base correspondem àquelas que alimentam os exultórios locais (fontes de contato e depressão) sendo de grande importância na manutenção de vazões das drenagens superficiais no período seco (maio a setembro) e as águas de percolação vertical são aquelas que recarregam os sistemas aquíferos fissurais. Estes valores são equivalentes a um aquífero composto por areia de granulação média, sendo considerada boa para infiltração e transmissão de água. Contudo os valores observados são bastante variados, horizontal e verticalmente, em função do tipo de substrato.

As águas do domínio aquífero poroso são aproveitadas através de poços escavados (cisternas, cacimbas ou poços amazonas) de grande diâmetro e pequena profundidade (inferiores a 25 metros). Contudo no caso de abastecimento urbano, estes aquíferos não devem ser considerados, pois apresentam poços com vazões reduzidas e muito variáveis em função da sazonalidade climática, além de serem águas muito susceptíveis à contaminação.

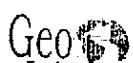
A recarga do sistema aquífero poroso se dá pela infiltração direta da água da chuva. Os exutórios são representados por fontes e pela própria rede de drenagem superficial. Considerando que a topografia do terreno em questão é relativamente plana, relacionada quase à totalidade da poligonal da gleba do parcelamento em estudo, pode-se considerar que a principal fonte de recarga de aquíferos deste sistema é a precipitação pluviométrica. Como a intensidade de precipitação anual é superior a 1500 mm, a recarga natural nas áreas de boa porosidade, principalmente nas áreas onde predominam o latossolo LE, que tende a formar solos com granulação mais arenosa, é satisfatória. Portanto, pode-se considerar que entre 10 a 15% da precipitação anual infiltra neste tipo de aquífero. Dados de infiltração, no relatório em anexo, corroboram a boa condutividade hidráulica dos mesmos.

Na área total do Condomínio o sistema aquífero (domínio Poroso) pode ser atribuído aos sistemas P1 e P2, definidos por Campos & Freitas-Silva (1999). Estes autores

1421

1528
P

JULY



Lógica Consultoria Ambiental Ltda.

Prêmio Excelência em Tecnologia 2002
CDT UNB SEBRAE MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA

32

classificam estes sistemas baseados em 2 parâmetros principais, espessura e permeabilidade, como é mostrado na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Sistemas de aquíferos do domínio poroso.

Sistema Aquífero (Domínio Poroso)	Condutividade Hidráulica	Transmissividade	Tipos de solo
p1	elevada	elevada	Latossolos arenosos e Areias quartzosas
p2	moderada	elevada	Latossolos argilosos
p3	mediana	mediana	Plintossolos e Latossolos argilosos
p4	baixa	baixa	Cambissolos e litólicos

Os sistemas P1 e P2 são característicos de áreas peneplanizadas e regiões de chapada com baixa declividade, como é o caso do empreendimento em questão. A profundidade média para estes tipos de aquíferos é da ordem de 15m, mas em alguns casos, onde o solo é extremamente desenvolvido, pode chegar a 50m. As coberturas associadas a estes sistemas apresentam transmissividade relativamente elevada, com permeabilidade entre 10^{-3} a 10^{-5} m/s.

Na área de influência indireta, próxima ao limite norte/nordeste do condomínio, onde predominam cambissolos, relacionados às porções de declividade mais elevada, o sistema de aquífero representativo é o P4, de baixas transmissividade e condutividade hidráulica.

1422

18/2
P

140
l



Geologicália Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Exceléncia em Tecnologia 2002
CDT UNB SEBRAE MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA



33

7.1.1- Ensaios de infiltração

A realização de ensaios de infiltração de água no solo tem como objetivo estimar a condutividade hidráulica do solo. Estes dados são importantes para localizar, de forma qualitativa, regiões onde ocorre maior recarga de aquíferos, além de auxiliar nos cálculos de balanço hídrico.

1) Métodos

A obtenção dos valores de condutividade hidráulica do solo é realizada de duas formas: na superfície e em profundidade. Os ensaios em superfície são feitos pelo método dos anéis concêntricos e em profundidade por "open and end".

Estes métodos consistem na medição do tempo de rebaixamento da água adicionada nos anéis concêntricos e nos canos de PVC (100mm) para os ensaios em profundidade, que no caso do trabalho realizado, não ultrapassou profundidades de 2,10 m

Com os resultados obtidos, os dados são tratados por meio das equações expressas abaixo, relacionados aos métodos dos anéis concêntricos e "open and end".

a) Método dos Anéis Concêntricos

$$K = \frac{U \times i \times \ln H_1}{\bar{T} \times H_2}$$

onde:

K = condutividade Hidráulica (m/s)

i = profundidade do anel no solo (mm)

Δt = tempo de infiltração (min)

U = 1/60000 fator de conversão

H_1 = nível da água no início da medição

H_2 = nível da água após o intervalo de tempo Δt

b) Método open and end

183

149

34

**Geog
Lógica Consultoria Ambiental Ltda.**

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



$$K = \frac{r_1}{4} \times \frac{\Delta t}{3.303 \times \log \frac{H_1}{H_2}}$$

onde:

K = condutividade Hidráulica (m/s)

r_1 = raio interno do tubo (m)

Δt = tempo de infiltração (s)

H_1 = nível da água no início da medição

H_2 = nível da água após o intervalo de tempo Δt

Segue-se abaixo os resultados dos ensaios de infiltração obtidos nos três tipos de solos existentes na gleba do parcelamento:

Latossolos LV e LE

Ensaio 1- 197270/8264065

prof(cm)	K(m/s)
0	1×10^{-5}
50	4×10^{-5}
101	3×10^{-5}
154	5×10^{-6}
198	2×10^{-6}

Ensaio 2 – 197948/8263699

prof(cm)	K(m/s)
0	3×10^{-5}
50	2×10^{-5}
88	5×10^{-6}
148	5×10^{-5}
206	1×10^{-7}

1424

18/04
l

160
l

35

Geo
Lógica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



Ensaios 3 - 1982958/8263163

prof(cm)	K(m/s)
0	2×10^{-6}
51	1×10^{-5}
100	2×10^{-5}
158	1×10^{-5}
205	3×10^{-7}

Ensaios 4 - 197536/8262978

prof(cm)	K(m/s)
0	4×10^{-6}
55	2×10^{-5}
102	6×10^{-6}
150	4×10^{-6}
203	2×10^{-6}

Ensaios 5 - 196394/8263359

prof(cm)	K(m/s)
0	3×10^{-6}
82	1×10^{-5}
102	1×10^{-5}
161	2×10^{-5}
230	2×10^{-6}

1425

1585
6

151

36

Geotécnica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



Ensaios 6 - 196915/8263487

prof(cm)	K(m/s)
0	8×10^{-6}
55	1×10^{-5}
110	1×10^{-5}
153	1×10^{-5}
193	5×10^{-6}

Cambissolo

Ensaios 7 - 0197396/8264087

prof(cm)	K(m/s)
0	2×10^{-6}
35	9×10^{-6}

Obs: Topo rochoso a 35 cm de profundidade.

De um modo geral, os resultados apresentaram uma condutividade hidráulica moderada a alta, com variação entre 2×10^{-6} a 2×10^{-5} m/s, como era de se esperar para o subsistema poroso P2 e P1 respectivamente. Nos cambissolos os ensaios só foram possíveis a profundidades de até 35cm, visto que em profundidades superiores ocorre a presença do saprolito do metassiltito R4.

Os ensaios realizados nos latossolos mostraram uma homogeneidade, tanto lateralmente como em profundidade. Entretanto, sob uma visão mais detalhista, pode-se observar que os ensaios apresentam pequena tendência a diminuição da condutividade hidráulica, com aumento da profundidade, provavelmente relacionada devido a translocação de argila para os horizontes mais profundos, o que é comum em latossolos, principalmente os relacionados aos sistemas P2.

Com estes dados pode-se constatar que a gleba do Condomínio RK se enquadra em uma região de recarga de aquíferos, devido condutividade hidráulica moderada a alta, vinculada a uma região de chapada associada a um relevo plano com declividades pouco

1426

✓S26
4/0

162
1



acentuadas. Essas características contribuem para uma maior taxa de infiltração e consequente diminuição do *run off*, o que favorece a disponibilidade hídrica subterrânea do condomínio.

Se por um lado, estas características favorecem a taxa de infiltração, por outro, a região é de grande fragilidade ambiental. A impermeabilização da superfície pode causar sérios impactos ambientais, como redução do nível freático com consequente diminuição da vazão dos poços e nascentes da região e aumento da suscetibilidade à erosão devido ao aumento do escoamento superficial.

Sugere-se como medida mitigadora do processo de impermeabilização inerentes a gleba do condomínio que, em seu plano ocupacional, se priorize a destinação do máximo de áreas verdes e a utilização de bloqueter no lugar de asfalto, além de equipamentos para recarga definidos em projeto para esse fim.

7.2 – Domínio Fraturado

Este domínio hidrogeológico é delimitado pelas rochas proterozóicas que compõem o substrato da área, onde a água fica armazenada e flui através dos sistemas de fendas (fraturas, diáclases, juntas e falhas) em profundidade. Estes sistemas de fendas representam a porosidade efetiva do domínio fraturado.

A alimentação destes aquíferos ocorre exclusivamente por água pluvial, pela infiltração direta em afloramentos destes litotipos, ou alimentação indireta oriunda do manto de cobertura.

Deve-se alertar para a ocupação da área de estudo que, para preservação da qualidade destes aquíferos, cuidados especiais devem ser tomados como: tratamento das águas servidas, serviço de coleta de lixo, evitar o uso de produtos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, entre outras.

Estes aquíferos estão enquadrados no Sistema Aquífero Paranoá, dentro do Subsistema Q₃/R₃ (Campos & Freitas-Silva, 1998).

Como em qualquer sistema aquífero anisotrópico e heterogêneo, as características hidrodinâmicas gerais são extremamente variáveis, tanto lateral como verticalmente. No

1427
1807
63



caso do subsistema R₃/Q₃, o principal condicionante do aquífero é a quantidade da fração arenosa das rochas, onde os quartzitos (da unidade MNPpq₃) e metarrítmitos com espessas camadas psamíticas (da unidade MNPr₃) sendo estes os melhores aquíferos. Muitos dados sobre vazões e análise fisico-química deste tipo de aquífero já foram obtidos, e serão comentados do decorrer no capítulo. A capacidade de vazão destes aquíferos diminui com o aumento em proporção de materiais pelíticos.

Subsistema Q₃/R₃

Corresponde ao tipo de aquífero predominante na área de influência direta e indireta do empreendimento. Sua melhor eficiência estará relacionada a quantidade de rochas fraturadas dos litotipos (quartzitos (MNPpq₃) ou porções metapsamíticas da unidade MNPr₃) em contato com o manto de cobertura com boa permeabilidade, transmissividade e espessura. Este manto relaciona-se principalmente aos domínios porosos P₁ e P₂, como já mencionado.

Os parâmetros hidrodinâmicos do sistema aquífero fissural considerado (subsistema Q₃/R₃) foram obtidos com a utilização do software *Aquifertest for windows* obtidos em uma população de 27 poços tubulares profundos relacionados ao Distrito Federal. A Tabela resume os valores de transmissividade (T), condutividade hidráulica (K), coeficiente de armazenamento (S) e condutividade hidráulica vertical (K_v).

1428

1428
B1428
B

GeoLógica Consultoria Ambiental Ltda.

39

Premio Excelencia em Tecnologia 2002

CDT/UNB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



Parâmetro	R_3			Q_3		
	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
T Transmissividade (m^2/sec)	$8,0 \times 10^{-4}$	$1,2 \times 10^{-4}$	$5,0 \times 10^{-4}$	$1,5 \times 10^{-4}$	$1,5 \times 10^{-4}$	$4,0 \times 10^{-4}$
K- Condutividade Hidráulica (m/s)	$4,9 \times 10^{-6}$	$5,3 \times 10^{-7}$	$2,8 \times 10^{-6}$	$1,7 \times 10^{-5}$	$1,3 \times 10^{-6}$	$4,7 \times 10^{-6}$
S -Coeficiente de armazenamento	87,5	0,02	33,89	87,5	0,02	30,12
Kv- Condutividade hidráulica vertical (m/s)	$4,9 \times 10^{-7}$	$5,3 \times 10^{-8}$	$2,8 \times 10^{-7}$	$1,7 \times 10^{-6}$	$1,3 \times 10^{-7}$	$4,7 \times 10^{-7}$

Tabela 4 - Características dimensionais dos aquíferos do Subsistema R_3/Q_3 . População de 27 poços tubulares profundos, com ensaio de rebaixamento de pelo menos 24 horas de bombeamento contínuo.

7- Abastecimento humano

A gleba do parcelamento encontra-se em uma região de chapadas com limites nas vertentes das encostas e da bacia do São Bartolomeu onde se desenvolvem drenagens perenes que fluem para a bacia retrocitada. Porém, às drenagens que desembocam no rio São Bartolomeu não estão inseridas na gleba do parcelamento, ou seja, não pertencerem à área do condomínio. Este fato dificulta a proteção sanitária da bacia, torna pouco viável a utilização de mananciais superficiais como forma de alternativa para abastecimento humano.

1429

f529

f55
l

40

Geologicá Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002

CDT-UNB SEBRAE MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA



Localização	Nível estático	Nível dinâmico	Profundidade	Vazão (L/h)
Cond. Vivendas Bela Vista	11,0	74,0	193	3.600
Cond. Vivendas Bela Vista	8,5	60,5	185	11.600
Mansões Santa Eulália	11,0	48,5	80	11.200
Cond. Vivendas da Serra	1,0	69,0	121	5.000
Cond. Jardim Botânico	18,0	33,0	143	19.500
Cond. Jardim Botânico	7,65	60,0	100	7.900
Lotamento Jardins do Lago	5,0	22,5	116	33.000
ASPROESTE	1,5	50,5	74	7.200
PICAG (BR 070/DF 505)	1,0	16,0	90	12.000
QNF 21 Área Especial	5,0	45,0	140	8.000
Recanto das Emas	8,5	53,0	100	15.000
Col. Agrícola Vicente Pires	10,0	83,5	152	6.500
Ceilândia	24,0	48,6	220	11.000
Ceilândia	3,0	26,6	102	29000
Ceilândia	2,4	35,5	203	10.500
Ceilândia	21,0	42,0	140	12.000
Média	8,65	47,9	123	12.680

Tabela 6- Valores obtidos a partir de ensaios de bombeamento realizados em poços tubulares profundos em diferentes porções do Distrito federal, relacionados aos aquíferos do subsistema Q3/R3.

O tipo de solo (latossolos bem desenvolvidos) e topografia com declividades inferiores a 5%, pertencentes à área do condômino, tornam viável o abastecimento humano por meio de poços tubulares profundos, desde que cuidados com monitoramentos quantitativos e qualitativos da água sejam tomados. Esses cuidados periódicos referem-se principalmente ao monitoramento do consumo e realização de testes de vazão, análises físico-químicas e bacteriológicas e estudo de estimativas de reservas hídricas, conforme será apresentado nos tópicos decorrentes.

1430
1830
56

As vazões nominais dos poços tubulares relacionados a este tipo de sistema, podem apresentar volumes elevados, o que pode causar prejuízos para o meio natural. Para uma exploração racional devem ser considerados os seguintes aspectos:

1. Número de poços compatíveis com cada sistema aquífero, onde não é aconselhável uma densidade muito elevada para aquela área.
2. Deve-se observar os valores máximos de bombeamento sem risco de exaustão dos aquíferos (vazões de segurança). Neste caso, deve ser considerado um período de bombeamento máximo de 16 horas/dia, conforme CAESB 2000, a uma taxa máxima de 75% do valor nominal do valor obtido no teste de vazão.
3. O bombeamento de vazões superiores às de segurança certamente causará danos aos aquíferos, inclusive com risco de exaustão total dos sistemas fraturados.

8- Caracterização dos poços tubulares profundos existentes no condomínio

Na área do parcelamento, como já mencionado, estão presentes quatro poços tubulares profundos que abastecem o condomínio.

O ensaios de bombeamento, com teste de vazão 24 horas, mostraram uma variação entre 6,5 m³/hora a 16m³/hora , com nível estático também variando entre 4m e 23 m e nível dinâmico de 26m a 69 m, conforme mostra a tabela em anexo.

Apesar das variações constatadas nas tabelas dos poços em anexo, todos os poços foram perfurados no sistema poroso P1 e sistema fraturado Q3/R3. Estas variações devem-se não só ao fato da heterogeneidade do lençol freático, como também da influência conjunta dos mesmos, culminando em modificações no cone de depressão.

Os dados expressos nos formulários para cada poço, em anexo, discriminam melhor as características de cada um.

9- Estimativa de reservas hidricas

Como já mencionado, o Condomínio Residencial RK encontra-se inserido em uma área de importante recarga natural de aquíferos. Sendo assim, é relevante que estimativas das reservas hídricas renováveis, permanentes, totais e explotáveis sejam calculadas, para que seja obtida uma previsão do volume de água que poderá ser extraída dos sistemas aquíferos, sem prejuízo ao sistema natural e sem risco de colapso do abastecimento, após um período contínuo de bombeamento.

Os dados aqui apresentados baseiam-se em estudos já realizados em aquíferos deste subsistema, em dados de estações pluviométricas e em consultas bibliográficas.

As estimativas para o sistema fraturado foram efetuadas visando obter subsídio para dimensionar o sistema de abastecimento baseadas nas populações atuais e perspectivas futuras, bem como elaboração de planos de monitoramentos que auxiliem na mitigação dos impactos relacionados ao rebaixamento da superfície freática, durante a ocupação do parcelamento. Os testes de vazão, demonstrado nas tabelas, em anexo, fornecem importantes parâmetros relacionados ao nível estático e dinâmico do aquífero, a partir da vazão de bombeamento 24 horas, em escala local. Porém, na obtenção de uma vazão de maior segurança, para a demanda atual e principalmente futura do condomínio, é necessário à execução dos cálculos abaixo apresentados.

Vale salientar que existem explorações concorrentes, relacionadas aos condomínios adjacentes a área do parcelamento em estudo, como por exemplo, os poços existentes no condomínio Império dos Nobres. Os poços mais próximos do condomínio adjacente distam cerca de 800m do condomínio RK, representando uma distância segura, em termos de interferência nos cones de depressão, com os poços existentes no Condomínio RK. Porém, a existência desses poços impede que no cálculo da vazão explotável, a área de influência indireta, próxima ao limite norte do condomínio, seja considerada 100% efetiva. Neste contexto, a área considerada para o cálculo, incluindo área do condomínio e adjacentes, foi de (Poligonal do parcelamento + 10%).

Foi utilizado o volume efetivo de infiltração para recarga, como o volume equivalente às reservas renováveis em períodos de 1 (um) ano. Coimbra (1987), a partir de

cálculos para a realização do balanço hidrico, obteve uma razão de 12% (do volume total de precipitação) para o volume de infiltração. Considerando a taxa de impermeabilização por volta de 50% e que cerca de 50% deste montante representa a recarga efetiva, esse volume pode ser considerado como equivalente às reservas reguladoras. Utilizando-se esse percentual aplicado a uma área de 160.0000 m² considerando a área da poligonal do condomínio e adjacentes e desconsiderando os 40000m² de cambissolo existentes dentro da gleba do parcelamento, e uma precipitação média anual obtida a partir da estação pluviométrica 1547015 (sobradinho) de 1482,64 mm/ano, obtém-se uma reserva reguladora de 142 333 m³ por ano para as reservas reguladoras.

$$RR = \text{precipitação} \times \text{área} \times \text{taxa de infiltração} \times (1 - \text{coef. Impermeabilização})$$

$$RR = 1482,64 \text{ mm} \times 1600.000 \times 0,12 \times (1-0,50) = 1,42333 \times 10^5 \text{ m}^3$$

As reservas permanentes podem ser estimadas utilizando-se a seguinte equação:

$$Rpf = A \times b \times \eta_i$$

Rpf = reservas permanentes para aquíferos fraturados

A = Área do sistema de aquífero

b = espessura saturada

η_i = Grau de fraturamento intercomunicante (porosidade secundária)

Neste contexto, considerando uma espessura saturada de 110 metros (bastante compatível para sistemas fraturados do tipo Q₃/R₃ do Distrito Federal) e uma porosidade secundária de 2,5% para o único subsistema existente na gleba do condomínio Q₃/R₃ (1600.000 m²), obtém-se um volume de reserva permanente de $4,1800000 \times 10^6 \text{ m}^3$.

$$Rpf = 1600.000 \times 110 \times 0,025 = 4,1800000 \times 10^6 \text{ m}^3$$

Sabendo que a área estuda corresponde a uma importante zona de recarga (zona vadosa favorável à infiltração) e analisando apenas o domínio fraturado, tem-se uma reserva explotável equivalente às reservas renováveis (reguladoras) mais 10% das reservas permanentes, que resulta em um volume de $5,60.333 \times 10^5 \text{ m}^3/\text{ano}$ ou $1535,16 \text{ m}^3/\text{dia}$.

PBB
G159
f

**Geog
Lógica Consultoria Ambiental Ltda.**

44

Premio Excelencia em Tecnologia 2002 
CDT-UNB-SEBRAE MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA UnB

Considerando os parâmetros estabelecidos pela CAESB 300 l/dia pode-se chegar a uma estimativa de relação entre demanda e oferta hídrica subterrânea na gleba do parcelamento.

Considerando que na fase final de ocupação do parcelamento urbano atinja uma população de cerca de 8000 habitantes, ou seja, cerca de 4 habitantes por lote, em um total de aproximadamente 2000 lotes, chega-se a um consumo diário em média de **2000 m³**.

Estima-se assim, que com apenas a reserva explotável, o manancial subterrâneo não atende ao consumo de todo condomínio na fase final de ocupação. Além disso, alguns cuidados específicos devem ser tomados:

O consumo diário na fase de ocupação final do projeto, como já mencionado, representa uma taxa de bombeamento de aproximadamente 83 m³/hora. Dados referentes aos 4 poços tubulares profundos existente na gleba do parcelamento mostram uma vazão total de 52,44 m³/hora em 24 horas de bombeamento, o que não atenderia a população em sua fase final.

A vazão de explotação é de 1535,16 m³/dia, e representa uma taxa de bombeamento de 63,62 m³/hora. Se comparado com o dado de consumo diário por dia na fase final de ocupação do condomínio, pode-se discernir que a vazão de explotação segura não será suficiente para abastecer a população total do empreendimento em sua fase final de ocupação. Além disso, como medida de segurança é recomendável que a taxa de bombeamento dos poços não seja superior a 75 % da sua capacidade.

Outra medida que poderia aumentar a taxa de infiltração e otimizar a reserva de exploração seria a implantação de sistemas de recarga artificial por meio de cisternas e valas de infiltração, que auxiliariam no tempo de retenção da água da chuva e consequentemente, na indução da recarga para abastecimento dos aquíferos locais e regionais, aumentando o valor da reserva renovável.

1434

1539
P

168
J

45

Geog
Lógica Consultoria Ambiental Ltda.

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UNB SELBRA MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



10-Considerações finais

Geologicamente, a área do condomínio insere-se, predominantemente tipo litológico quartzito (MNPpq₃) e Metarrítimo R3 (MNPpr3) do Grupo Paranoá.

Estruturalmente, em aspecto regionais, os quartzitos apresentam-se dobrados com flancos mergulhando para leste e oeste em alto ângulo, o que favorece a recarga de aquíferos. Testes de vazão em sistemas de aquífero do tipo R₃/Q₃, relacionados a essa unidade, mostram valores elevados o que favorecem a utilização de poços tubulares profundos como forma de abastecimento.

Os solos bem desenvolvidos, do tipo latossolos, associados a uma topografia plana, formam importantes zonas de recarga conferindo, a esta porção, maior probabilidade de se encontrar melhores vazões na perfuração de poços tubulares profundos.

No contexto geomorfológico, a área de estudo encontram-se inserida no compartimento geomorfológico denominado de Regiões de Chapada (Novais, 1986) - que inclui as porções mais planas da poligonal do Condomínio, mais precisamente atribuída a Chapada da Contagem (A₁) (Martins, 1998 e Martins & Baptista, 1998).

A área de Chapada possui uma topografia suave, representada por uma declividade, em grande parte inferior a 10%

Os cálculos estimados para vazão de exploração mostram que o tipo de abastecimento utilizado não é suficiente para o consumo da população com o término da ocupação do parcelamento. Além disso, é necessário que medidas sejam tomadas, para que se evite, ainda na fase de ocupação, problemas de abastecimento. Medidas estas como:

1. Manter no máximo 14 horas diárias de tempo de bombeamento, o que é compatível com os sistemas de aquíferos fissurais em exploração, sendo que 10 horas sem bombeamento são importantes para recuperação dos níveis dos cones de depressão
2. A impermeabilização da superfície ocasiona diminuição da recarga natural dos aquíferos e aumento do escoamento superficial. Por isso, se faz necessário que a taxa

1439
x 555
C

161

GeoLógica Consultoria Ambiental Ltda.

46

Premio Excelencia em Tecnologia 2002
CDT-UnB SEBRAE MINISTERO DA CIENCIA E TECNOLOGIA



de ocupação se restrinja a 50%, e que sejam implementados sistemas que compensem as perdas pela impermeabilização da superfície, como utilização de bloquetes em calçadas, reflorestamento das áreas onde ocorreram remoções da cobertura vegetal, utilização de caixas permeáveis em canteiros, valas de infiltração entre outras. Essas medidas são de fundamental importância, visto que a região corresponde a uma excelente área de recarga natural de aquíferos.

1436

1838
Q

162
J

47



11. Referências Bibliográficas

- AB'SABER, A.N. 1964. As altas superfícies de aplainamento do Brasil sudeste. *Rev. Fac. Campineiras*, 1(4):60-67.
- BARROS, J.C.B. 1987. Geologia e hidrogeologia do Distrito Federal. In: Inventário hidrogeológico do Distrito Federal. (GDF/CAESB) Brasília DF. p. 79-330.
- BARROS, J.G.C. 1994. Caracterização geológica e hidrogeológica do Distrito Federal. In: Cerrado, caracterização, ocupação e perspectivas. Pinto, M.N. (Org.). Brasília. Editora UnB/SEMATEC. 2^a ed. p. 265-283.
- BRAUN, O.P.G. 1971. Contribuição à geomorfologia do Brasil Central. *Rev. Bras. Geogr.*, 32 (3):3-39.
- CAMARGO, M. N.; KLAMT, E. & KAUFFMANN, J. H. - Classificação de solos usada em levantamentos pedológicos no Brasil. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Campinas, 12 (1): 11 - 33, 1987.
- CAMPOS, J.E.G. & FREITAS-SILVA, F.H. 1998. Hidrogeologia do Distrito Federal. In: IEMA/SEMATEC/UnB 1998 Inventário Hidrogeológico e dos Recursos Hídricos Superficiais do Distrito Federal. Brasília. IEMA/SEMATEC/UnB. Vol. 4, 85p.
- CAMPOS, J.E.G. & FREITAS-SILVA, F.H. 1999. Arcabouço hidrogeológico do Distrito Federal. In: XII Simp. Geol. Centro-Oeste. Boletim de Resumos. Brasília. 113p.
- COSTA, W.D. 1975. Estudo hidrogeológico preliminar das cidades do Gama, Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho no Distrito Federal – Brasília. (CONTEGE/CAESB). 150p.
- EIA. 1992 – condomínios Atlântico Sul, Mansões Rurais, Quintas do Trevo, Santa Bárbara e San Francisco. Serrana Engenharia. Brasília, DF, 97p.
- EMBRAPA, Serviço de Produção de Informação (Brasília, RJ). 1999. Sistema Brasileiro de classificação de solos. Brasília EMBRAPA-EPI. 412p.
- FARIA, A. 1995. Estratigrafia e sistemas deposicionais do Grupo Paranoá nas áreas de Cristalina, Distrito Federal e São João D'Aliança-Alto Paraíso de Goiás. Brasília. Universidade de Brasília/Instituto de Geociências. 199p. (Tese de Doutorado, inédita)

163
1437
1537

FETTER, C.W. 1994. Applied Hydrogeology. Third Edition. MacMillan College Publ. Co.

New York. 619 pp

FREITAS-SILVA F. H. & DARDENE, M. A. 1994. Proposta de subdivisão estratigráfica formal para o grupo Canastra no oeste de Minas Gerais e leste de Goiás. In: SIMP. GEOL. CENTRO OESTE., 4. Brasília, 1991. *Anais*. Brasília, SBG-DF/CO, p.164-165.

FREITAS-SILVA, F.H. & CAMPOS, J.E.G. 1998. Geologia do Distrito Federal. In: IEMA/SEMATEC/UnB 1998. Inventário Hidrogeológico e dos Recursos Hídricos Superficiais do Distrito Federal. Brasília. IEMA/SEMATEC/UnB. Vol. I, Parte I. 86p.

IPDF, Brasília 1996. Plano de Ordenamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

MAIO, C.R. 1986. Alterações ambientais no Distrito Federal, baseadas na geomorfologia dinâmica *Rev. Bras. Geogr.*, 48 (3):259-284.

MARTINS, E.S. & BAPTISTA, G.M.M. 1998. Compartimentação geomorfológica e sistemas morfodinâmicos do Distrito Federal. In IEMA/SEMATEC/UnB 1998. Inventário Hidrogeológico e dos Recursos Hídricos Superficiais do Distrito Federal. Brasília. IEMA/SEMATEC/UnB. Vol. I, Parte II. 53p.

MENDONÇA, A. F. 1993. Caracterização da erosão subterrânea nos aquíferos porosos do Distrito Federal. Anexo 3a: Reservas de água de superfície do Parque Nacional de Brasília. Brasília. Brasília. Universidade de Brasília/Instituto de Geociências. 154p. (Dissertação de Mestrado - inédita)

NOVAES PINTO, M. & CARNEIRO, P.J.R. 1984. Análise preliminar das feições geomorfológicas do Distrito Federal. In: CONGR. BRAS. DE GEÓGRAFOS. 4. 1984. *Anais* ... São Paulo. Livro II, v. 2. p.190-213.

NOVAES PINTO, M. 1986a. Caracterização morfológica do Curso Superior do Rio São Bartolomeu - Distrito Federal. *Rev. Bras. Geogr.*, 48 (4):377-397.

NOVAES PINTO, M. 1986b. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. *Geografia*, 11(21):97-109.

NOVAES PINTO, M. 1987. Superfícies de aplainamento do Distrito Federal. *Rev. Bras. Geogr.*, 49(2):9-26.



101
1438
1538
10

- NOVAES PINTO, M. 1994a. Caracterização Geomorfológica do Distrito Federal. In: NOVAES PINTO, M. (org). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília. Editora UnB. 2^a ed. p. 285-320.
- NOVAES PINTO, M. 1994b. Paisagens do cerrado no Distrito Federal. In: NOVAES PINTO, M. (org). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília. Editora UnB. 2^a ed.. p. 511-542.
- ROMANO, O. & ROSAS, J. G. C. 1970. Água subterrânea para fins de abastecimento de água e irrigação no Distrito Federal. In: CONGR. BRAS. GEOC., 24. 1970. Anais, Brasília, SBG. p.313-333.
- ROSS, J.L.S. 1997. Geomorfologia aplicada aos EIAs – RIMAs. In: GUERRA, A.J.T. & CUNHA, S.B. Geomorfologia e meio ambiente. Bertrand Brasil. 2^a edição. 291-336p.

1439

1589
P.

165
1

ANEXO II

**ESPECIFICAÇÕES DE
MATERIAIS E SERVIÇOS**

1440

1540

166

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Os materiais e serviços a serem utilizados na execução da obra deverão estar rigorosamente dentro dos padrões exigidos pela NOVACAP e atender às normas da ABNT vigentes.

A empresa a ser contratada para execução da obra deverá fornecer à fiscalização da Contratante uma cópia destas normas/padrões, às quais deverão estar disponíveis no canteiro de obras, durante todo o período de sua execução.

16x
1441
~~1541~~
Q

ANEXO III

PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO

1492

1542
Q

168
J

ANEXO III

PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO - REDE

ÁGUAS PLUVIAISNOVACAP
DU / DEFAFI DIAP

Localizada: Terreno

GALERIA

Cota da Sobeira

m

Rede	Tremo	Distância	Área de Construção	Área de Construções	Contaminantes	Área de Construções	Contaminantes	Defeito e Escoramento	Infiltração	Contentamento	Defeito e Vazante	Diametro	Q/DP	V/VP	H/D	Veloc.	Afluente Lâmina	Tempo de Percurso	Desnível	Organismos	Mortes	Juventude	Cota da Sobeira	Profundidade	Cota da Sobeira	Profundidade			
1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27		
1	1-1	1194,50	1192,45	0,0387	0,1407	0,1467	1800,00	220,50	23,30	50,00	0,03658	400	6,58	56,51	17,37	1,50	0,07	84,80	2,05	0,10	1192,80	1187,75	1,50	1,70	1,70	1,70			
2	1-2	1192,45	1190,50	0,0382	0,1684	0,3151	70,00	0,2206	183,20	224,42	49,59	51,00	0,03657	400	14,40	7,18	25,70	1,95	0,10	0,93	0,37	1190,05	1188,80	1,50	1,70				
1	2-1	1192,20	1191,55	0,0109	1,4013	1,4013	70,00	0,6468	1800,00	226,40	222,55	60,00	0,010683	500	65,34	108,60	56,10	1,85	0,30	111,65	0,65	0,10	1190,40	1187,75	1,50	1,60	1,60	1,60	
2	2-2	1191,55	1191,15	0,0062	0,3272	1,7245	70,00	1,2100	183,42	224,46	271,51	54,00	0,007734	500	66,85	113,76	77,71	1,63	0,30	104,01	0,47		1188,05	1186,18	1,50	1,67			
3	2-3	1191,15	1190,50	0,0068	0,4398	2,1684	70,00	1,5170	187,80	221,63	336,41	66,00	0,011326	500	86,43	113,75	77,45	2,02	0,36	123,30	0,75		1189,16	1184,43	1,50	2,07			
3	3-1	1190,50	1188,25	0,0328	0,6552	3,0387	70,00	2,1271	180,40	219,33	469,53	65,00	0,020870	500	84,16	111,86	70,04	3,16	0,35	216,17	1,68	0,36	1188,43	1186,45	2,07	1,80			
1	3-1	1190,45	1190,10	0,0063	0,2357	0,8357	70,00	0,5850	180,00	228,88	132,73	68,00	0,00530	500	55,70	102,63	53,51	1,25	0,27	223,37	0,35		1188,85	1185,20	1,50	1,60	1,60	1,60	
7	3-2	1190,10	1189,40	0,0106	0,1452	1,1519	70,00	0,6273	185,20	222,88	184,49	68,00	0,011581	500	54,74	102,40	52,85	1,26	0,26	118,00	0,70	0,10	1185,30	1187,60	1,50	1,60	1,60	1,60	
5	3-3	1189,40	1188,80	0,0045	0,4467	1,9288	70,00	1,1480	185,00	220,31	211,16	60,00	0,00746	500	68,64	112,84	72,63	1,62	0,36	106,65	0,50	0,10	1187,00	1187,50	1,50	1,60	1,60	1,60	
4	3-4	1188,80	1188,50	0,0045	0,4850	2,1136	70,00	1,4935	183,60	217,45	321,72	67,00	0,005500	600	65,50	112,20	70,84	1,48	0,43	100,00	0,34		1188,90	1185,63	1,50	1,63			
5	3-5	1188,80	1188,25	0,0037	0,7158	2,5624	70,00	1,8147	197,60	214,43	349,12	67,00	0,00739	600	65,07	112,17	70,59	1,81	0,42	215,85	0,50	0,20	1188,57	1186,07	1,50	2,18			
4	4-1	1187,40	1187,40	0,0324	0,4563	6,1924	70,00	2,3547	201,45	217,01	919,00	38,00	0,015600	800	65,47	108,74	60,18	2,68	0,47	113,26	0,57	0,10	1185,87	1185,30	2,10	2,10			
1	4-1	1184,85	1181,80	0,0384	1,2269	1,2269	70,00	0,6546	180,00	206,66	163,91	81,00	0,020442	400	56,29	103,08	53,86	2,63	0,22	228,68	2,65	0,20	1193,15	1180,20	1,70	1,70			
1	5-1	1193,25	1192,50	0,0094	0,6552	0,5652	70,00	0,4965	180,00	226,86	103,50	82,00	0,005338	400	58,27	104,35	55,50	1,45	0,22	116,10	0,75	0,10	1181,55	1180,80	1,70	1,70			
2	5-2	1192,50	1191,80	0,0075	0,5650	1,2152	70,00	0,6527	185,13	222,63	190,01	80,00	0,005750	500	61,05	107,29	60,09	1,55	0,30	123,88	0,60	0,10	1180,70	1180,10	1,50	1,60	1,60	1,60	
2	4-2	1191,80	1188,80	0,0215	0,7158	3,1871	70,00	2,2380	180,67	219,17	400,49	84,00	0,035671	500	70,31	110,81	67,18	3,46	0,34	293,44	3,00	0,10	1184,00	1187,00	1,50	1,60			
1	5-1	1180,10	1189,45	0,0081	0,6814	70,00	0,4770	180,00	226,68	108,22	80,00	0,005812	400	65,52	107,11	59,78	1,30	0,24	110,04	0,95	0,10	1184,40	1187,75	1,70	1,70				
2	6-2	1188,45	1188,25	0,0081	0,5730	1,2544	70,00	0,4562	180,00	222,64	185,50	80,00	0,005813	500	65,27	104,35	55,50	1,45	0,22	128,83	0,85	0,10	1187,85	1187,00	1,50	1,60			
3	4-3	1188,80	1188,75	0,0018	0,7072	5,1687	70,00	3,6111	183,63	217,51	765,43	26,00	0,005377	600	63,23	113,05	73,67	1,68	0,39	50,90	0,15	0,10	1184,70	1185,95	2,10	2,20			
1	7-1	1192,40	1188,75	0,0545	0,1352	0,8352	70,00	0,3053	180,00	228,89	66,38	67,00	0,005448	400	16,46	73,85	27,50	2,46	0,11	106,10	3,65	0,10	1186,70	1187,05	1,70	1,70			
2	7-2	1188,75	1188,35	0,0257	0,7350	1,8117	70,00	0,6381	183,84	224,37	150,35	15,00	0,02200	400	51,61	101,64	61,64	2,17	0,21	37,55	0,35	0,10	1185,52	1188,42	1,50	1,60			
3	7-3	1188,35	1188,25	0,0222	0,6446	0,6573	70,00	0,6381	183,84	224,37	150,35	18,00	0,00556	500	65,30	105,30	58,08	1,31	0,26	23,55	0,10		1185,20	1186,62	1,50	1,60			
3	6-3	1188,75	1185,75	0,0018	0,7072	5,1687	70,00	3,6111	183,63	217,51	765,43	26,00	0,005377	600	63,23	113,05	73,67	1,68	0,39	50,90	0,15	0,10	1185,12	1185,87	2,10	2,10			
4	4-4	1188,75	1188,40	0,0175	0,1268	6,3426	70,00	4,3700	184,11	218,60	94,55	20,00	0,015750	600	73,57	109,40	64,03	2,78	0,11	56,60	0,25	0,10	1185,12	1185,30	2,10	2,10			
5	4-5	1188,40	1187,40	0,0265	0,6842	6,3311	70,00	4,4316	182,128	218,12	657,73	38,06	0,015500	800	68,24	107,70	60,77	3,01	0,49	114,28	0,57	0,10	1185,87	1186,80	1,50	1,60			
5	5-1	1187,40	1184,80	0,0371	0,3868	12,9101	70,00	9,0371	207,620	211,19	167,84	70,00	0,020571	800	77,54	110,48	96,18	4,70	0,23	333,17	2,50	0,15	1185,20	1182,70	2,20	2,10			
1	6-1	1186,30	1186,25	0,0018	0,2526	0,6573	70,00	0,3707	180,00	226,89	84,11	65,00	0,005500	400	65,91	106,88	59,43	1,09	0,24	58,39	0,32	0,10	1184,80	1184,29	1,70	1,70			
2	6-2	1186,25	1185,75	0,0077	0,3932	0,6848	70,00	0,6762	183,63	222,92	150,61	65,00	0,005500	500	65,24	106,69	59,64	1,26	0,20	61,70	0,33	0,10	1184,19	1184,65	2,07	1,60			
3	6-3	1185,75	1185,30	0,0018	0,2526	1,4266	70,00	0,8685	180,74	218,00	218,00	65,00	0,005500	500	64,51	113,58	76,27	1,34	0,38	67,01	0,43	0,10	1185,76	1183,44	1,50	1,60			
4	6-4	1185,30	1184,80	0,0077	0,7224	1,8930	70,00	1,3265	195,830	215,84	215,84	34,04	28,00	0,015207	500	96,81	113,78	77,68	2,08	0,36	68,42	0,35	0,10	1185,34	1182,90	1,50	1,60		
6	6-6	1184,80	1184,30	0,0498	0,5422	17,4574	70,00	12,9502	204,00	210,25	231,24	71,00	0,03673	800	99,81	113,85	78,55	5,11	0,64	365,03	2,75	0,20	1182,55	1176,80	2,25	2,10			

160

1443

1543

160

160

160

160

160

AGUAS PLUVIAIS

R R T Engº Adauto Santigos do E. Santo - 7-3880/D - CREA/DF
Tempo de Recorrência 5 anos
Responsável Engº Francisco J. S. Pereira
Cidade: Juatá

Localização	Terreno	Detalhamento Especifico para Juiz de Fora												Galeria														
		Cores						Técnicas e Coeficientes						Técnicas e Coeficientes						Cores e Solera								
		Rodo	Tracho	Montante	Juanete	Deschr. vertical	Area de Caudri- burço	T Áreas	Coef. cientes	T Áreas	Coef. cientes	T Áreas x Coef. cientes	Detrív. Escorar	Comprimento	Direc- vidade	Detrív. mero	G/QP	V/VF	H/D	Veloc.	Abertura	Tempo de Percurso	Deschr. veias	Montante	Juanete	Monte	Jus	Obs
1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	
1	10-1	1183.50	0.0023	0.5720	0.5720	70.00	0.4015	1800.00	220.80	91.10	80.00	0.00517	400	70.22	103.35	61.92	1.12	0.25	07.11	0.31	0.10	1181.49	1.70	1.61				
2	10-2	1183.50	0.0050	0.5144	0.5144	70.00	0.6616	1853.84	222.93	154.16	80.00	0.00517	500	65.55	107.89	62.22	1.28	0.30	76.74	0.31	0.10	1181.38	1.05	1.61	1.92			
3	10-3	1183.50	0.0068	0.5301	0.5301	70.00	1.4181	1800.72	191.00	217.99	65.00	0.00500	500	64.00	113.55	70.04	1.34	0.24	80.98	0.33	0.10	1180.96	1.05	2.02	1.89			
4	10-4	1182.55	0.0100	0.4532	0.4532	187.73	70.00	1.3098	149.12	216.20	285.28	65.00	0.00500	500	65.00	103.66	54.53	1.80	0.33	117.18	0.56	0.40	1180.56	1.00	1.90	1.60		
1	11-1	1184.10	0.0075	0.6036	0.6036	70.00	0.4227	1800.06	226.60	56.61	80.00	0.00750	400	61.38	105.18	65.80	1.31	0.23	104.64	0.60	0.10	1182.40	1.80	1.70	1.70			
2	11-2	1182.50	0.0085	0.5588	1.1025	70.00	0.6138	1861.14	222.38	180.97	80.00	0.00625	500	69.95	104.26	61.76	1.43	0.27	114.12	0.50	0.10	1181.20	1.80	1.80	1.80			
3	11-3	1182.50	0.0125	0.5683	1.7304	70.00	1.2110	1817.22	216.44	204.65	80.00	0.01337	500	69.93	108.25	61.75	1.26	0.20	106.83	1.07	0.20	1180.13	1.80	1.80	1.87			
4	11-4	1182.00	0.0088	0.0336	2.3644	70.00	1.6551	1655.56	215.03	357.21	28.00	0.00500	600	64.93	113.62	78.52	1.51	0.48	35.31	0.13	0.20	1178.80	2.07	2.10				
7	11-7	1181.80	0.0398	0.5574	22.5065	70.00	15.7154	204.76	209.38	2816.16	71.00	0.03562	1000	70.63	108.54	62.27	5.50	0.62	300.16	2.60	0.87	1178.80	1.00	2.30	2.30			
1	12-1	1180.55	1.0050	0.5681	0.5681	70.00	1.4117	1800.00	226.88	93.40	63.00	0.20500	400	73.18	109.20	63.03	1.11	0.25	66.91	0.32	0.10	1178.54	1.70	1.67				
2	12-2	1180.50	1.1800	0.5	0.5	1.0189	0.4318	1.0736	222.71	159.00	70.00	0.00900	500	60.71	107.88	61.04	1.27	0.31	61.68	0.35	0.10	1178.44	1.00	2.07	1.68			
3	12-3	1180.50	0.0063	0.0063	1.0189	161.45	1.0189	181.81	227.77	72.00	0.00500	600	61.86	105.38	57.09	1.40	0.40	100.98	0.36	0.10	1177.63	2.06	1.87					
4	12-4	1179.30	0.0042	0.4663	2.0180	70.00	1.4133	1803.18	215.32	304.31	72.00	0.00500	600	60.87	111.87	68.11	1.48	0.41	108.03	0.36	0.10	1177.53	1.77	2.07	2.13			
1	13-1	1180.70	1.1853	0.0050	0.5466	0.5466	86.11	80.00	0.00500	400	65.02	107.82	60.65	1.09	0.24	87.44	0.40	0.10	1178.00	1.80	1.70	1.70						
2	13-2	1180.50	1.1870	0.0063	0.5713	1.1169	0.7616	187.19	221.53	173.60	80.00	0.00675	500	87.13	107.32	60.13	1.41	0.30	113.13	0.50	0.10	1176.50	1.80	1.80	1.80			
3	13-3	1178.50	0.0170	0.5050	1.6720	70.00	1.1710	182.76	217.58	254.79	80.00	0.01500	500	83.57	106.04	56.08	2.16	0.29	173.17	1.20	0.20	1176.00	1.80	1.80	1.80			
4	13-4	1178.00	0.0340	0.8462	2.3181	70.00	1.6234	1865.72	215.68	349.16	23.00	0.00500	600	82.70	113.98	75.22	1.51	0.45	34.71	0.12	0.35	1178.60	1.49	2.00	2.42			
9	14-8	1178.30	0.0328	0.5659	27.3544	70.00	1.6181	2087.71	208.57	338.72	70.00	0.03650	1000	93.27	113.45	75.51	6.74	0.76	306.62	2.13	0.74	1176.44	1.00	3.10	2.50			
1	14-1	1177.55	1.1774	0.0021	0.7068	0.7068	10.00	0.4005	1800.00	226.89	111.30	70.00	0.00530	400	27.21	112.57	71.88	1.14	0.20	80.03	0.36	0.10	1175.05	1.50	1.70	1.90		
2	14-2	1177.40	1.1776	0.0043	0.4702	1.1710	0.7000	0.1710	1861.23	223.39	182.77	70.00	0.00500	500	78.76	110.19	65.88	1.31	0.33	91.38	0.35	0.10	1175.40	1.05	2.00	2.00		
3	14-3	1177.05	0.0043	0.4854	1.6864	70.00	1.1765	1.1765	1.1765	1865.87	215.60	70.00	0.00500	600	60.77	101.54	60.50	1.43	0.30	100.18	0.35	0.10	1174.95	1.80	1.80	1.80		
4	14-4	1178.75	1.1763	0.0084	0.4857	2.1521	70.00	1.5056	1863.76	216.28	324.31	70.00	0.00500	600	96.19	113.38	71.25	1.50	0.43	104.70	0.35	0.10	1174.50	1.50	2.25	2.15		
9	14-8	1178.30	0.0328	0.5659	27.3544	70.00	21.0755	2081.08	207.74	389.82	70.00	0.04014	1000	88.70	112.82	72.75	5.68	0.73	416.02	2.61	0.10	1173.26	1.00	3.04	2.30			
1	15-1	1178.50	0.0033	0.4876	0.4876	1.0477	1800.00	228.89	228.89	74.27	75.00	0.00500	400	58.19	103.90	54.66	1.08	0.22	76.14	0.38	0.10	1172.43	1.70	1.63				
2	15-2	1178.50	0.0060	0.5243	0.5243	1.0819	0.6894	1871.07	221.68	151.02	75.00	0.00500	500	66.52	107.11	56.78	1.25	0.30	94.87	0.35	0.10	1172.33	1.91	1.62	1.62			
3	15-3	1178.50	0.0125	0.5227	1.5146	1.0819	1.0819	1.0819	1.0819	217.65	230.63	76.00	0.00500	600	61.30	105.17	56.76	1.40	0.34	108.37	0.38	0.10	1171.47	1.65	2.13			
4	15-4	1178.50	0.0125	0.5326	2.0474	70.00	1.4332	1864.79	219.88	296.63	76.00	0.00500	600	83.78	108.12	58.20	1.80	0.35	137.10	0.62	0.50	1171.47	1.50	2.15				
10	14-10	1172.75	0.0383	0.6167	32.7741	70.00	22.8418	2082.77	207.02	389.88	70.00	0.03633	1000	98.05	113.86	70.45	5.60	0.78	1165.84	1.15	0.10	1170.35	1.00	2.40	2.40			
1	16-1	1178.80	1.1765	0.0053	0.5924	0.5924	70.00	0.4147	1800.00	226.89	216.69	94.08	70.00	0.00500	400	73.72	109.41	63.84	1.11	0.20	84.45	0.38	0.10	1175.20	1.82	1.70	1.63	
2	16-2	1178.65	1.1765	0.0053	0.5924	0.5924	70.00	0.4147	1800.00	226.89	216.69	94.08	70.00	0.00500	500	52.01	101.12	51.35	1.19	0.20	66.38	0.38	0.10	1174.72	1.35	1.93	1.93	
3	16-3	1178.50	1.1765	0.0053	0.5924	0.5924	70.00	0.4147	1800.00	226.89	216.69	94.08	70.00	0.00500	600	64.34	113.14	74.03	0.37	101.33	0.38	0.10	1174.20	1.82	1.04			
4	16-4	1175.75	1.1765	0.0125	0.6030	0.6030	1.9336	1.9336	1.9336	213.85	238.69	70.00	0.01072	500	81.55	102.63	70.08	1.04	0.36	147.73	0.61	0.10	1173.00	1.00	1.84	1.80		
5	16-5	1174.80	1.1771	0.0125	0.6032	0.6032	1.9334	1.9334	1.9334	207.42	211.11	303.58	68.00	0.00517	500	51.20	100.73	50.88	3.64	0.25	228.73	3.20	0.70	1173.00	1.00	1.80	1.80	
11	1-11	1171.80	1170.00	0.0125	0.6228	0.6228	0.1248	0.1248	0.1248	208.71	208.71	208.71	10.00	0.02286	1000	82.27	112.01	70.11	5.08	0.84	354.17	1.00	0.25	1169.10	1.00	2.50	2.50	
1	1-7-1	1172.70	1172.50	0.0037	0.7044	0.7044	70.00	0.4931	1800.00	226.89	111.87	54.00	0.00806	400	87.95	112.95	72.12	1.14	0.25	61.78	1.07	0.00	1170.73	1.77	1.77	1.77		
2	1-7-2	1172.50	1171.50	0.0165	0.3897	0.3897	70.00	0.7659	1847.20	223.40	171.10	54.00	0.01727	400	103.87	103.87	63.08	2.05	0.25	1169.80	1.00	1.00	1.00					
3	1-7-3	1171.50	1170.00	0.0055	0.3926	0.3926	70.00	0.7655	1873.49	221.51	220.74	24.00	0.06350	400	48.92	69.56	49.52	3.40	0.20	1169.80	1.00	1.00	1.00					

ÁGUAS PLUVIAIS

Cai, *Contaminant Rural Risk*

Local Condomínio Rural RK
Data Dezembro/2003
Curva Usada Eng Francisco J S Pereira
Fase Aditivo Sulfônico de Recortância 5 anos

H O V A C P
D U / D E P A F I / D I A P

1445
845
8

۱۷

ÁGUAS PLUVIAIS

Data Dezembro/2003
 Curva Usada Eng Francisco J S Pereira
 Tempo de Recorrência Tempo de Recorrência 5 anos
 R+ Engº Artur Santos do E. Santo 7380.D. CREA/DCE
 -ocultação

Terreno

Cota das Águas

GALERIA

Tudo Parcialmente Cheio

Cota de Sobeira

Profundidade

Obs

Rede	Trecho	Cota		Área de Controle	Coeficiente	Áreas Coeficientes	Tempo de Concentração	Intensidade	Defesa Escorrer	Cantimento	Diametro	Q / Qp	V / Vp	H / D	Veloc.	Altura da Lâmina	Tempo de Percurso	Distância	Depósito Jazante	Montante	Jazente	Mori	Mori	Jaz.		
		m	%																							
1	31-1	1165.50	0.0333	0.7546	0.7448	70.00	0.1544	1800.00	226.68	116.70	60.00	0.0333	400	35.32	0.15	41.22	2.40	0.16	144.05	2.00	0.10	1163.60	1161.60	1.70		
2	31-2	1163.50	0.0445	0.4012	1.3900	70.00	0.1652	1824.69	225.05	179.64	55.00	0.0454	400	47.16	0.03	48.65	2.97	0.10	161.00	2.40	0.07	1161.70	1159.30	1.70		
16	75-16	1161.00	0.1584	0.0473	0.3762	20.05	0.0457	20.00	16.1520	2206.85	2759.40	55.00	0.0454	10200	62.28	0.56	57.34	5.65	0.57	327.47	2.50	0.10	1156.60	1158.10	2.40	
19	22-19	1158.40	0.1584	0.1584	0.3184	23.50	0.0556	2186.69	198.24	2178.41	55.00	0.0298	10200	62.28	0.56	60.63	5.00	0.07	214.87	1.80	0.20	1158.00	1154.40	2.40		
20	23-20	1158.70	0.1572	0.0131	0.4718	21.66	0.0458	2230.10	188.06	2055.40	42.00	0.0092	12500	81.01	112.53	71.74	3.24	0.36	136.07	0.10	0.10	1154.20	1153.81	3.44		
21	25-21	1157.75	0.1575	0.0053	0.6327	46.96	0.0456	20.00	17.1727	2243.16	2805.86	47.00	0.0075	12000	84.66	113.66	78.76	2.66	0.35	135.96	0.10	0.10	1153.30	1153.01	4.14	
22	23-22	1157.50	0.0056	0.0652	0.5385	70.00	0.1772	2259.68	107.36	2084.75	45.00	0.0076	12000	81.64	113.84	78.20	2.68	0.34	134.01	0.14	0.10	1153.00	1152.71	4.46		
23	23-23	1157.25	0.1573	0.0142	0.6613	70.00	0.1739	2274.16	198.53	2152.46	36.00	0.0078	12000	84.34	112.75	77.39	3.07	0.39	114.74	0.20	0.10	1152.75	1152.35	4.65		
24	23-24	1157.20	0.1573	0.1500	0.8120	24.81	0.125	217.67	2268.64	185.84	45.00	0.0081	12000	85.19	113.66	76.65	3.04	0.32	131.60	0.10	0.10	1152.25	1151.91	4.34		
25	23-25	1157.00	0.1562	0.0159	0.2651	70.00	0.1758	2301.46	185.05	2056.03	54.00	0.0081	12000	86.05	113.65	76.00	3.04	0.32	165.48	0.44	0.10	1151.91	1151.30	4.34		
26	23-26	1156.25	0.1545	0.0238	0.1380	35.054	0.0574	2160.21	61.00	0.0061	12000	91.63	113.67	76.53	3.07	0.32	192.36	0.37	0.10	1151.91	1151.30	3.16				
27	23-27	1156.75	0.1545	0.0081	0.1568	25.2323	0.0617	2061.17	31.00	0.0061	12000	91.67	113.60	76.36	3.08	0.32	165.42	0.25	0.10	1151.14	1150.92	3.56				
28	23-28	1156.50	0.1545	0.0211	0.2553	70.00	0.1787	2346.85	192.50	2026.22	26.00	0.0064	12000	91.21	113.55	76.08	3.12	0.31	81.13	0.22	0.10	1151.14	1150.92	3.56		
1	32-1	1159.25	0.1584	0.0111	0.09277	0.09977	70.00	0.0884	2089.00	228.89	15.52	400	0.0145	72.00	0.0168	400	18.70	57.60	18.01	0.07	72.30	1.05	0.10	1157.50	1156.50	1.70
2	32-2	1158.45	0.1584	0.0111	0.0946	0.09035	70.00	0.0518	1871.70	221.64	72.00	32.46	0.0167	400	33.46	90.16	39.65	1.97	0.16	1203.37	1.20	0.10	1156.40	1155.20	2.05	
3	32-3	1158.50	0.1584	0.0233	0.1997	0.09842	70.00	0.0259	1814.77	115.81	115.84	72.00	0.0439	400	31.27	92.81	42.40	2.11	0.17	195.25	2.38	0.20	1155.10	1152.12	2.38	
28	25-29	1154.50	0.1545	0.0081	0.1568	25.2323	0.0617	2061.17	31.00	0.0061	12000	91.67	113.60	76.36	3.08	0.32	165.42	0.25	0.10	1150.62	1150.26	3.56				
30	25-30	1152.75	0.1515	0.0031	0.1911	26.7533	0.0617	2061.37	2357.65	191.37	3046.15	40.00	0.0232	12000	50.98	100.63	50.74	5.31	0.61	212.58	1.25	0.10	1150.26	1149.00	2.50	
31	23-31	1151.50	0.1495	0.0413	0.1724	28.6937	70.00	0.0362	2376.14	181.18	3057.50	40.00	0.0242	12000	44.55	97.25	46.91	5.00	0.60	236.04	1.65	0.30	1147.05	1147.35	2.50	
32	23-32	1149.85	0.1500	-0.0071	0.1202	27.0573	70.00	0.16401	2381.92	70.00	3054.97	77.00	0.0108	12000	81.71	112.55	71.80	3.50	0.68	268.82	0.84	0.10	1147.32	1146.32	4.16	
1	33-1	1160.50	0.1602	-0.0083	0.74715	70.00	0.0574	228.89	74.85	30.00	0.0050	400	56.86	104.11	55.24	1.08	0.22	57.10	0.27	0.10	1156.60	1155.33	1.42			
2	33-2	1160.95	0.1602	0.0171	0.07687	26.7533	0.0617	222.12	121.60	75.00	0.0050	400	65.26	113.65	76.74	1.16	0.31	89.57	0.38	0.10	1156.48	1156.06	2.24			
3	33-3	1160.30	0.1602	0.0207	0.3168	1.5854	70.00	0.0688	1916.05	216.52	198.15	75.00	0.0147	500	49.86	100.08	50.10	2.02	0.25	161.85	1.11	0.10	1156.06	1154.10	1.60	
4	33-4	1159.75	0.1556	0.0376	0.2264	1.8248	70.00	0.1640	1923.59	215.68	215.65	75.00	0.0235	500	43.47	96.63	46.24	3.12	0.23	227.03	2.45	0.10	1154.00	1151.90	1.80	
5	33-5	1155.80	0.1536	0.0307	0.3245	1.5814	70.00	0.1640	1917.46	214.37	215.63	75.00	0.0230	500	60.03	105.84	57.77	3.02	0.20	1154.70	1153.50	2.00				
6	33-6	1153.60	0.1504	0.0421	0.3352	2.8695	70.00	0.0227	2002.26	212.74	45.79	75.00	0.0564	500	55.34	102.81	53.30	4.07	0.27	308.87	4.20	1.20	1151.70	1147.41	1.80	
33	23-33	1156.40	0.1475	0.0433	0.7212	30.8680	70.00	0.1476	2403.91	188.72	3432.08	67.00	0.0161	1200	75.43	109.80	64.93	4.42	0.78	286.24	1.21	0.10	1146.22	1145.60	4.19	
26	1-26	1147.50	0.1450	0.0167	0.3550	77.2475	70.00	0.0773	2419.08	183.90	86.15	43.01	0.0165	150.0	78.04	110.84	67.93	5.35	1.01	787.51	2.60	0.10	1145.00	1142.70	2.60	
1	34-1	1168.20	0.1675	0.0079	0.1140	0.2719	1.4119	70.00	0.0458	1800.00	228.69	113.40	70.00	0.0076	400	70.84	108.56	82.30	1.38	0.25	96.74	0.10	0.10	1168.50	1168.95	1.70
2	34-2	1167.65	0.1675	0.0033	0.4377	0.2719	0.0436	0.5480	1.1969	70.00	0.0762	1850.65	223.15	178.37	58.03	54.87	103.83	54.87	110.54	0.27	1168.25	1168.25	1.80			
3	34-3	1167.05	0.1680	0.0067	0.5281	0.0436	0.5480	1.1969	70.00	0.1642	205.69	70.00	0.0457	500	38.15	92.38	42.96	3.25	0.21	227.42	3.05	0.10	1165.75	1165.25	2.22	
4	34-4	1164.60	0.1694	-0.0076	0.1905	0.1814	70.00	0.1710	1914.03	218.65	207.97	33.00	0.0110	600	51.46	100.86	51.02	2.00	0.11	95.88	0.37	0.10	1162.70	1161.74	2.51	
5	34-5	1164.25	0.1681	0.0450	0.6823	4.1949	70.00	0.1640	214.62	655.44	70.00	0.0376	600	64.02	106.21	58.34	3.73	0.35	260.98	2.44	0.20	1161.64	1175.20	2.61		
6	34-6	1161.10	0.1615	-0.0015	0.1712	3.0764	70.00	0.1764	1907.80	213.60	657.37	33.00	0.0503	600	80.88	111.28	80.31	1.80	0.54	59.98	0.17	0.10	1178.00	1178.83	2.32	

1447
 1547

ÁGUAS PLUVIAIS

Tempo de Recorrência Tempo de Recorrência 5 anos
R - Ergº Adélio Santos do E Santo - 7388/Q . CREA/DF

ÁGUAS PLUVIAIS

NOVA CA
DI/DEPEN/DIF

Localização: Terreno

Data: Dezembro/2003

Curva Usada: Engº Francisco J. S. Pereira

Tempo de Recorrência: Tempo de Recorrência 5 Anos

R.T.: Engº Adauto Santos do E. Santo - 73880/D - CREA/DIF

DI/DEPEN/DIF

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

1449

ÁGUAS PLUVIAIS

726
P 1450
ISSO

Localização: Terreno

Detalho e Especificação Juante

Rede	Trecho	Cotas	GALERIA												Profundidade													
			Cotas			Área de Controle			Desv. vertente			Contaminação			Desv. variante													
			m	m	%	m	m	%	m	m	%	m	m	%	m	m	%											
1	2	5	6	10	11	11.187,50	11.190,25	0,00447	0,50411	11.212,280	70,00	8.4852	2020,63	210,97	101,86	75,00	0,04323	800	0,756	107,47	90,38	0,10	1160,50	-1157,25	2,10			
13	13	14	12	13	14	11.187,50	11.190,25	0,00447	0,50411	11.212,280	70,00	8.4852	2020,63	210,97	101,86	75,00	0,04323	800	0,756	107,47	90,38	0,10	1160,50	-1157,25	2,00			
1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	
1	53-1	1181,00	1182,80	1184,00	1185,25	0,0142	0,7180	70,00	0,7185	70,00	0,6309	1800,00	226,89	114,13	53,00	0,01415	400	53,16	161,47	52,02	1,74	0,21	92,06	0,75	0,10	1159,30	1158,55	1,70
2	53-2	1180,25	1180,50	0,0200	0,3241	1	10527	70,00	0,7369	1801,51	224,42	105,52	50,00	0,01600	400	83,35	107,74	0,0164	2,08	0,24	103,80	0,90	0,40	1158,45	1157,55	1,70		
14	47-14	1158,25	1157,00	0,00400	0,3513	13	17,600	70,00	0,8480	2044,33	210,04	1776,67	55,00	0,01182	800	88,92	112,52	71,89	4,58	0,57	251,64	1,75	1,60	1157,15	1155,40	2,10		
15	47-15	1157,00	1155,00	0,00444	0,0815	13	11,8615	70,00	0,7031	2056,35	210,28	1705,54	45,00	0,04444	800	109,41	52,02	57,51	238,94	2,00	0,20	1155,40	1153,40	1,60				
16	47-16	1155,00	1155,00	0,00525	0,1566	14	42,401	70,00	0,9841	2084,91	205,74	1843,27	40,00	0,01075	1000	85,50	112,27	70,88	3,08	0,71	122,19	2,43	0,10	1153,20	1152,77	2,10		
17	47-17	1154,80	1154,80	0,0131	0,2763	41	1,4811	70,00	0,2777	80,80	207,84	1845,33	75,00	0,00783	1000	68,71	113,95	78,48	2,00	0,79	201,38	0,60	1,00	1152,87	1152,00	2,23		
18	47-18	1154,80	1151,80	0,01400	0,2051	14	6582	70,00	0,2873	2105,63	210,22	1854,72	50,00	0,01653	1000	41,63	96,67	45,24	5,40	0,15	245,09	1,20	1,20	1152,08	1146,46	2,72		
28	34-28	1151,80	1151,50	0,00037	0,2962	40	52,222	70,00	0,8485	2255,48	197,55	1858,82	80,00	0,00038	1500	88,51	112,78	78,84	3,26	1,09	285,63	0,59	1,00	1147,46	1148,87	4,34		
30	34-30	1151,80	1148,70	0,02350	0,1478	40,6700	2276,32	196,25	4912,07	90,00	0,01205	1500	88,90	101,95	61,21	4,11	0,92	232,92	0,64	1,00	1145,87	1145,80	4,63					
31	34-31	1148,70	1144,25	0,0556	0,1827	40,8527	70,00	0,8527	1801,00	226,89	195,19	45,98	60,00	0,03161	1500	42,39	88,01	45,98	5,84	0,88	475,30	2,55	0,20	1144,70	1142,15	4,00		
32	34-32	1144,25	1143,50	0,0131	0,2763	41	1,2860	2312,25	184,47	4640,42	62,00	0,01371	1500	64,82	106,40	58,80	4,32	0,88	268,04	0,65	1,00	1141,95	1141,10	2,30				
1	54-1	1148,50	1147,25	0,02006	0,66338	0,66338	70,00	0,46497	1860,00	220,66	105,43	60,00	0,02983	400	40,47	94,85	44,40	1,97	0,16	117,98	1,25	0,10	1146,60	1145,55	1,70			
2	54-2	1147,25	1145,50	0,02006	0,63637	70,00	0,7056	222,86	224,62	171,67	90,00	0,02750	400	57,45	103,50	2,47	0,22	148,04	1,65	0,10	1145,46	1143,80	1,60					
3	54-3	1145,50	1143,50	0,02006	0,63634	1854,83	222,85	222,86	201,83	301,83	66,00	0,02455	400	88,97	113,01	72,51	3,02	0,29	195,93	1,90	0,20	1143,70	1141,90	1,70				
33	3-33	1142,50	1142,55	0,0197	0,1271	43	1,910	70,00	0,2937	2229,59	181,71	1651,52	75,00	0,01493	1500	64,40	106,50	61,79	4,51	1,12	338,38	1,15	0,16	1141,10	1136,98	2,40		
34	3-34	1142,55	1142,80	0,00312	0,2405	43	4,4015	70,00	0,4084	2343,21	182,84	4358,12	77,00	0,00942	1500	81,68	111,47	65,56	3,75	1,03	268,73	0,72	1,00	1139,83	1136,11	2,30		
1	55-1	1171,50	1171,20	0,00037	0,6114	0,6114	1862,70	70,00	0,4280	1680,00	221,69	187,56	60,00	0,02600	400	76,08	110,08	65,31	1,12	0,26	88,44	0,40	0,10	1163,80	1164,40	1,60		
2	55-2	1170,70	1170,70	0,00063	0,5546	1862,70	70,00	0,8163	187,56	211,65	180,84	60,00	0,04500	500	78,19	110,63	65,54	1,30	0,13	104,30	0,40	0,10	1165,30	1166,80	1,60			
3	55-3	1170,25	1169,75	0,00056	0,5651	1751,3	70,00	1,7259	1859,62	217,36	268,47	80,00	0,00688	500	88,20	113,87	75,65	1,57	0,39	125,89	0,55	0,20	1166,80	1165,25	1,60			
4	55-4	1170,25	1169,75	0,00144	0,5362	2085,75	70,00	1,6007	1983,75	213,95	341,88	80,00	0,01197	500	98,15	113,73	77,27	1,39	185,25	0,65	1,00	1167,30	1167,30	2,00				
5	55-5	1168,10	1165,50	0,00462	0,65860	294,75	70,00	2,0833	2022,46	213,43	78,00	60,00	0,04615	500	82,05	103,46	57,20	3,78	0,20	284,54	0,15	1,00	1167,30	1165,70	1,60			
1	56-1	1168,10	1167,80	0,00317	0,5935	0,5935	70,00	0,4085	1860,00	228,89	228,89	60,00	0,00500	400	72,81	109,99	63,30	1,11	0,25	88,63	0,40	0,10	1166,40	1166,00	1,70			
2	56-2	1167,80	1167,75	0,00203	0,5852	1,187	70,00	0,8118	187,21	221,60	181,26	60,00	0,00500	500	78,34	110,67	68,63	1,30	0,33	78,26	0,30	0,10	1165,80	1165,60	1,60			
3	56-3	1167,75	1167,25	0,00165	0,4081	1,5768	70,00	1,0268	181,21	218,37	241,03	60,00	0,00563	500	88,44	113,75	77,45	1,45	0,39	86,69	0,35	0,10	1162,50	1161,15	2,25			
4	56-4	1167,25	1166,60	0,00108	0,4078	1,6944	70,00	1,6007	1869,60	216,55	286,42	60,00	0,00517	500	98,36	113,68	71,91	1,61	0,37	108,84	0,55	0,20	1163,15	1164,90	2,10			
5	56-5	1166,60	1165,50	0,00183	0,4257	2,4101	70,00	1,6871	1892,72	213,36	350,05	60,00	0,01500	500	89,81	113,15	74,08	1,51	0,44	117,45	0,39	0,15	1164,60	1163,70	2,00			
6	56-6	1165,50	1162,75	0,00353	0,5271	5,8847	70,00	4,1102	203,14	210,11	895,51	76,00	0,03492	600	87,32	112,60	71,98	3,64	0,43	307,55	2,70	0,20	1163,65	1160,85	1,90			
7	57-1	1162,75	1,161,50	0,01039	0,6860	8,6012	70,00	6,3278	202,92	208,87	125,57	40,00	0,03125	800	63,95	106,18	58,30	4,28	0,47	171,19	1,25	0,10	1160,65	1158,40	2,10			
8	57-2	1,164,05	1,164,05	0,00383	0,6860	8,6012	70,00	6,3272	186,00	226,89	102,60	78,00	0,00560	400	80,38	111,17	87,83	1,13	0,27	84,06	0,39	0,10	1162,50	1162,26	1,70			
9	57-3	1,164,05	1,164,05	0,00162	0,5402	1,1862	70,00	1,0203	186,00	221,92	184,19	78,00	0,00560	500	80,90	110,88	97,35	1,31	0,34	102,02	0,39	0,10	1162,15	1161,77	1,60			
10	57-4	1,164,05	1,163,50	0,00071	0,5581	1,7545	70,00	1,2580	192,72	217,65	267,28	78,00	0,00500	600	70,05	105,60	82,36	1,45	0,37	112,73	0,10	0,10	1161,97	1161,25	2,22			
11	57-5	1,163,50	1,162,75	0,00068	0,5281	2,2834	70,00	2,4257	214,02	34,02	34,02	78,00	0,00500	600	80,81	113,15	74,08	1,51	0,44	117,45	0,39	0,14	1161,15	1160,59	2,32			
12	57-6	1,162,75	1,162,75	0,00329	0,5271	5,8847	70,00	4,1102	203,14	210,11	895,51	76,00	0,03492	600	87,32	112,60	71,98	3,64	0,43	307,55	2,70	0,20	1163,65	1160,85	1,90			
13	57-7	1,162,75	1,161,50	0,00153	0,5852</td																							

ÁGUAS PLUVIAIS

H O V A C P
QU/DEPARI/DAP

Locatário

Tempo-o

Defunto e Encalhado para Juizesse

Cota-s

Todos Parcialmente Cheios

G A L E R I A

Profundidade

Costa da Serra

Montante

Justante

Moriente

Oeste

OBS

Rio	Trecho	Altura da Duna vide	Distância entre dunas	Altura da costa contínua	Altura da costa distante	Contar cristais	Tempo de Coocorete	Interven- tido	Defluido a Escalar	Concen- trado	Densi- dade	De- bito m3/s	Alta da Lâmina	Alta da Percur- so	Des- carga a Justante	Des- carga a Montante	Costa da Serra	Profundida- de			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
11	55-11	1155.75	1155.45	0.0342	0.0446	10.7477	70.00	7.5234	210.51	206.49	137.95	36.00	0.03421	800	65.08	58.93	4.50	0.17	710.82	1.30	
12	55-12	1155.00	0.0343	0.0452	0.0462	10.7477	70.00	7.5668	210.65	205.87	132.95	40.00	0.03425	800	63.41	105.65	57.00	0.46	184.03	1.45	
13	55-13	1155.50	0.0375	0.0445	0.0445	10.7474	70.00	7.6121	211.65	205.15	137.68	40.00	0.03432	800	62.54	105.65	57.48	0.46	186.59	1.50	
14	55-14	1155.50	0.0343	0.0443	0.0453	10.7407	70.00	7.6578	212.22	204.83	132.39	44.00	0.04432	800	57.71	101.70	54.66	0.44	216.01	1.95	
15	55-15	1149.75	1149.50	0.0578	0.0698	11.0096	70.00	7.7067	213.86	204.40	138.23	32.50	0.05761	800	55.71	100.49	50.58	0.51	178.28	1.85	
16	55-16	1149.50	0.0753	0.0542	0.0542	11.0038	70.00	7.7447	214.41	204.66	140.51	40.00	0.07000	800	48.22	88.17	47.91	0.38	177.65	2.10	
17	55-17	1147.50	0.0714	0.0482	0.0482	11.0026	70.00	7.7784	214.68	205.52	140.76	28.00	0.07143	800	45.83	87.68	47.70	0.38	167.16	2.00	
18	55-18	1145.50	0.0659	0.0453	0.0453	11.1573	70.00	7.8101	215.83	205.44	140.65	41.00	0.05661	800	47.00	86.13	48.87	0.39	237.31	2.69	
35	34-35	1142.80	1142.50	0.0345	0.0345	0.5559	55.1537	0.0342	0.0342	0.0342	0.0342	0.0342	0.0342	0.0342	1500	79.73	111.01	67.44	1.01	257.82	0.68
1	56-1	1165.90	1163.35	0.0319	0.0320	0.0320	70.00	0.0364	100.00	100.00	226.69	14.61	50.00	0.03163	400	4.53	50.56	14.48	1.30	103.72	2.66
2	56-2	1163.25	1161.50	0.0319	0.0364	0.0368	70.00	0.03216	160.73	160.73	80.00	0.03163	400	23.64	81.95	31.18	1.97	0.13	157.92	2.75	
3	56-3	1161.00	1158.65	0.0307	0.0442	0.0420	70.00	0.03118	161.57	160.57	80.00	0.03163	400	47.42	47.42	2.39	0.19	187.62	2.05		
4	56-4	1165.85	1165.75	0.0362	0.0376	0.0376	70.00	0.05647	193.14	217.46	19.57	70.00	0.02776	400	64.69	108.45	57.72	2.55	0.10	116.55	1.70
5	56-5	1156.75	1154.35	0.0346	0.0346	0.0346	70.00	0.0371	195.72	215.55	25.85	89.00	0.03333	400	40.73	110.25	55.60	0.26	189.49	2.00	
6	56-6	1154.35	1152.35	0.03613	0.03613	0.03613	70.00	1.4260	195.38	213.98	205.10	55.00	0.03636	500	48.86	98.59	48.51	3.16	174.06	2.00	
7	56-7	1149.25	1149.25	0.0304	0.0304	0.0304	70.00	1.6384	200.99	212.82	248.68	60.00	0.05167	500	46.67	98.52	223.86	3.10	1150.55	1.80	
8	56-8	1146.25	1146.25	0.0310	0.0310	0.0310	70.00	1.7615	201.75	211.75	40.00	0.06750	500	40.80	98.16	44.72	4.82	192.65	3.70		
9	56-9	1145.85	1142.50	0.0162	0.1887	0.1887	70.00	2.0568	201.75	211.25	43.02	40.00	0.00050	500	41.92	96.73	45.30	5.00	0.23	202.32	4.02
36	34-36	1142.50	1141.55	0.0139	0.0251	0.0251	59.3588	70.00	40.8510	239.04	180.93	519.68	25.00	0.01143	1500	79.29	110.80	67.18	4.11	101	116.80
1	60-1	1161.50	1160.10	0.0200	0.1282	0.1282	70.00	0.0065	180.00	226.98	201.04	70.00	0.02800	400	7.65	59.51	18.88	1.21	0.08	84.75	1.40
2	60-2	1160.2	1158.35	0.0247	0.251	0.251	70.00	0.0359	185.41	222.63	194.12	75.00	0.02733	400	31.18	88.44	38.44	0.15	145.53	1.75	
3	60-3	1158.25	1156.10	0.0267	0.3150	0.3150	70.00	0.03663	194.47	189.87	219.89	164.12	50.00	0.02733	400	102.51	53.11	2.73	0.10	158.40	1.70
4	60-4	1157.75	1149.20	0.0067	0.5270	0.5270	70.00	1.4935	215.90	213.96	244.89	76.33	110.67	40.00	64.58	44.12	3.66	0.22	206.48	2.25	
5	60-5	1152.75	1144.05	0.0687	0.4784	0.4784	70.00	1.6284	197.34	214.61	392.39	75.00	0.06733	500	49.21	98.16	47.80	4.25	210.01	2.65	
6	60-6	1148.20	1144.05	0.0162	0.1922	0.1922	70.00	2.0568	200.90	214.95	40.00	0.00590	500	45.21	104.51	53.40	0.22	225.23	2.65		
1	61-1	1156.70	1155.45	0.0156	0.2121	0.2121	70.00	0.1485	189.00	226.88	33.68	80.00	0.01563	400	14.93	71.93	28.18	0.10	103.31	1.25	
2	61-2	1155.45	1153.60	0.0251	0.3171	0.3171	70.00	0.0704	188.05	222.34	82.36	80.00	0.02168	400	30.85	68.20	34.23	1.17	149.69	1.75	
3	61-3	1153.60	1149.75	0.0461	0.3222	0.3222	70.00	0.05614	189.44	218.31	130.71	80.00	0.01688	400	33.45	80.00	38.44	0.16	224.28	3.75	
4	61-4	1149.75	1147.00	0.0353	0.3125	0.3125	70.00	0.0147	192.35	217.53	177.08	93.00	0.03987	400	51.27	80.00	21.70	0.10	1147.05	1.80	
5	61-5	1147.00	1144.05	0.0373	0.1922	0.1922	70.00	0.03493	186.25	215.30	204.48	79.00	0.03698	400	55.04	104.51	53.40	0.10	210.01	2.65	
6	61-6	1142.50	1142.50	0.0352	0.4228	0.4228	70.00	3.0743	189.50	213.44	65.10	44.00	0.02420	600	98.79	107.20	58.63	3.73	0.38	185.91	
7	60-7	1144.05	1142.50	0.0352	4.3619	4.3619	70.00	3.0743	189.50	213.44	65.10	44.00	0.02420	600	14.93	71.93	28.18	0.10	1142.10	1.50	
8	60-8	1142.50	1141.55	0.0226	0.1346	0.1346	70.00	3.1685	200.52	217.67	67.93	42.00	0.02857	600	74.92	109.79	64.84	1.49	146.65	1.75	
9	34-37	1141.55	1100.00	0.2770	0.1873	0.1873	70.00	61.0824	44.577	238.45	100.55	55.93	43	16.00	0.27270	1500	17.38	75.13	28.26	204.03	40.91
37	34-37	1141.55	1100.00	0.2770	0.1873	0.1873	70.00	61.0824	44.577	238.45	100.55	55.93	43	16.00	0.27270	1500	17.38	75.13	28.26	1136.11	100.20

1451

172

858

8

170
1 1452
1552
1

ANEXO III

PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO - INTELIGAÇÕES

120 1453
1553

Dados Topográficos do Canal a Céu Aberto - Bacia 01 - RK

Trecho	PV Mont	PV Jus	Cota do Terreno (m)		Declividade Terreno (m/m)	Declividade Coletor (m/m)	Extensão (m)	Cota do Coletor (m)		Degrau no Montante (m)
			Montante	Jusante				Montante	Jusante	
1	1	2	1.145,00	1.144,17	0,8333	0,0160	1,00	1.144,10	1.144,08	-
	2	3	1.144,17	1.143,33	0,8333	0,0160	1,00	1.143,28	1.143,27	0,80
	3	4	1.143,33	1.142,50	0,8333	0,0160	1,00	1.142,47	1.142,45	0,80
	4	5	1.142,50	1.141,67	0,8333	0,0160	1,00	1.141,65	1.141,64	0,80
	5	6	1.141,67	1.140,83	0,8333	0,0160	1,00	1.140,84	1.140,82	0,80
	6	7	1.140,83	1.140,00	0,8333	0,0160	1,00	1.140,02	1.140,00	0,80
2	7	8	1.140,00	1.139,38	0,3125	0,0160	2,00	1.139,40	1.139,37	0,60
	8	9	1.139,38	1.138,75	0,3125	0,0160	2,00	1.138,77	1.138,74	0,60
	9	10	1.138,75	1.138,13	0,3125	0,0160	2,00	1.138,14	1.138,11	0,60
	10	11	1.138,13	1.137,50	0,3125	0,0160	2,00	1.137,51	1.137,48	0,60
	11	12	1.137,50	1.136,88	0,3125	0,0160	2,00	1.136,88	1.136,84	0,60
	12	13	1.136,88	1.136,25	0,3125	0,0160	2,00	1.136,24	1.136,21	0,60
3	13	14	1.136,25	1.135,63	0,3125	0,0160	2,00	1.135,61	1.135,58	0,60
	14	15	1.135,63	1.135,00	0,3125	0,0160	2,00	1.134,98	1.134,95	0,60
	15	16	1.135,00	1.134,29	0,4762	0,0160	1,50	1.134,25	1.134,22	0,70
	16	17	1.134,29	1.133,57	0,4762	0,0160	1,50	1.133,52	1.133,50	0,70
	17	18	1.133,57	1.132,86	0,4762	0,0160	1,50	1.132,80	1.132,78	0,70
	18	19	1.132,86	1.132,14	0,4762	0,0160	1,50	1.132,08	1.132,05	0,70
4	19	20	1.132,14	1.131,43	0,4762	0,0160	1,50	1.131,35	1.131,33	0,70
	20	21	1.131,43	1.130,71	0,4762	0,0160	1,50	1.130,63	1.130,60	0,70
	21	22	1.130,71	1.130,00	0,4762	0,0160	1,50	1.129,90	1.129,88	0,70
	22	23	1.130,00	1.129,38	0,6250	0,0160	1,00	1.129,28	1.129,26	0,60
	23	24	1.129,38	1.128,75	0,6250	0,0160	1,00	1.128,66	1.128,65	0,60
	24	25	1.128,75	1.128,13	0,6250	0,0160	1,00	1.128,05	1.128,03	0,60
5	25	26	1.128,13	1.127,50	0,6250	0,0160	1,00	1.127,43	1.127,42	0,60
	26	27	1.127,50	1.126,88	0,6250	0,0160	1,00	1.126,82	1.126,80	0,60
	27	28	1.126,88	1.126,25	0,6250	0,0160	1,00	1.126,20	1.126,18	0,60
	28	29	1.126,25	1.125,63	0,6250	0,0160	1,00	1.125,58	1.125,57	0,60
	29	30	1.125,63	1.125,00	0,4167	0,0160	1,50	1.124,97	1.124,94	0,60
	30	31	1.125,00	1.124,29	0,3571	0,0160	2,00	1.124,24	1.124,21	0,70
6	31	32	1.124,29	1.123,57	0,3571	0,0160	2,00	1.123,51	1.123,48	0,70
	32	33	1.123,57	1.122,86	0,3571	0,0160	2,00	1.122,78	1.122,75	0,70
	33	34	1.122,86	1.122,14	0,3571	0,0160	2,00	1.122,05	1.122,02	0,70
	34	35	1.122,14	1.121,43	0,3571	0,0160	2,00	1.121,32	1.121,28	0,70
	35	36	1.121,43	1.120,71	0,3571	0,0160	2,00	1.120,58	1.120,55	0,70
	36	37	1.120,71	1.120,00	0,3571	0,0160	2,00	1.119,85	1.119,82	0,70
7	37	38	1.120,00	1.119,44	0,2778	0,0160	2,00	1.119,32	1.119,29	0,50
	38	39	1.119,44	1.118,89	0,2778	0,0160	2,00	1.118,79	1.118,76	0,50
	39	40	1.118,89	1.118,33	0,2778	0,0160	2,00	1.118,26	1.118,22	0,50
	40	41	1.118,33	1.117,78	0,2778	0,0160	2,00	1.117,72	1.117,69	0,50
	41	42	1.117,78	1.117,22	0,2778	0,0160	2,00	1.117,19	1.117,16	0,50
	42	43	1.117,22	1.116,67	0,2778	0,0160	2,00	1.116,66	1.116,63	0,50
8	43	44	1.116,67	1.116,11	0,2778	0,0160	2,00	1.116,03	1.116,00	0,60
	44	45	1.116,11	1.115,56	0,2778	0,0160	2,00	1.115,50	1.115,46	0,50
	45	46	1.115,56	1.115,00	0,2778	0,0160	2,00	1.114,96	1.114,93	0,50
	46	47	1.115,00	1.114,38	0,2083	0,0160	3,00	1.114,33	1.114,28	0,60
	47	48	1.114,38	1.113,75	0,2083	0,0160	3,00	1.113,68	1.113,64	0,60
	48	49	1.113,75	1.113,13	0,2083	0,0160	3,00	1.113,04	1.112,99	0,60
9	49	50	1.113,13	1.112,50	0,2083	0,0160	3,00	1.112,39	1.112,34	0,60
	50	51	1.112,50	1.111,88	0,2083	0,0160	3,00	1.111,74	1.111,69	0,60
	51	52	1.111,88	1.111,25	0,2083	0,0160	3,00	1.111,09	1.111,04	0,60
	52	53	1.111,25	1.110,63	0,2083	0,0160	3,00	1.110,34	1.110,28	0,70
	53	Pass	1.110,63	1.110,00	0,3125	0,0150	2,00	1.110,28	1.110,25	-
	Pass	54	1.110,00	1.109,44	0,1111	0,0160	5,00	1.109,45	1.109,37	0,80
10	54	55	1.109,44	1.108,89	0,1111	0,0160	5,00	1.108,87	1.108,79	0,50
	55	56	1.108,89	1.108,33	0,1111	0,0160	5,00	1.108,29	1.108,21	0,50
	56	57	1.108,33	1.107,78	0,1111	0,0160	5,00	1.107,71	1.107,63	0,50
	57	58	1.107,78	1.107,22	0,1111	0,0160	5,00	1.107,13	1.107,05	0,50
	58	59	1.107,22	1.106,67	0,1111	0,0160	5,00	1.106,55	1.106,47	0,50
	59	60	1.106,67	1.106,11	0,1111	0,0160	5,00	1.105,97	1.105,89	0,50
11	60	61	1.106,11	1.105,56	0,1111	0,0160	5,00	1.105,39	1.105,31	0,50
	61	62	1.105,56	1.105,00	0,1111	0,0160	5,00	1.104,81	1.104,73	0,50
	62	63	1.105,00	1.105,00	(0,0000)	0,0110	22,00	1.104,73	1.104,49	-
	63	64	1.105,00	1.104,96	0,0016	0,0110	25,00	1.104,49	1.104,21	-
	64	65	1.104,96	1.104,85	0,0038	0,0110	29,00	1.104,21	1.103,89	-
	65	66	1.104,85	1.104,24	0,0203	0,0160	30,00	1.103,89	1.103,41	-
12	66	67	1.104,24	1.103,63	0,0203	0,0160	30,00	1.103,41	1.102,93	-
	67	68	1.103,63	1.102,87	0,0303	0,0160	25,00	1.102,63	1.102,23	0,30
	68	69	1.102,87	1.102,12	0,0303	0,0160	25,00	1.101,83	1.101,43	0,40
	69	70	1.102,12	1.101,36	0,0303	0,0160	25,00	1.101,15	1.100,75	0,28

1

100
1454
~~SSS~~
6

Dados Topográficos do Canal a Céu Aberto - Bacia 02 - RK

recho	PV Mont	PV Jus	Cota do Terreno (m)		Declividade Terreno (m/m)	Declividade Coletor (m/m)	Extensão (m)	Cota do Coletor (m)		Degrau no Montante (m)
			Montante	Jusante				Montante	Jusante	
1	1	2	1.140,15	1.138,48	0,0667	0,0160	25,00	1.138,00	1.137,60	-
	2	3	1.138,48	1.136,82	0,0667	0,0160	25,00	1.136,40	1.136,00	1,20
	3	4	1.136,82	1.135,00	0,0790	0,0160	23,00	1.135,00	1.134,63	1,00
2	4	5	1.135,00	1.133,75	0,0833	0,0160	15,00	1.133,43	1.133,19	1,20
	5	6	1.133,75	1.132,50	0,0833	0,0160	15,00	1.131,99	1.131,75	1,20
	6	7	1.132,50	1.131,25	0,0833	0,0160	15,00	1.130,55	1.130,31	1,20
	7	8	1.131,25	1.130,00	0,1136	0,0160	11,00	1.129,51	1.129,34	0,80
3	8	9	1.130,00	1.128,33	0,1111	0,0160	15,00	1.128,14	1.127,90	1,20
	9	10	1.128,33	1.126,87	0,1111	0,0160	15,00	1.126,70	1.126,46	1,20
	10	11	1.126,67	1.125,00	0,0926	0,0160	18,00	1.125,26	1.124,97	1,20
4	11	12	1.125,00	1.123,75	0,1250	0,0160	10,00	1.123,77	1.123,61	1,20
	12	13	1.123,75	1.122,50	0,1250	0,0160	10,00	1.122,41	1.122,25	1,20
	13	14	1.122,50	1.121,25	0,1250	0,0160	10,00	1.121,05	1.120,89	1,20
	14	15	1.121,25	1.120,00	0,1250	0,0160	10,00	1.119,69	1.119,53	1,20
5	15	16	1.120,00	1.119,00	0,1000	0,0160	10,00	1.118,73	1.118,57	0,80
	16	17	1.119,00	1.118,00	0,1000	0,0160	10,00	1.117,77	1.117,61	0,80
	17	18	1.118,00	1.117,00	0,1000	0,0160	10,00	1.116,81	1.116,65	0,80
	18	19	1.117,00	1.116,00	0,1000	0,0160	10,00	1.115,85	1.115,69	0,80
	19	20	1.116,00	1.115,00	0,1000	0,0160	10,00	1.114,89	1.114,73	0,80
6	20	21	1.115,00	1.113,75	0,1250	0,0160	10,00	1.113,53	1.113,37	1,20
	21	22	1.113,75	1.112,50	0,1250	0,0160	10,00	1.112,57	1.112,41	0,80
	22	23	1.112,50	1.111,25	0,1250	0,0160	10,00	1.111,21	1.111,05	1,20
	23	24	1.111,25	1.110,00	0,0893	0,0160	14,00	1.109,85	1.109,62	1,20
7	24	25	1.110,00	1.108,75	0,0833	0,0160	15,00	1.108,82	1.108,58	0,80
	25	26	1.108,75	1.107,50	0,0833	0,0160	15,00	1.107,38	1.107,14	1,20
	26	27	1.107,50	1.106,25	0,0833	0,0160	15,00	1.106,34	1.106,10	0,80
	27	28	1.106,25	1.105,00	0,0694	0,0160	18,00	1.104,90	1.104,62	1,20
8	28	29	1.105,00	1.104,44	0,0375	0,0160	15,00	1.104,12	1.103,88	0,50
	29	30	1.104,44	1.103,88	0,0375	0,0160	15,00	1.103,88	1.103,64	-
	30	31	1.103,88	1.103,31	0,0375	0,0160	15,00	1.103,44	1.103,20	0,20
	31	32	1.103,31	1.102,75	0,0536	0,0160	10,50	1.102,80	1.102,63	0,40
9	32	33	1.102,75	1.102,29	0,0463	0,0160	10,00	1.102,13	1.101,97	0,50
	33	34	1.102,29	1.101,82	0,0463	0,0160	10,00	1.101,47	1.101,31	0,50
	34	35	1.101,82	1.101,36	0,0463	0,0160	10,00	1.100,91	1.100,75	0,40

1455

~~1555~~

B

YB

1455
~~1555~~
B
YB

Dados Topográficos do Canal a Céu Aberto - Entrada nas Bacias - RK

echo	PV Mont	PV Jus	Cota do Terreno (m)		Declividade Terreno (m/in)	Declividade Coletor (m/m)	Extensão (m)	Cota do Coletor (m)		Degrau no Montante (m)
			Montante	Jusante				Montante	Jusante	
1	1	2	1 101,36	1.101,00	0,1200	0,0085	3,00	1 099,55	1 099,52	1,20
	2	3	1 101,00	1.100,80	0,0667	0,0085	3,00	1 098,32	1 098,30	1,20
	3	4	1.100,80	1.100,73	0,0175	0,0085	4,00	1 097,57	1.097,54	0,73

1456

1856
P

PB
P

ANEXO III

PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO – EMISSÁRIO FINAL

1457
ISSA
q

183
P

Dados Topográficos do Canal a Céu Aberto - Emissário Final - RK

echo	PV Mont	PV Jus	Cota do Terreno (m)		Declividade Terreno (m/m)	Declividade Coletor (m/m)	Extensão (m)	Cota do Coletor (m)		Degrau no Montante (m)
			Montante	Jusante				Montante	Jusante	
1	1	2	1.092,10	1.090,85	0,0500	0,0085	25,00	1.090,40	1.090,19	1,20
	2	3	1.090,85	1.089,60	0,0500	0,0085	25,00	1.088,99	1.088,78	1,20
	3	4	1.089,60	1.088,35	0,0500	0,0085	25,00	1.087,58	1.087,36	1,20
	4	5	1.088,35	1.087,10	0,0500	0,0085	25,00	1.086,16	1.085,95	1,20
	5	6	1.087,10	1.085,00	0,2625	0,0085	8,00	1.084,95	1.084,88	1,00
2	6	7	1.085,00	1.083,75	0,0625	0,0085	20,00	1.083,68	1.083,51	1,20
	7	8	1.083,75	1.082,50	0,0625	0,0085	20,00	1.082,31	1.082,14	1,20
	8	9	1.082,50	1.081,25	0,0625	0,0085	20,00	1.080,94	1.080,77	1,20
	9	10	1.081,25	1.080,00	0,0625	0,0085	20,00	1.079,77	1.079,60	1,00
3	10	11	1.080,00	1.078,75	0,0833	0,0085	15,00	1.078,40	1.078,27	1,20
	11	12	1.078,75	1.077,50	0,0833	0,0085	15,00	1.077,07	1.076,95	1,20
	12	13	1.077,50	1.076,25	0,0833	0,0085	15,00	1.075,75	1.075,62	1,20
	13	14	1.076,25	1.075,00	0,0735	0,0085	17,00	1.074,62	1.074,48	1,00
4	14	15	1.075,00	1.074,38	0,0625	0,0085	10,00	1.073,98	1.073,89	0,50
	15	16	1.074,38	1.073,75	0,0625	0,0085	10,00	1.073,39	1.073,31	0,50
	16	17	1.073,75	1.073,13	0,0625	0,0085	10,00	1.072,81	1.072,72	0,50
	17	18	1.073,13	1.072,50	0,0625	0,0085	10,00	1.072,22	1.072,14	0,50
	18	19	1.072,50	1.071,88	0,0625	0,0085	10,00	1.071,64	1.071,55	0,50
	19	20	1.071,88	1.071,16	0,1430	0,0085	5,00	1.071,05	1.071,01	0,50

1458
1558
P

PB
P

ANEXO IV

CRONOGRAMA / ESTIMATIVA DE CUSTOS / ORÇAMENTO

ORÇAMENTO - DRN DO CONDOMÍNIO RK

OBRA: SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS
LOCAL: CONDOMÍNIO RK - DF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. PARCIAL
------	---------------	-------	--------	----------	------------

C - SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS

INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA, MOBILIZAÇÃO E DESMOB. DE EQUIPES E EQUIPAMENTOS.

1.0 Canteiro Geral

Barracão, sanitário (com fossa séptica/sumidouro), instalações de pontos de água e luz, almoxarifado e depósito de cimento	m2	80,00	96,59	7.727,20
Limpeza mecanizada do terreno raspagem superficial	m2	350,00	0,23	80,50
Mantenção do canteiro / alojamento	vb	1,00	1.440,00	1.440,00
Placa de obra	m2	12,00	60,43	725,16
Mobilização / Desmobilização	vb	2,00	540,00	1.080,00
Retroescavadeira hidráulica e Caminhão carroceria/basculante				

Total do Item 1.0

11.052,86

TOTAL DO ITEM I

FIESC F - DRENAGEM P - 1.1.1

II 1 PARTE CIVIL

1.0 Serviços técnicos

Locação de Eixos c/ Apar topogr. incl. elab. nota de serviço	m	19.352,00	1,49	28.834,48
Cadastro de redes	m	19.352,00	1,49	28.834,48

Total do Item 1.0

57.668,96

2.0 Sinalização

Cavalete c/ placa de advertência (1,00 x 0,40m, Tipos I...V)	un	15,00	72,50	1.087,45
Cerca de proteção de valas (reapr = 5x)	m	100,00	25,32	2.532,00
Passadiço de Madeira	m2	350,00	15,47	5.414,50
Passadiço metálico	kg	750,00	6,30	4.725,00

Total do Item 2.0

13.758,93

3.0 Movimento de terra

Escavação Mecanizada

Escavação mecan. até 1,50m - terra/cascalho	m3	43.598,93	3,30	143.876,48
Escavação mecan. 1,50m a 3,50m - terra/cascalho	m3	14.047,96	3,85	54.112,73
Escavação mecan. 3,50m a 5,50m - terra/cascalho	m3	10.579,73	6,15	65.035,60
Esc mecan. até 1,50m - Pedra matação ou rocha decomposta	m3	6.140,70	6,96	42.740,80
Esc mecan. 1,50m a 3,50m - Pedra matação ou rocha decomposta	m3	2.006,85	8,53	17.102,45
Esc mecan. 3,50m a 5,50m - Pedra matação ou rocha decomposta	m3	1.740,49	10,46	18.202,04
Escavação mecan. até 1,50m - barro-lama	m3	1.535,17	3,97	5.909,12
Escavação mecan. 1,50m a 3,50m - barro-lama	m3	501,71	4,37	2.189,98
Escavação mecan. 3,50m a 5,50m - barro-lama	m3	549,68	6,09	3.349,17

Escavação Manual

Escavação manual até 1,50m - terra	m3	3.991,45	10,98	43.826,14
Escavação manual 1,50m a 3,00m - terra	m3	1.304,45	15,36	20.040,32
Escavação manual 3,00m a 4,50m - terra	m3	833,49	17,26	14.332,02
Escavação manual até 1,50m - cascalho	m3	4.912,56	15,36	75.456,86
Escavação manual 1,50m a 3,00m - cascalho	m3	1.605,48	22,70	36.441,20
Escavação manual 3,00m a 4,50m - cascalho	m3	1.025,83	36,10	37.011,29
Extração de rocha a fogo em valas	m3	200,69	124,79	25.044,30
Extração de rocha a frio em valas	m3	128,23	254,56	32.611,04
Escav. manual até 1,50m - barro-lama	m3	1.228,14	13,17	16.170,91
Escav. manual 1,50m a 3,00m - barro-lama	m3	401,37	19,05	7.647,91
Escav. manual 3,00m a 4,50m - barro-lama	m3	256,46	29,96	7.153,77

Reaterro Manual

Reaterro manual c/ compact. manual até 20cm acima ger. sup. tubo	m3	18.461,54	3,47	64.081,14
Aterro manual de valas sem compactação	m3	16.615,39	3,47	57.572,37
Aterro inec. de valas sem compactação	m3	27.692,31	2,31	64.052,31
Aterro comp. valas/cavas. sem controle do grau de compactação	m3	11.076,92	8,34	92.414,76

Carga Mecanizada

Carga mecanizada em caminhão basculante - 1a cal	m3	20.979,77	0,96	20.440,11
Carga mecanizada em caminhão basculante - 2a cal	m3	5.827,71	0,96	5.644,04
Carga mecanizada em caminhão basculante - 3a cal.	m3	427,59	1,10	470,59

ORÇAMENTO - DRN DO CONDOMÍNIO RK

OBRA: SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS
LOCAL: CONDOMÍNIO RK - DF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. PARCIAL
	Carga Manual				
	Carga manual em caminhão basculante - terra	m3	1.456,93	2,83	4.123,11
	Carga manual em caminhão basculante - rocha	m3	874,16	6,65	5.813,14
	Transporte e Descarga				
	Transporte e descarga - mat. 1a ou 2a cat.	m3xKm	28.264,41	1,40	39.570,18
	Transporte e descarga - mat. 3a cat.	m3xKm	1.301,74	1,40	1.822,44
	Espalhamento de Material				
	Espalhamento de material em bota fora prov. de escavação	m3	29.566,16	0,80	23.652,93
	Regularização				
	Nivelamento do fundo de valas	m	19.352,00	1,21	23.415,92
	Acerro e Compactação mec. do fundo de valas	m2	13.346,21	1,21	16.148,91
	Lastros				
	Lastro de areia de campo com forn. do material, transp. e lançamento	m3	23,83	46,16	1.099,99
	Lastro de pedra britada com forn. do material, transp. e lançamento	m3	274,03	60,25	16.510,31
	Total do Item 3.0				1.105.534,95
4.0	Escoramento e esgotamento de valas				
	Escoramento de vala - Pontaleteamento	m2	11.511,25	4,07	46.850,77
	Escoramento descontínuo de vala, prof. até 5,0 m	m2	3.175,52	9,68	30.738,99
	Escoramento contínuo de vala, prof. até 5,0 m	m2	793,88	23,35	18.537,07
	Escoramento de vala - metálico, prof. até 5,0 m	m2	238,16	30,17	7.135,40
	Bomba p/ esgotamento tipo SPV 3"	h	158,78	13,10	2.079,96
	Total do Item 4.0				105.392,19
5.0	Carga, Transporte e Descarga de Tubos				
	Carga e descarga manual mal. em geral, com manuseio e arrumação	t	14.054,56	28,29	197.561,34
	Transporte de material em geral - carga acondicionada	t*km	421.636,80	0,61	257.198,45
	Total do Item 5.0				654.759,79
6.0	Montagem / Assentamento de Tubos de Concreto				
	Mont. Tubo Concreto Armado JE, DN 400	m	6.374,00	13,01	82.951,24
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE, DN 500	m	5.473,00	19,76	108.168,37
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE, DN 600	m	2.200,00	25,56	56.232,00
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE, DN 800	m	1.990,00	41,34	82.266,60
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE, DN 1000	m	1.020,00	64,67	55.963,46
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE, DN 1200	m	1.276,00	86,79	110.740,21
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE, DN 1500	m	1.019,00	101,43	103.057,17
	Total do Item 6.0				609.678,96
7.0	Fornecimento e Assentamento de Poço de Visita				
	Poço de Visita				
	DN 400 (Balão de D=1,20 m e Aduela D=1,20 x 1,00)	un	92,00	696,02	64.033,84
	DN 500 (Balão de D=1,20 m e Aduela D=1,20 x 1,00)	un	81,00	753,75	61.053,74
	DN 600 (Balão de D=1,20 m e Aduela D=1,20 x 1,00)	un	36,00	805,57	29.000,52
	DN 800 (1,40 x 1,40 x 2,10)	un	45,00	1.975,90	88.915,50
	DN 1000 (1,60 x 1,60 x 2,30)	un	24,00	2.463,26	59.118,24
	DN 1200 (1,80 x 1,80 x 2,50)	un	31,00	3.011,20	93.347,20
	DN 1500 (2,10 x 2,10 x 2,80)	un	15,00	4.065,06	60.975,21
	Aduelas				
	Concreto Armado para PV D=0,60 x 0,40 m	un	420,00	56,93	23.910,61
	Excentrica de Concreto Armado D=1,40 x 1,20 m	un	322,00	87,54	28.187,88
	Tampão				
	Ferro Fundido T-100	un	225,00	147,87	33.225,77
	Concreto Armado D=0,70 para poço de visita	un	97,00	25,24	2.448,28
	Total do Item 7.0				544.217,76
8.0	Diversos				
	Corte de Calçadas e Ruas				
	Corte e dem. de calçada pav. Asfalt. manual remoção de entulhos	m2	504,00	5,45	2.746,80
	Corte e dem. de calçada pav. Asfalt. c/ equip. remoção de entulhos	m2	1.176,00	3,50	4.233,00
	Limpeza corte, coloc. e comp. casc. imprim. e coloc. capa asfáltica	m2	336,00	12,95	4.327,65
	Total do Item 8.0				11.308,08
	TOTAL DO ITEM II.1				3.102.319,65

ORÇAMENTO - DRN DO CONDOMÍNIO RK

OBRAS: SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS
LOCAL: CONDOMÍNIO RK - DF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT	P. PARCIAL
II 2 MATERIAL HIDRÁULICO					
Rede Pública					
Tubo Concreto Armado					
DN 400 (Rede)	m	6 374,00	48,08	306 461,92	
DN 500 (Rede)	m	5 473,00	66,23	362 476,79	
DN 600 (Rede)	m	2 200,00	85,00	187 000,00	
DN 800 (Rede)	m	1 990,00	123,11	244 988,90	
DN 1000 (Rede)	m	1.020,00	190,15	193 953,00	
DN 1200 (Rede)	m	1.276,00	256,78	327 651,28	
DN 1500 (Rede)	m	1 019,00	320,98	327 073,53	
TOTAL DO ITEM II.2				1.949.605,42	
TOTAL DO ITEM I					
TRABALHOS DE BOCAS DE LOUÇA (OBRA PLANA)					
III 1 PARTE CIVIL					
1.0 Serviços técnicos					
Locação de Eixos c/ Apar topogr. incl elab nota de serviço	m	2 795,00	1,49	4 164,51	
Cadastro de redes	m	2 795,00	1,49	4 164,51	
Total do Item 1.0				8 329,10	
2.0 Sinalização					
Cavalete c/ placa de advertência (1,00 x 0,40m Tipos I, V)	un	8,00	72,50	579,96	
Cerca de proteção de valas (reapr = 5x)	m	30,00	25,32	759,60	
Passadiço de Madeira	m2	100,00	15,47	1 547,00	
Passadico metálico	kg	250,00	6,30	1 575,00	
Total do Item 2.0				4 461,56	
3.0 Movimento de terra					
Escavação Mecanizada					
Escavação mecan. até 1,50m - terra/cascalho	m3	2 515,51	3,30	8 301,11	
Esc mecan. até 1,50m - Pedra maticosa ou rocha decomposta	m3	461,18	6,96	3 208,41	
Escavação mecan. até 1,50m - barro-lama	m3	335,40	3,97	1 331,21	
Escavação Manual					
Escavação manual até 1,50m - terra	m3	419,25	10,98	4 603,57	
Escavação manual até 1,50m - cascalho	m3	293,48	15,36	4 507,75	
Escav. manual até 1,50m - barro-lama	m3	167,70	13,17	2 208,11	
Reaterro Manual					
Reaterro manual c/ compact. manual ate 20cm acima ger sup. tubo	m3	971,51	3,47	3 371,11	
Reaterro Mecanizado					
Aterro manual de valas sem compactação	m3	874,36	3,47	3 029,65	
Aterro mec. de valas sem compactação	m3	1 457,27	2,31	3 370,59	
Aterro comp. valas/cavas, sem controle do grau de compactação	m3	582,91	8,34	4 863,21	
Carga Mecanizada					
Carga mecanizada em caminhão basculante - 1a cat	m3	199,20	0,90	179,20	
Carga mecanizada em caminhão basculante - 2a cat	m3	76,61	0,96	73,53	
Carga Manual					
Carga manual em caminhão basculante - terra	m3	30,65	2,30	68,65	
Transporte e Descarga					
Transporte e descarga - mal. 1a ou 2a cat	m3xKm	398,40	1,47	567,51	
Espalhamento de Material					
Espalhamento de material em bota fora prov. de escavação	m3	398,40	0,80	318,71	
Regularização					
Nivelamento do fundo de valas	m	2 795,00	1,21	3 381,95	
Acerto e Compactação mec. do fundo de valas	m2	2 540,91	1,21	3 074,50	
Total do Item 3.0				46 479,11	

ORÇAMENTO - DRN DO CONDOMÍNIO RK

OBRA: SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS
LOCAL: CONDOMÍNIO RK - DF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. PARCIAL
4.0	Carga, Transporte e Descarga de Tubos				
	Carga e descarga manual mat. em geral, com manuseio e arrumação	t	574,08	28,29	16 239,00
	Transporte de material em geral - carga acondicionada	l'km	17 222,52	0,61	10 505,74
	Total do Item 4.0				26.744,74
5.0	Montagem / Assentamento de Tubos de Concreto				
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE DN 300	m	2 376,00	13,01	30 911,76
	Mont. Tubo Concreto Armado, JE DN 400	m	419,00	13,01	5 451,19
	Total do Item 5.0				36.362,95
6.0	Fornec./Assentamento de Bocas de Lobo e Meio Fio				
	Boca de Lobo com caixa e grelha premoldada Padrão NOVACAP	un	430,00	307,65	132 289,50
	Meio Fio e Sarejata (20 cm) de concreto moldado in loco, com utilização de				
	maquina extrusora	m	38 704,00	15,76	609 975,04
	Total do Item 6.0				742.264,54
	TOTAL DO ITEM III.1				864.642,06

III.2 MATERIAL HIDRAULICO

Ligação de Boca de Lobo com PVs				
Tubo Concreto Armado				
DN 300 (Rede)				
DN 400 (Rede)	m	2 376,00	26,52	63 011,52
	m	419,00	48,08	20 145,52
	TOTAL DO ITEM III.2			83.157,04

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. PARCIAL
1.0	Serviços técnicos				
	Lotação de Eixos c/ Apar topogr incl elab nota de serviço	m	811,50	1,49	1 209,14
	Cadastro de redes	m	811,50	1,49	1 209,14
	Total do Item 1.0				2.418,28
2.0	Sinalização				
	Cavalete c/ placa de advertência (1,00 x 0,40m, Tipos I, II, V)	un	10,00	72,50	724,50
	Cerca de proteção de valas (reapr = 5x)	m	100,00	25,32	2 532,00
	Passadiço de Madeira	m ²	350,00	15,47	5 414,50
	Passadiço metálico	kg	750,00	6,30	4 725,00
	Total do Item 2.0				13.396,45
3.0	Execução de Canal Aberto				
	Canal em Concreto Armado moldado "in loco" com dimensões de 0,90 x 1,80 m	m	789,50	460,27	363 383,17
	Degrau em Canal de Concreto Armado moldado "in loco" com dimensões de 0,90 x 1,80 m	m	68,00	315,44	21 449,92
	Total do Item 3.0				384.833,09
4.0	Travessia Aérea sobre afluente do Cór. Capão Grande				
	Fundação / Pilares				
	Concreto estrutural Fck=25,0 MPa (incl. lançamento estrutura)	m ³	45,14	357,08	16 120,20
	Forma/Desforma madeirit 12 mm c/ sar pinhos de 3 ^o RE=2x	m ²	102,00	31,14	3 176,28
	Armadura em aço CA 50	kg	3 611,52	2,76	9 978,63
	Estrutura da Travessia				
	Canal Pré-Moldado em Concreto Armado	m	22,00	657,03	14 454,76
	Forn. Montagem e Assentamento Tubo Concreto Armado DN 1500	m	22,00	422,41	9 292,91
	Poço de Visita DN 1500 (2,10 x 2,10 x 2,80)	un	2,00	4.065,08	3 130,16
	Total do Item 4.0				61.152,94

ORÇAMENTO - DRN DO CONDOMÍNIO RK

OBRA: SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS
LOCAL: CONDOMÍNIO RK - DF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. PARCIAL
5.0	Diversos				
	Raspagem e limpeza (faixa do Emissário até o lançamento final)	m2	2.028,75	0,23	466,61
	Carga de mat. 1ª categoria	m3	791,21	0,96	761,94
	Trans. mec de material a granel em caminhão basculante	m3xKm	791,21	1,40	1.110,86
	Espalhamento de mat. em bota fora	m3	791,21	0,80	633,76
	Total do Item 5.0				2.973,17
<hr/>					
TOTAL DO ITEM 1.7					
<hr/>					
BACIAS DE DETENÇÃO					
1.0	Sondagem do Terreno				
	Laudo técnico (sondagem do terreno)	un	1,00	158,91	158,91
	Furos de sondagem do terreno	un	24,00	82,06	969,44
	Taxa de instalação de equipamento de sondagem	vb	1,00	382,65	382,65
	Total do Item 1.0				2.511,00
2.0	Movimento de Terra				
	Escavação Confinada				
	Reterro com controle do grau de compactação	m3	24.502,50	5,41	132.558,65
	Carga mecanizada em caminhão basculante - 1a cat	m3	7.130,25	13,62	97.114,01
	Transporte e descarga - mat. 1a ou 2a cat	m3	22.583,93	0,96	21.748,32
	Espalhamento de material em bola fora prov. de escavação	m3xKm	22.583,93	1,40	31.707,80
		m3	22.583,93	0,80	18.089,72
	Total do Item 2.0				301.218,41
3.0	Diversos				
	Raspagem e limpeza (área das bacias de detenção)	m2	25.600,00	0,23	5.888,00
	Carga de mat. 1ª categoria	m3	9.984,00	0,96	9.614,59
	Trans. mec de material a granel em caminhão basculante	m3xKm	9.984,00	1,40	14.017,54
	Espalhamento de mat. em bota fora	m3	9.984,00	0,80	7.987,16
	Galeria em Concreto Armado moldado "in loco" com dimensões de 1,20 x 2,40 m para interligação entre as bacias	m	98,00	723,43	70.896,34
	Fornecimento, Montagem e Assentamento de Material Hidráulico	vb	1,00	24.049,90	24.049,90
	Plantio de grama	m2	3.900,00	5,94	23.166,00
	Total do Item 3.0				155.629,56
<hr/>					
SERVIÇOS TÉCNICOS					
1.0	Serviços técnicos				
	Locação de Eixos c/ Apar topogr incl elab nota de serviço	m	305,00	1,49	454,49
	Cadastro de redes	m	305,00	1,49	454,49
	Total do Item 1.0				908,98
2.0	Sinalização				
	Cavalete c/ placa de advertência (1,00 x 0,40m, Tipos I...V)	un	10,00	72,50	724,95
	Cerca de proteção de valas (repr = 5x)	m	40,00	25,32	1.012,80
	Passadiço de Madeira	m2	120,00	15,47	1.856,40
	Passadiço metálico	kg	300,00	6,30	1.890,00
	Total do Item 2.0				5.484,15
3.0	Execução de Canal Aberto				
	Canal em Concreto Armado moldado "in loco" com dimensões de 1,00 x 2,00 m	m	305,00	487,84	148.731,20
	Degrau em Canal de Concreto Armado moldado "in loco" com dimensões de 1,00 x 2,00 m	m	18,00	408,36	350,48
	Total do Item 3.0				156.141,68

1464
1564
190
Anexo IV - Orçamento
A IV 6

ORÇAMENTO - DRN DO CONDOMÍNIO RK

OBRA: SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS
LOCAL: CONDOMÍNIO RK - DF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. PARCIAL
4.0	Diversos				
	Raspagem e limpeza (faixa do Emissário até o lançamento final)	m2	915,00	0,23	210,45
	Carga de mat. 1ª categoria	m3	356,85	0,96	343,65
	Trans. mec. de material a granel em caminhão basculante	m3xKm	356,85	1,40	501,02
	Espalhamento de mat. em bota fora	m3	356,85	0,80	285,84
	Bacia de Dissipação de Energia Tipo Impacto	vB	1,00	33.737,36	33.737,36
	Total do Item 4.0				35.078,32
	TOTAL DO ITEM VI				197.613,05
	TOTAL "C - SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS PLUVIAIS"				7.132.522,97

Resumo do Orçamento do Sistema de Drenagem de Esgotos Pluviais do Condomínio RK

Item	Investimentos	Custos (R\$)
1	Cantereo de Obras	11.052,86
2	Rede de Drenagem Pluvial	5.051.925,07
3	Ligações de Bocas de Lobo com PVs	947.799,10
4	Bacias de Detenção	459.358,96
5	Interligação - Rede / Bacia de Detenção	464.773,93
6	Emissário Final	197.613,05
	Total	7.132.522,97

1465
1565
1665

191
191

ANEXO IV

CRONOGRAMA

1466
1566
192

Cronograma Físico Financeiro - Sistema de Drenagem de Esgotos Pluviais - Condomínio RK

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

a de Drenagem Pluvial		DIAS						
DISCRIMINAÇÃO	Total	Peso %	60	120	180	240	300	360
ies - Canteiro de Obras	11.052,86	0,15	11.052,86	-	-	-	-	-
Geral	11.052,86	0,15	11.052,86	-	-	-	-	-
Drenagem Pluvial	5.051.925,07	70,83	505.192,51	1.010.385,01	1.010.385,01	1.010.385,01	1.515.577,52	-
il	3.102.319,65	43,50	310.231,97	620.463,93	620.463,93	620.463,93	930.695,90	-
ídrico	1.949.605,42	27,33	194.960,54	389.921,08	389.921,08	389.921,08	584.851,63	-
s de Boca de Lobo com PVs	947.759,10	13,29	94.775,91	189.558,82	189.558,82	189.558,82	284.338,73	-
l	364.642,06	12,12	86.464,21	172.928,41	172.928,41	172.928,41	259.392,67	-
ídrico	83.157,04	1,17	8.315,70	16.631,41	16.631,41	16.631,41	24.947,11	-
e Detenção	459.358,96	6,44	-	-	-	-	183.743,58	275.615,38
Detenção	459.358,96	6,44	-	-	-	-	183.743,58	275.615,38
ão - Rede / Bacia de Detenção	464.773,93	6,52	-	-	-	-	185.909,57	278.864,36
ão - Rede / Bacia de Detenção	464.773,93	6,52	-	-	-	-	185.909,57	278.864,36
o Final	197.613,05	2,77	-	-	-	-	79.045,22	118.567,83
o Final	197.613,05	2,77	-	-	-	-	79.045,22	118.567,83
TOTAL ACUMULADO	7.132.522,97	100,00	8.57%	16,82%	16,82%	16,82%	31,53%	9,44%
AL ACUMULADO (R\$ 1,00)	7.132.522,97	100,00	611.025,28	1.199.944,83	1.199.944,83	1.199.944,83	2.248.615,63	673.047,56

1467 193
~~1567~~
P

ANEXO V

DISPOSITIVOS DE REDUÇÃO DE VAZÃO

1468
1588
F
P
RK

MEDIDAS MITIGADORAS PARA A REDUÇÃO DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RK

FEVEREIRO/2004

1469
1969
JSE
B

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVO	1
3. METODOLOGIA.....	1
4. SOLUÇÕES	2
4.1. Dispositivos Individuais.....	3
4.1.1. Cisterna.....	4
4.1.2. Caixa de Recarga Artificial.....	4
4.1.3 Caixa de Retenção	6
5. ESTIMATIVA DE RECARGA ARTIFICIAL EM FUNÇÃO DOS DISPOSITIVOS PROPOSTOS	6
6. ESTIMATIVA DA CAPACIDADE HIDRÁULICA NO CORPO RECEPTOR.....	8
7. CONCLUSÕES	10
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

1470
1520
1500

96
11

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da demanda do condomínio Residencial RK em reduzir os impactos ambientais negativos provenientes da ocupação urbana.

Nesse sentido, o trabalho ora apresentado vem apresentar soluções para incentivar a infiltração da água proveniente das chuvas e, ao mesmo tempo, reduzir a vazão de pico e elevar o tempo de concentração da água escoada superficialmente, por meio do efeito de amortecimento de vazão.

Para complementar o entendimento do assunto, foi estimada a descarga máxima no corpo hídrico receptor, sendo o córrego Capão Grande.

É importante destacar, sobretudo, que as soluções definitivas acontecerão quando da elaboração do projeto executivo e da implantação do sistema de drenagem pluvial em todo o empreendimento. Assim, os dispositivos especiais aqui estudados poderão ser incorporados e até expandidos.

2. OBJETIVO

O objetivo do presente estudo é avaliar o efeito da instalação de dispositivos especiais de recarga artificial do lençol subterrâneo e de amortecimento de vazão (escoamento superficial) no condomínio Residencial RK, por meio de instrumentos individuais. Tais dispositivos são propostos para serem executados nos lotes residenciais.

Outro aspecto preponderante, nesse estudo, é estimar a descarga máxima ao longo do talvegue natural do corpo hídrico receptor.

3. METODOLOGIA

A metodologia proposta é aquela delineada pelo "Termo de Referência e

1471
15/05/88

vigência pela NOVACAP, onde especifica o método de estimativa do escoamento superficial em áreas de até 300 ha pelo Racional modificado.

É importante destacar, sobretudo, que foram realizadas inferências quanto a parâmetros de projeto do futuro sistema de drenagem pluvial do empreendimento, pois o respectivo projeto ainda não foi elaborado.

Foi admitido um total de 2.400 lotes residenciais no condomínio para os estudos. Embora o cenário observado no plano de ocupação disponibilizado para a área é superior, tal procedimento teve o intuito de proporcionar estimativas da implantação de dispositivos conservadoras.

4. SOLUÇÕES

Para a estimativa da área de drenagem do empreendimento em tela, em direção ao córrego Capão Grande, foi considerada a área urbana constituída de usos residenciais, comerciais e vias de ligação, excluindo a contribuição oriunda da rodovia DF-440 (sistema de drenagem pelo DER-DF). Assim, foi encontrado um total de 149,57 ha.

As áreas verdes do condomínio constituem-se, principalmente, como nascentes e talvegues em direção ao córrego Capão Grande, as quais foram consideradas na verificação da capacidade hidráulica no corpo receptor.

Em virtude da topografia local, obtida a partir da conjunção de cartas do SICAD na escala 1:10.000 e curvas de nível distantes em 5 m, foi determinado quatro pontos de lançamentos de drenagem pluvial, sendo dois diretamente no córrego Capão Grande e dois em menor escala em talvegues afluentes a esse curso d'água.

Para a fase de implantação do empreendimento, além da elevação das vazões de cheia nos corpos receptores, tem-se a redução das vazões de estiagem, decorrentes da diminuição da parcela de água infiltrada e percolada no solo.

Um fator negativo da implantação da rede de drenagem na área é transferir para jusante o aumento do escoamento superficial, decorrente de uma maior velocidade, já que o tempo de deslocamento é menor que nas condições atuais.

1472
1981

1981

Para que esse acréscimo de vazão máxima não seja transferido a jusante, utiliza-se o amortecimento do volume gerado, por meio de dispositivos como: tanques, lagos e pequenos reservatórios abertos ou enterrados.

Um dos objetivos principais dos dispositivos de retenção é minimizar o impacto hidrológico da redução da capacidade de armazenamento hídrico natural da bacia hidrográfica, melhorando a concentração de água no seu subsolo.

Para o tipo de solo encontrado na área do condomínio (latossolo e cambissolo, segundo as informações geológicas/pedológicas) os dispositivos de recarga artificial do lençol subterrâneo são sugeridos e poderão ser implementados, independentemente, da escolha da melhor alternativa da concepção do sistema de drenagem para a área. Tal implantação é mais significativa quando se estabelece a execução da alternativa de captação de água por manancial subterrâneo (poços tubulares profundos).

Para a recarga artificial do lençol, indica-se a implementação de caixas de recarga (ou sumidouros) no interior dos lotes residenciais e para o controle de uma parcela da vazão máxima gerada na área em estudo, tem-se a necessidade da execução de bacias de retenção.

Nesse sentido, foram propostos dispositivos especiais a serem implantados em cada lote residencial, a fim de minimizar os impactos ambientais negativos advindos da ocupação urbana no empreendimento (aumento da taxa de impermeabilização do solo), com elevação da vazão escoada superficialmente.

Ressalta-se que quando da implantação do sistema de drenagem pluvial definitivo poderão ser implementados mecanismos adicionais, com o intuito de diminuir ainda mais os efeitos do escoamento superficial na área de drenagem.

4.1. Dispositivos Individuais

Os dispositivos individuais propostos são descritos a seguir, sendo que os desenhos a eles referentes estão apresentados no item 11 deste documento (Anexos).

4.1.1. Cisterna

Esta situação prevê a construção de cisternas dentro dos lotes residenciais, recebendo a água incidente nos telhados das moradias, onde os principais objetivos são:

- O amortecimento de vazão no escoamento superficial; e
- A utilização dessas águas para usos menos nobres e não potáveis, incentivando a consciência ambiental dos condôminos, principalmente, quanto ao uso racional dos recursos hídricos.

Essas unidades propostas serão cilíndricas, com diâmetro interno de 2,00 m e profundidade útil de 1,60 m, possuindo um volume útil de 5,03 m³. As paredes das caixas serão de argamassa armada, com espessura de 3,0 cm.

Com o intuito de diminuir o aporte de partículas sólidas às cisternas, o que pode reduzir, sensivelmente, suas capacidades úteis, deve-se interligar os esgotos pluviais incidentes nos telhados, conduzindo-as até as mesmas.

Após cada cisterna individual, deve existir uma tubulação interligando a mesma à caixa de recarga artificial.

Cada lote residencial deverá ser dotado de no mínimo, uma cisterna, a qual poderá ser implantada apoiada no solo ou totalmente enterrada.

Com a adoção da execução de uma cisterna de capacidade de 5,03 m³ em cada lote residencial, tem-se um volume acumulado total em todo o empreendimento superior a 12.072,0 m³.

4.1.2. Caixa de Recarga Artificial

A caixa de recarga artificial é prevista para ser executada dentro de cada lote residencial, possuindo as seguintes finalidades:

- O amortecimento de vazão no escoamento superficial; e
- A recarga artificial de água no lençol subterrâneo.

1474
JSP
200

A unidade proposta (caixa de recarga ou sumidouro) será cilíndrica, sendo dividida em duas partes principais, a primeira com diâmetro de 1,90 m e profundidade útil de 3,95 m e a segunda, abaixo da primeira, com diâmetro de 0,32 m e profundidade total de 3,00 m. As paredes da primeira parte da caixa serão de aduelas de concreto, sendo que os primeiros 2,45 m constituídos de aduelas sem furos, evitando-se possíveis problemas com fundações, capilaridades etc. As demais deverão ser constituídas de furos para favorecer a infiltração lateral, devidamente preenchidas com perfil de areia grossa, brita zero e brita um. Já a segunda parcela da caixa de recarga, abaixo da primeira, será escavada no terreno com preenchimento de brita um.

A caixa de recarga com duas subdivisões possui o objetivo de evitar a erosão subterrânea, que está relacionada ao fluxo concentrado em solos rasos. Assim, esse tipo de erosão ocorre quando o fluxo de água tem continuidade para o interior do terreno, carreando material e formando vazios, podendo provocar desmoronamentos em estruturas próximas.

Essas unidades devem ser construídas próximas a testada frontal dos lotes, para que as vazões afluentes excedentes às capacidades das caixas, possam ser conduzidas até as vias públicas.

Com o objetivo de diminuir o aporte de partículas sólidas às caixas de recarga, o que pode reduzir, sensivelmente, as suas capacidades de infiltração, deve-se evitar que as águas incidentes diretamente no terreno sejam conduzidas a essas unidades. Para isso, recomenda-se a canalização dos esgotos pluviais oriundos do excesso das cisternas e conduzindo-os até as caixas de recargas.

Cada lote residencial deverá ser dotado de, no mínimo, uma caixa de recarga, a qual deverá estar instalada enterrada.

Com a adoção das caixas de recarga de esgotos pluviais em cada lote, com capacidade útil de armazenamento de aproximadamente $6,95 \text{ m}^3$ e considerado um total de 2.400 lotes residenciais, tem-se um volume acumulado superior a $16.680,0 \text{ m}^3$.

1475
1525
6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, atendendo ao disposto no art. 110, § 2º do Provimento Geral da Corregedoria, ENCERREI este volume, numerado até a folha 200.

Brasília/DF, 10 / 08 / 2005.



Oscar
21 Diretora de Secretaria

AP 1476
AP
AP

4.1.3. Caixa de Retenção

A caixa de retenção é prevista para ser instalada em cada lote residencial, com os principais objetivos de:

- O amortecimento de vazão no escoamento superficial; e
- A recarga artificial de água no lençol subterrâneo.

Essa unidade difere das anteriores porque é proposta para receber os esgotos pluviais incidentes no terreno e não apenas nos telhados das residências. Assim, considerando a área mínima do lote de 500 m², a sua forma proposta é retangular, com as seguintes dimensões:

- Profundidade de 0,36 m;
- Paredes em taludes 1 V : 2 H;
- Plano inferior de 10,60 x 4,60 m; e
- Plano superior de 12,00 x 6,00 m;

Em função das características de cada lote residencial tais dimensões especificadas poderão ser alteradas, entretanto, o volume mínimo deverá ser preservado. Assim pode-se ter outras formas, profundidades, localizações etc.

Após cada caixa de retenção individual, deve existir uma tubulação interligando a mesma com a via pública.

Cada lote residencial deverá ser dotado de, no mínimo, uma caixa de retenção

Com a adoção da execução de uma caixa de retenção de capacidade de 21,6 m³ nos lotes residenciais, tem-se um volume acumulado total em todo o empreendimento de aproximadamente 51.840,0 m³.

5. ESTIMATIVA DE RECARGA ARTIFICIAL EM FUNÇÃO DOS DISPOSITIVOS PROPOSTOS

Para mensurar a eficiência dos dispositivos individuais de recarga artificial nos solos foram realizados testes de infiltração no condomínio Residencial RK em 07 pontos distintos, respeitando os diferentes tipos de solos na área.

1477

A metodologia empregada nos testes de infiltração e as respectivas coordenadas estão indicadas no relatório em anexo.

Considerando os testes de infiltração realizados no empreendimento com uma profundidade de 0 a 50 cm de profundidade, tem-se um valor médio de condutividade hidráulica no solo de 1×10^{-5} m/s.

A bacia de retenção individual prevista caracteriza-se por possuir um total de 157,5 m² de área de infiltração nos solos nos lotes residenciais. Considerando o valor da condutividade hidráulica média de 1×10^{-5} m/s e uma redução na capacidade de infiltração em 50%, a fim de estimar o processo de colmatação dos interstícios do solo, a Tabela 5.1 indica a infiltração total de água esperada para tais dispositivos por área de drenagem.

Tabela 5.1 – Infiltração Esperada nas Bacias de Retenção

Bacia de Drenagem	Área de Infiltração nas Bacias de Retenção	Vazão Infiltrada (L/s)
01	33.390,0	166,9
02	198.450,0	992,2
03	128.205,0	641,0
04	17.955,0	89,8

Com relação à caixa de recarga artificial de aquífero nos lotes residenciais, tem-se que é prevista para situar-se enterrada no solo. Portanto, foram adotados os valores médios (média aritmética) encontrados da condutividade hidráulica para a profundidade ensaiada superior a 150 cm. Assim, obteve-se o patamar da condutividade hidráulica média no condomínio de 9×10^{-6} m/s.

A caixa de recarga artificial individual prevista caracteriza-se por possuir um total de 14,72 m² de área de infiltração nos lotes residenciais. Considerando o valor da condutividade hidráulica média de 9×10^{-6} m/s e uma redução na capacidade de infiltração em 50%, a fim de estimar o processo de colmatação dos interstícios do solo, a Tabela 5.2 indica a infiltração total de água esperada para tais dispositivos por área de drenagem.

PB 1478
Tabela 5.2 – Infiltração Esperada nas Caixas de Recarga Artificial

Bacia de Drenagem	Área de Infiltração nas Bacias de Retenção	Vazão Infiltrada (L/s)
01	3.120,6	14,0
02	18.547,2	83,5
03	11.982,1	53,9
04	1.678,1	7,6

Por conseguinte, a Tabela 5.3 indica a vazão esperada de infiltração no solo a partir da implantação dos dispositivos de bacia de retenção e caixa de recarga artificial

Tabela 5.3 – Infiltração Esperada nos Dispositivos

Bacia de Drenagem	Vazão Infiltrada (L/s)
01	180,9
02	1.075,7
03	694,9
04	97,4

6. ESTIMATIVA DA CAPACIDADE HIDRÁULICA NO CORPO RECEPTOR

Com a finalidade de se estimar a capacidade hidráulica máxima de descarga no corpo hídrico receptor, a partir dos pontos de lançamentos dos esgotos pluviais do empreendimento em tela, foram determinados perfis transversais (batimetrias) em quatro pontos distintos consecutivos no córrego Capão Grande. As coordenadas e os resultados estão apresentados em anexo.

Assim, em cada perfil transversal no corpo receptor, foi elaborado uma seção trapezoidal típica (canal a céu aberto), sendo determinado por Manning a respectiva descarga máxima, considerando uma média dos perfis em cada trecho.

Nesse contexto, foram determinadas as declividades entre cada seção típica por mapas topográficos (SICAD), evidenciando o elevado desnível no local, e o coeficiente de Manning equivalente a 0,070, em virtude das condições de drenagem e presença de vegetações nas margens.

201
1479
15/01/06

Os resultados encontrados e os dados de entrada para cada trecho com seção trapezoidal típica estão apresentados na tabela 6.1.

Tabela 6.1 – Estimativa de Descarga Máxima no Corpo Receptor – Canal com Seção Trapezoidal

Trecho	Dados de Entrada		Resultados	
1	Coeficiente de Manning	0,070	Nº de Froude	0,86
	Largura de Base (m)	3,5	Vazão (m^3/s)	62,2
	Lâmina Máxima (m)	2,6	Velocidade Média (m/s)	3,6
	Talude – z (m/m)	1,23		
	Declividade Média (m/m)	0,037		
2	Coeficiente de Manning	0,070	Nº de Froude	0,62
	Largura de Base (m)	5,5	Vazão (m^3/s)	48,5
	Lâmina Máxima (m)	2,2	Velocidade Média (m/s)	2,4
	Talude – z (m/m)	1,6		
	Declividade Média (m/m)	0,018		
3	Coeficiente de Manning	0,070	Nº de Froude	0,57
	Largura de Base (m)	4,5	Vazão (m^3/s)	20,6
	Lâmina Máxima (m)	1,5	Velocidade Média (m/s)	1,9
	Talude – z (m/m)	1,9		
	Declividade Média (m/m)	0,017		

Dos resultados encontrados, a menor descarga foi de $20,6\ m^3/s$, indicando o valor a ser considerado para estimativa da máxima vazão escoada no talvegue do corpo hídrico receptor.

Entretanto, considerando uma redução de 20% no valor da descarga calculada a ser atribuída ao escoamento de base e a inclusão das áreas verdes do empreendimento, tem-se que a vazão máxima a ser suportada pela calha fluvial do córrego Capão Grande, a jusante do condomínio Residencial RK, é de $16,5\ m^3/s$.

7. CONCLUSÕES

A implantação de dispositivos individuais e coletivos no condomínio Residencial RK tem o objetivo de proporcionar uma recarga artificial no lençol subterrâneo e amortizar o pico da vazão máxima estimada de descarga escoada superficialmente.

Nesse sentido, um efeito observado é a redução da respectiva vazão, fato importante para minimizar o impacto ambiental negativo proveniente da ocupação urbana, com consequente elevação da taxa de impermeabilização do solo.

Como o projeto executivo hidráulico do sistema de drenagem pluvial do empreendimento ainda não foi elaborado, as inferências na topografia local indicaram a divisão do escoamento superficial em quatro bacias de drenagem, onde os efluentes líquidos coletados seguem diretamente para o córrego Capão Grande ou para seus tributários.

A descarga calculada escoada superficialmente, quando da saturação urbana na área, é de 1.363,7 L/s, 5.484,2 L/s, 3.682,9 L/s e 810,5 L/s para as bacias de drenagem 01, 02, 03 e 04, respectivamente. Por consequência, tem-se um total da vazão de pico escoada de **11.341,3 L/s**.

No cenário da implantação dos dispositivos em todos os lotes residenciais do empreendimento, a vazão prevista para infiltração nos solos é de 180,9 L/s, 1.075,7 L/s, 694,9 L/s e 97,4 L/s para as bacias de drenagem 01, 02, 03 e 04, respectivamente.

Considerando a perspectiva de vazão infiltrada e a elevação do tempo de concentração em cada área de contribuição de drenagem pluvial ao córrego Capão Grande, tem-se que a descarga máxima afluente a esse curso d'água é de 267,9 L/s, 436,7 L/s, 351,4 L/s e 192,2 L/s para as bacias de drenagem 01, 02, 03 e 04 respectivamente.

Dessa forma, tem-se um valor total de vazão de pico escoada de **1.248,2 L/s** para o córrego Capão Grande.

786 1481
P83 P.

Portanto, a redução na vazão de pico escoada superficialmente no condomínio Residencial RK, com a implantação dos dispositivos ora previstos, é de aproximadamente 89%.

Quando da elaboração do projeto e respectiva execução do sistema de drenagem no empreendimento poderão ser previstas unidades coletivas, as quais diminuirão ainda mais as vazões esperadas.

É importante destacar, sobretudo, que no atual estágio de estudos do condomínio Residencial RK é difícil estimar qual a parcela das águas pluviais, infiltrada nos dispositivos individuais, será percolada para o lençol freático e qual parcela se encaminhará para a infiltração profunda, pois a caixa de recarga artificial prevista possui a concepção de incentivar os dois tipos de infiltração.

Assim, os valores estimados da parcela de águas pluviais infiltradas nos dispositivos individuais previstos para serem executados nos lotes residenciais do condomínio são expressivos e denotam a importância de suas execuções, pois elevam a recarga do lençol subterrâneo e reduzem os impactos ambientais negativos oriundos da descarga de esgotos pluviais coletados e lançados no corpo hídrico receptor.

Salienta-se, que os estudos ora apresentados levaram em conta todas todas as prerrogativas e normas da NOVACAP.

Com relação a estimativa da descarga hidráulica máxima no corpo hídrico receptor, após os lançamentos previstos de drenagem pluvial, tem-se que a partir dos resultados de batimetria, as vazões encontradas para os trechos com seções trapezoidais típicas indicaram valores sempre acima de **16.500 L/s**. Assim, a descarga natural do córrego acrescido dos esgotos pluviais do empreendimento em tela deverão ser inferiores a tal valor.

Esclarece-se que a instalação dos dispositivos individuais de recarga e amortecimento de vazão no Residencial RK diminuirão a vazão a ser lançada no corpo receptor, bem como reduzirão a descarga máxima a ser escoada nesse curso d'água, em virtude do referido empreendimento estar situado em sua área de drenagem natural. Nesse panorama, haverá compatibilidade da vazão de picc

20^X
8/1482
~~PSF~~
Q

escoada superficialmente no empreendimento com a capacidade hidráulica máxima do corpo receptor.

Não se pode deixar de comentar que a redução na vazão de pico escoada superficialmente, com a implantação dos dispositivos ora desenvolvidos, implicará em uma relevante diminuição dos custos de execução dos sistema de drenagem pluvial do condomínio, principalmente com reduções de diâmetros de tubulações e escavações no solo.

208 1483
1533
6.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAESB 1990. Plano Diretor de Água, Esgotos e Controle de Poluição Hídrica do Distrito Federal. Brasília.
- NBR 12218 – Projeto de Captação de Água de Superfície para Abastecimento Público. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 1992.
- NOVACAP 1999. Termo de Referência e Especificações para Elaboração de Projetos de Sistemas de Esgotos Pluviais. Brasília.
- TCHOBANOGLOUS, George. Wastewater Engineering: Treatment, Disposal and Reuse / Metcalf & Eddy, Inc. Singapore. McGraw-Hill Book Co. 1991.
- TCHOBANOGLOUS, George; THEISEN, Hilary e VIGIL, Samuel. Integrated Solid Waste Management – Engineering Principles and Management Issues. McGraw-Hill Book Co. 1993.
- TOMMASI, L. R. 1994. Estudo de Impacto Ambiental. São Paulo. CETESB. 1^a ed.
- TUCCI, C. E. M, PORTO R. L. L. e BARROS M. T. 1995. Drenagem Urbana Porto Alegre. ABRH / Editora da Universidade / UFRGS. 1^a ed.
- VENTURA, V. J. e A. M. R. 1996. Legislação Federal sobre Meio Ambiente. São Paulo. Editora Vana. 2^a ed.
- VON SPERLING, M. 1996. Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos. Belo Horizonte. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental Universidade Federal de Minas Gerais. 2^a ed.
- VON SPERLING, M. 1996. Lagoas de Estabilização. Belo Horizonte Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental Universidade Federal de Minas Gerais.



1584
9/4/84

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Of. Segunda Câmara Cível
N. 23077

Brasília,
Em, 11 de outubro de 2005

PROCESSO : MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005 00 2 9060-2
Impetrante(s) : DIRCEU DE FARIA
Advogado(s) : DR(A). DIRCEU DE FARIA
Informante : EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Interessado : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS
Relator(a) : DES(A). ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

Senhor(a) Juiz(a)

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) Relator(a) do processo em referência e a fim de instruí-lo, solicito a Vossa Exceléncia, com a urgência possível, as necessárias informações sobre o alegado na peça vestibular cuja cópia, bem como dos documentos que a instruem, acompanham o presente. Segue transcrita, ou anexado por cópia, o inteiro teor do despacho exarado nos autos.

Despachos de fls. 19: "Não há pedido de liminar. Solicitem-se informações à ilustre autoridade judiciária apontada como coatora. Após, à douta Procuradoria de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. Brasília, DF, em 7 de outubro de 2005.
(a) Des.(a) ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS – Relator (a)".

Respeitosamente,

Mara Costa de Aquino
MARA COSTA DE AQUINO
Diretora da Secretaria da 2^a Câmara Cível

EXMO. SR
DR. JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
N E S T A
/mps

1585
1485 /

Excelentíssimo Senhor Desembargador
Presidente do e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e
Territórios,

Dirceu de Faria, brasileiro, advogando em causa própria, com escritório nesta Capital, no SBS, Ed. Casa de São Paulo, Salas 1308/9, impetra **mandado de segurança** em face de ato do Juiz de Direito da 8^a Vara da Fazenda Pública do D.F., pelo que aduz:

I – Tramita no Juízo apontado como coator ação civil pública (**Processo nº 2000 01 1 064120-9**) proposta pelo MPDFT em face do Condomínio Rural Residencial RK, Distrito Federal, Carlos Victor Moreira Benatti, Pedro Passos Júnior, Alaor da Silva Passos e Eustáchio de Araújo Passos, sendo o impetrante procurador dos três últimos (doc. nº 1).

Em data de ontem, publicou-se despacho da autoridade (doc. nº 2), vazado nos seguintes termos:

“(...) intimem-se partes sobre laudo pericial de fls. 1212/1260, a começar pelo autor, que é pessoal; as demais via publicação, sem retirada dos autos do Cartório. Brasília, 31/08/2005.”

1
J. Faria

A586
1486 P

Pretendeu-se retirar os autos para extrair cópias do laudo, diligência a efetivar-se no prédio do Fórum, mas a Diretora da Serventia informou que tal não seria possível, por ordem expressa do magistrado da Vara.

O impetrante, ainda na fase postulatória, teve a mesma dificuldade para elaborar a contestação e para ter os autos em seu poder e exercer dignamente sua profissão teve que impetrar mandado de segurança.

E agora para o mesmo mal, o mesmo remédio.

II – E no incidente da contestação, já se instalara na Vara certa paúra dos advogados, porque, no pretérito, autos de ação conexa desapareceram, dando ensejo a procedimento de restauração. Mas não se cria preconceito contra uma classe trabalhadora por eventual desvio de conduta de um indivíduo e, muito menos, se deixa de aplicar a lei que garante ao cidadão o exercício regular de sua profissão.

Sabe-se que o processo não corre em segredo de justiça. E ainda que houvesse decreto nesse sentido, causídico que é procurador da parte, tem acesso aos autos para extrair peças.

E esse direito do advogado resulta de norma expressa, art. 7º, XIII, da Lei 8.906, de 4.7.94. Em regra, pode extrair cópias mesmo sem procuração; com mandato, não há exceção que o impeça de exercer essa faculdade.

2
JFane

1287
1487 P

III – Não é digno e nem louvável que se obrigue o advogado a examinar laudo pericial e anexos, de 48 páginas, em balcão estreito da serventia, onde o entra-e-sai de pessoas é enorme e rumoroso. Para estudar um documento dessa dimensão é preciso tempo e concentração do profissional.

Com um mínimo de sensibilidade, evitar-se-ia tamanho constrangimento aos causídicos. Poder-se-ia definir prazos sucessivos, ou simplesmente fornecer cópia do laudo a cada advogado, ou permitir sua extração, como deseja o impetrante.

Na linha do despacho, cerceado está o trabalho do advogado. A teor do art. 6º e seu parágrafo único, da Lei 8.906, o exercício da profissão está condicionada a tratamento compatível com sua dignidade e condições adequadas para seu desempenho.

Pelo exposto, espera-se a concessão do **writ**, a fim de que o impetrante obtenha cópia da mencionada perícia, devolvendo-lhe o prazo para sua manifestação.

Pretende demonstrar o alegado com os anexos documentos.

Pede deferimento

Brasília, 5 de outubro de 2.005

Leônio de Faria

OAB-DF

1.005-A

3
D. Faria

Circunscrição : 1 - BRASILIA

Processo : 2000.01.1.064120-9

Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA

AUTOR : MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS

Advogado : MINISTERIO PUBLICO

REU : CONDOMINIO RURAL RESIDENCIAL RK

Advogado : JOAQUIM DE ARIMATHEIA DUTRA JUNIOR

Advogado : SHEILA KIRCHNER MATTAR MORAES

Advogado : MINISTERIO PUBLICO

OUTROS REUS : DISTRITO FEDERAL

Advogado : LENARD VIEIRA DE CARVALHO

OUTROS REUS : PEDRO PASSOS JUNIOR

Advogado : DIRCEU DE FARIA

OUTROS REUS : ALAOR DA SILVA PASSOS

Advogado : DIRCEU DE FARIA

OUTROS REUS : EUSTACHIO DE ARAUJO PASSOS

Advogado : DIRCEU DE FARIA

OUTROS REUS : CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI

Advogado : GERALDO NUNES

« Voltar

Brasília/DF, 05 Oct 2005 08:33AM - Acesso via INTERNET (IP:200.163.14.127)

Circunscrição : 1 - BRASILIA

Processo : 2000.01.1.064120-9

Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PUBLICA

Título : DESPACHO

Pauta : Nº 64120-9/2000 - Civil Publica - A: MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS. Adv(s).: DF123321 - Ministerio Publico. R: CONDOMINIO RURAL RESIDENCIAL RK. Adv(s).: DF010795 - Joaquim de Arimatheia Dutra Junior. R: DISTRITO FEDERAL. Adv(s).: DF013958 - Lenard Vieira de Carvalho. R: PEDRO PASSOS JUNIOR. Adv(s).: DF01005A - Dirceu de Faria. R: MARCIO DA SILVA PASSOS. Adv(s).: (.), R: ALAOR DA SILVA JUNIOR. Adv(s).: DF01005A - Dirceu de Faria. R: EUSTACHIO DE ARAUJO PASSOS. Adv(s).: DF01005A - Dirceu de PASSOS. Adv(s).: DF01005A - Dirceu de Faria. R: CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI. Adv(s).: DF001297 - Geraldo Nunes. [...] intimem-se partes sobre laudo pericial de fls. 1212/1260, a começar pelo autor, que é pessoal; as demais via publicação, sem retirada dos autos do Cartório. Brasilia - DF, 31/08/2005..

« Voltar

Brasília/DF, 05 Oct 2005 08:32AM - Acesso via INTERNET (IP:200.163.14.127)


Nova Pesquisa
Circunscrição : 1 - BRASILIA**Processo : 2000.01.1.064120-9 Data Dist. : 12/09/2000****Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PUBLICA****Natureza da Vara : JUDICIAL****Endereço da Vara : Ed. do Fórum Anexo II do Palácio da Justiça, Bloco B, sala C-841****Horário de Funcionamento da Vara : 12:00 as 19:00****Feito : 1208 - CIVIL PUBLICA****Procedimento : 2 - ORDINARIO****Valor da Causa: 21.000.000,00****Autor : MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS****Advogado Autor: DF123321 - MINISTERIO PUBLICO****Reu : CONDOMINIO RURAL RESIDENCIAL RK e Outros****Filiação :****Advogado Reu : DF010795 - JOAQUIM DE ARIMATHEIA DUTRA JUNIOR****Origem : Nao****Material : Nao****Seg. Justiça : Nao****Consulta Advogados das Partes****Consulta Inspeção****Consulta Pautas Publicadas****Consulta Mandados via Oficial de Justiça****Consulta Procuradores****Consulta Custas Iniciais****Consulta Custas Finais****Outras Partes****Andamentos****Receba gratuitamente os andamentos processuais, clicando aqui****Significado dos Andamentos**

Data	Andamento	Complemento
04/10/2005	238 - Autos aguardando vencimento de prazo comum dia	
04/10/2005	238 - Autos aguardando vencimento de prazo comum dia	
30/09/2005	245 - Autos agd publicacao de despacho no 30/09/2005 dj enviado dia	Pauta - DJ
30/09/2005	308 - Autos para publicar	
20/09/2005	362 - Autos aguardando juntada	MP
20/09/2005	105 - Autos devolvidos do(a)	

1591

01/09/2005 266 - Autos carga ministerio publico			
31/08/2005 437 - Autos no escaninho aguardando remessa a	MP		1491
31/08/2005 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia			
31/08/2005 442 - Despacho proferido	Despacho		
23/08/2005 045 - Autos com diretor(a)			
17/08/2005 046 - Autos com funcionario(a)	WAL II VOLUME		
25/04/2005 352 - Funcionario aguardando autos	JUNTAR PETIÇÃO		
22/04/2005 261 - Autos aguardando resposta de oficio			
18/04/2005 262 - Autos para expedir oficio	MP		
18/04/2005 105 - Autos devolvidos do(a)			
11/04/2005 266 - Autos carga ministerio publico	MP		
11/04/2005 437 - Autos no escaninho aguardando remessa a			
08/04/2005 442 - Despacho proferido	Despacho		
30/03/2005 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho			
01/09/2004 369 - Autos aguarda vencimento de prazo dia			
31/08/2004 362 - Autos aguardando juntada			
31/08/2004 369 - Autos aguarda vencimento de prazo dia			
26/08/2004 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia	26/08/2004 Pauta - DJ		
24/08/2004 308 - Autos para publicar	Despacho		
24/08/2004 442 - Despacho proferido			
01/06/2004 206 - Mandado remetido a central para distribuir	INTIMACAO		
27/05/2004 206 - Mandado remetido a central para distribuir	INTIMACAO		
26/05/2004 283 - Expedir mandado	INTIMACAO		
26/05/2004 308 - Autos para publicar	Despacho		
26/05/2004 442 - Despacho proferido			
11/05/2004 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia	11/05/2004 Pauta - DJ		
23/04/2004 266 - Autos carga ministerio publico			
23/04/2004 437 - Autos no escaninho aguardando remessa a	MP		
22/04/2004 423 - Decisao interlocutoria proferida	Dr(a). DONIZETI APARECIDO DA SILVA Decisão		
14/04/2004 442 - Despacho proferido	Despacho		
08/03/2004 352 - Funcionario aguardando autos	JUNTAR PETICAO		
12/12/2003 442 - Despacho proferido	Despacho		
03/12/2003 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho			

1592

1192 9

11/09/2003 045 - Autos com diretor(a)	Despacho	
25/06/2003 442 - Despacho proferido		
18/06/2003 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho		
18/06/2003 089 - Autos apensados ao processo numero		5914597
		<u>20010110319212</u>
		<u>20010110438887</u>
		<u>20020110438836</u>
18/06/2003 089 - Autos apensados ao processo numero		5914597
		<u>20010110319212</u>
		<u>20010110438887</u>
		<u>20020110438836</u>
18/06/2003 443 - Certidao proferida	Certidão	
04/06/2003 442 - Despacho proferido	Despacho	
20/05/2003 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho		
18/12/2002 443 - Certidao proferida	Certidão	
16/12/2002 105 - Autos devolvidos do(a)		XEROX
16/12/2002 438 - Autos-carga a xerox		DF014279 LUCIANA RIBEIRO E FONSECA
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
10/12/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
06/12/2002 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia		06/12/2002 Pauta - DJ
04/11/2002 261 - Autos aguardando resposta de oficio		
29/10/2002 105 - Autos devolvidos do(a)		XEROX
29/10/2002 438 - Autos-carga a xerox		DF03784E BARBARA NUNES
28/10/2002 045 - Autos com diretor(a)	Despacho	
28/10/2002 442 - Despacho proferido		
28/10/2002 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao		MINISTERIO PUBLICO
25/10/2002 105 - Autos devolvidos do(a)		
04/10/2002 266 - Autos carga ministerio publico		
06/09/2002 045 - Autos com diretor(a)	Despacho	
06/09/2002 442 - Despacho proferido		
06/09/2002 045 - Autos com diretor(a)		

1593

	<u>Despacho</u>	1493
06/09/2002 442 - Despacho proferido		
05/09/2002 386 - Autos com juiz titular		
13/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
13/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
13/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
13/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
13/08/2002 244 - Autos apensados ao processo numero	<u>5914597</u>	
13/08/2002 089 - Autos apensados ao processo numero	<u>20010110319212</u>	
	<u>20010110438887</u>	
	<u>20020110438836</u>	
08/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
08/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
08/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
08/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
08/08/2002 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia		
08/08/2002 239 - Autos agd vencimento de prazo para o autor dia		
02/08/2002 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia	<u>02/08/2002</u> <u>Pauta - DJ</u>	
01/08/2002 308 - Autos para publicar		
12/07/2002 261 - Autos aguardando resposta de oficio		
26/06/2002 045 - Autos com diretor(a)		
26/06/2002 442 - Despacho proferido	<u>Despacho</u>	
05/06/2002 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao		
28/05/2002 105 - Autos devolvidos do(a)	MP	
16/05/2002 266 - Autos carga ministerio publico		
15/05/2002 354 - Autos aguardando providencias no escaninho		
15/05/2002 105 - Autos devolvidos do(a)	PELO JUIZ	
15/05/2002 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao		
14/05/2002 045 - Autos com diretor(a)		
14/05/2002 442 - Despacho proferido	<u>Despacho</u>	
14/05/2002 314 - Autos devolvidos pelo advogado		
14/05/2002 105 - Autos devolvidos do(a)		
14/05/2002 049 - Autos carga ao advogado do reu		
01/04/2002 105 - Autos devolvidos do(a)		
07/03/2002 266 - Autos carga ministerio publico		

1594

20/02/2002 245 - Autos agd publicacao de despacho no dia enviado dia	19/02/2002 Pauta - DJ MPDF	1494 1
04/12/2001 105 - Autos devolvidos do(a)		
26/11/2001 395 - Peticao a juntar		
21/11/2001 266 - Autos carga ministerio publico		
20/11/2001 357 - Autos aguardando devolucao de carta precatoria		
20/11/2001 432 - Autos desapensados do processo numero	20010110169678	
24/10/2001 314 - Autos devolvidos pelo advogado	DIRCEU DE FARIA	
24/10/2001 105 - Autos devolvidos do(a)	Advogado(a) DIRCEU DE FARIA	
19/10/2001 049 - Autos carga ao advogado do reu	DIRCEU DE FARIA	
26/09/2001 357 - Autos aguardando devolucao de carta precatoria		
26/09/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	<u>5914597</u> <u>20010110319212</u> <u>20010110438887</u> <u>20020110438836</u>	
14/09/2001 357 - Autos aguardando devolucao de carta precatoria		
14/09/2001 105 - Autos devolvidos do(a)	PELO JUIZ	
03/09/2001 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho		
03/09/2001 105 - Autos devolvidos do(a)	MPDF	
27/08/2001 266 - Autos carga ministerio publico		
27/08/2001 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho		
23/08/2001 041 - Autos aguardando devolucao de aviso de recebimento		
22/08/2001 359 - Expedir carta precatoria		
22/08/2001 105 - Autos devolvidos do(a)	PELO JUIZ	
15/08/2001 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao		
15/08/2001 105 - Autos devolvidos do(a)	MPDF	
13/08/2001 266 - Autos carga ministerio publico		
13/08/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	<u>5914597</u> <u>20010110319212</u> <u>20010110438887</u> <u>20020110438836</u>	
13/08/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	<u>5914597</u> <u>20010110319212</u> <u>20010110438887</u> <u>20020110438836</u>	
13/08/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	<u>5914597</u> <u>20010110319212</u> <u>20010110438887</u> <u>20020110438836</u>	
10/08/2001 432 - Autos desapensados do processo	20010110378143	

numero 10/08/2001 432 - Autos desapensados do processo numero 10/08/2001 432 - Autos desapensados do processo numero 09/08/2001 046 - Autos com funcionario(a) 09/08/2001 105 - Autos devolvidos do(a) 09/08/2001 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao 09/07/2001 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia 09/07/2001 Pauta - DJ 09/07/2001 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia 09/07/2001 308 - Autos para publicar 26/06/2001 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia 21/06/2001 Pauta - DJ 21/06/2001 308 - Autos para publicar 21/06/2001 206 - Mandado remetido a central para distribuir CITACAO E INTIMACAO 20/06/2001 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao 20/06/2001 320 - Autos aguardando devolucao de mandado 13/06/2001 105 - Autos devolvidos do(a) MP 13/06/2001 395 - Peticao a juntar 12/06/2001 266 - Autos carga ministerio publico 04/06/2001 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao 10/05/2001 089 - Autos apensados ao processo numero 5914597 20010110319212 20010110438887 20020110438836 09/05/2001 041 - Autos aguardando devolucao de aviso de recebimento 07/05/2001 089 - Autos apensados ao processo numero 5914597 20010110319212 20010110438887 20020110438836 03/05/2001 206 - Mandado remetido a central para distribuir CITACAO E INTIMACAO 02/05/2001 362 - Autos aguardando juntada 26/04/2001 283 - Expedir mandado CITACAO 26/04/2001 127 - Autos para expedir carta de citacao 17/04/2001 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho	1495 1595
--	--

1596

1496 1

17/04/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	5914597 20010110319212 20010110438887 20020110438836
05/04/2001 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho	
05/04/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	5914597 20010110319212 20010110438887 20020110438836
26/03/2001 283 - Expedir mandado	CITACAO
21/03/2001 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao	
19/03/2001 105 - Autos devolvidos do(a)	MPDF
01/03/2001 266 - Autos carga ministerio publico	
22/02/2001 354 - Autos aguardando providencias no escaninho	
19/02/2001 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho	
19/02/2001 089 - Autos apensados ao processo numero	5914597 20010110319212 20010110438887 20020110438836
15/02/2001 362 - Autos aguardando juntada	
09/02/2001 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia	
08/02/2001 362 - Autos aguardando juntada	
06/02/2001 320 - Autos aguardando devolucao de mandado	
02/02/2001 206 - Mandado remetido a central para distribuir	INTIMACAO
02/02/2001 283 - Expedir mandado	INTIMACAO
15/12/2000 386 - Autos com juiz titular	
14/12/2000 110 - Autos conclusos ao juiz com oficio	
14/12/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	PELO JUIZ
05/12/2000 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho	
04/12/2000 314 - Autos devolvidos pelo advogado	ACACIA DE LOURDES RODRIGUES
04/12/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	Advogado(a) ACACIA DE LOURDES RODRIGUES
23/11/2000 049 - Autos carga ao advogado do reu	ACACIA DE LOURDES RODRIGUES
21/11/2000 362 - Autos aguardando juntada	
21/11/2000 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia	21/11/2000 Pauta - DJ
20/11/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	GABINETE DO DES JOSE JERONYMO
17/11/2000 178 - Autos remetidos por emprestimo	GABINETE DO DES. JOSE JERONYMO
17/11/2000 308 - Autos para publicar	
14/11/2000 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao	

1497

14/11/2000 432 - Autos desapensados do processo numero	5914597
10/11/2000 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao	
10/11/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	PELO JUIZ
09/11/2000 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho	
30/10/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	procurador
24/10/2000 063 - Autos carga ao procurador do df	LENARD VIEIRA DE CARVALHO
20/10/2000 244 - Autos agd vencimento de prazo para o reu dia	
18/10/2000 245 - Autos agd publicacao de despacho no dj enviado dia	18/10/2000 <u>Pauta - DJ</u>
17/10/2000 308 - Autos para publicar	
17/10/2000 423 - Decisao interlocutoria proferida	Dr(a). ARLINDO MARES OLIVEIRA FILHO
13/10/2000 110 - Autos conclusos ao juiz com oficio	
11/10/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	MP
10/10/2000 395 - Peticao a juntar	
09/10/2000 266 - Autos carga ministerio publico	
09/10/2000 105 - Autos devolvidos do(a)	MP
06/10/2000 395 - Peticao a juntar	
29/09/2000 266 - Autos carga ministerio publico	
27/09/2000 354 - Autos aguardando providencias no escaninho	
26/09/2000 120 - Autos conclusos ao juiz com peticao	
20/09/2000 320 - Autos aguardando devolucao de mandado	
18/09/2000 206 - Mandado remetido a central para distribuir	CITACAO E INTIMACAO
15/09/2000 283 - Expedir mandado	CITACAO
15/09/2000 423 - Decisao interlocutoria proferida	Dr(a). ARLINDO MARES OLIVEIRA FILHO
13/09/2000 119 - Autos conclusos ao juiz para despacho	
13/09/2000 089 - Autos apensados ao processo numero	5914597 20010110319212 20010110438887 20020110438836
12/09/2000 371 - Processo distribuido prevento	5914597
12/09/2000 007 - Autos distribuidos ao cartorio	

[Voltar](#)

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Proc. n.º 64.120-9

0 07 16 03 23 26 69 91
SERIALS RECEIVED

CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI, já qualificado nos autos da Ação Civil Pública, processo em epígrafe, vem, pelo advogado que esta subscreve, manifestar-se sobre o laudo pericial, com vista no Cartório, conforme determinação desse juízo.

O laudo pericial alude à vegetação (mapa 64) composta de gramíneas rasteiras. A área, onde está localizado o condomínio, seria delimitada por cerca de chácaras.

Confirma o laudo situar-se o condomínio na APA do Rio São Bartolomeu, e sob administração e fiscalização do Distrito Federal. Reconhece estar, segundo o PDOT, em zona de

1599
1499 (

uso extensivo (ZUI), parte rural, parte urbana, sendo aquela de uso agropecuário (fl. 1014).

Esclareça-se ter sido a APA do São Bartolomeu zoneada por determinação da Lei Federal 9.262/96, mediante lei de efeitos concretos, votada pela Câmara Distrital do Distrito Federal, e promulgada pela Vice-Governadora.

O laudo é omissivo quanto à atividade agrícola e pastoril no longo período em que a área esteve locada, pelo Distrito Federal, para aquelas finalidades. E omite, também, a remoção da vegetação nativa pelo pisoteamento do gado e da sua natural substituição por capim, e até mesmo plantação de eucaliptos.

A situação da área, anterior à localização e instalação do condomínio, é fator de extrema importância. É do seu exame histórico que resultará a responsabilidade pela remoção da vegetação nativa. E é necessário destacar que, destinada a atividades agro-pastoris, a remoção da vegetação nativa é consequência direta desta atividade.

Entretanto o laudo, alheio aos impactos da atividade agrícola, que removeu toda vegetação nativa, atribuiu a responsabilidade ao autor do empreendimento, que impugna, nesta oportunidade, a equivocada conclusão da perícia.

Aliás, destinada a atividades agrícolas, os impactos sobre a fauna e a flora, com a remoção desta e o

1500

1500 /

afugentamento dos animais, resultam, em parte, da própria atividade, em parte das vias asfaltadas que circundam a área onde se encontra o condomínio, na direção do Paranoá e Sobradinho.

A responsabilização do empreendedor, Sr. Carlos Victor Moreira Benatti, por danos à vegetação ou à fauna revela desconhecimento das atividades exercidas na área e o efeito do tráfego rodoviário em relação aos animais silvestres.

Na inicial, em pedido contraditório, que levou o contestante a requerer a declaração da inépcia da inicial, o autor pediu o replantio das espécies e indenização. Demonstrada a impossibilidade dos dois pedidos, formulados cumulativamente, parece-nos ter o laudo se fixado apenas na reconstituição da área, que admite viável, mediante a remoção de todas as edificações. Estas seriam causadoras do desequilíbrio do ecossistema, empobrecimento do solo e seu assoreamento.

Entretanto, a área foi zoneada, concluindo-se pelo seu uso urbano controlado. Os defeitos existentes na implantação do condomínio não autorizam, data venia, a conclusão da perícia: derrubada de todas as edificações. Se a área foi zoneada e reconhecida como adequada ao uso urbano, cabe ao Distrito Federal, mediante licença ambiental, determinar a correção dos erros, ou, se inviável tal solução, remover as edificações.

A competência para a elaboração do EIA/RIMA é do Distrito Federal, onde se encontra, em curso, o

1601

15019

processo de regularização do Condomínio RK, expresso na contestação, ao referir-se à competência constitucional do Distrito Federal, e ao fato de ser, por lei, a responsável pelo meio ambiente da APA do Rio São Bartolomeu, em face das leis mencionadas naquele peça contestatória, e pela Lei 9.262, que autorizou o Distrito Federal a zonear a APA e lotear a parte urbanizável (art. 9º, Lei 9.262/96).

Embora a questão versada revista-se de natureza técnica (laudo pericial), a defesa de Carlos Victor insiste em que a solução dos problemas eventuais do condomínio RK depende de solução administrativa da Secretaria do Meio Ambiente e Habitação.

A vistoria, realizada pelo Ibama, pela analista Margarida Mendes, encaminhou relatório à SEMAH, cabendo a esse órgão do Distrito Federal adotar as providências cabíveis, diante da existência de processo administrativo do RK naquele órgão.

A destruição de casas, aventada pelo laudo, é providência que só poderá ser levada a efeito, pelo Distrito Federal, se a ausência de condições de regularização do RK determiná-la. Caso contrário, o Distrito Federal, que administra a área por força da lei federal, poderá realizar o EIA/RIMA e regularizar o condomínio, pois lhe cabe, constitucionalmente, planejar o uso do solo (art. 30 VII, c/c §1º do art. 32).

Parece-nos, além do mais, que estar o condomínio legitimado para defesa dos interesses patrimoniais dos

1602
1502 1

condôminos, relacionados aos direitos sobre as moradias pelos mesmos edificadas, e que não tendo sido parte na ação, não poderiam ter seus imóveis destruídos, por ordem judicial, num processo do qual não participaram.

Por último, assinala-se serem as soluções do laudo violadora da Constituição e das Leis Ordinárias, especialmente da legislação que atribui ao Distrito a administração da APA, com poderes para zoneá-la.

São estas as considerações do empreendedor sobre o laudo pericial.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Brasília(DF), 10 de outubro de 2005.

[Assinatura]
GERALDO NUNES
OAB/DF 1297



1603

1503 /

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário – PROMAI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DE FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Processo nº 64.120-9/00

Parte: MPDFT x Condomínio RK e outros

O DISTRITO FEDERAL, por seu Procurador, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho que o intimou a manifestar-se sobre o laudo pericial de fls. 1212-1260, dizer e requerer o seguinte.

Primeiramente, observe-se que há três laudos periciais juntados a fls. referidas, apenas o primeiro produzido nos autos em apreço (fls. 1212-1231). Os outros dois, um foi produzido a pedido do MPDFT (fls. 1232-1244) e o outro pelo Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo – SIV-Solo (fls. 1245-1260).

Em despacho publicado em 13.05.04, Vossa Excelência determinou a produção de prova pericial (Laudo de Exame em Local de Danos Ambientais) e facultou às partes a indicação de assistente técnico e formulação de quesitos.

O Distrito Federal formulou *cinco* quesitos, e nenhum deles foi respondido pelo Laudo em apreço, razão por que ele ou é nulo, nos termos do art. 421, § 1º, II, c/c art. 422 do Código de Processo Civil, ou deve ser complementado, a fim de lhe ser subtraída a falha, conforme art. 250 e parágrafo único, do mesmo código processual:

Art. 421.

§ 1º **Incumbe às partes**, dentro em 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

.....



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário – PROMAI

1604
1504 P

II - apresentar quesitos.

Art. 422. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos a impedimento ou suspeição.

.....

Art. 250. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais.

Parágrafo único. Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa.

Deve-se, sobre o conteúdo do Laudo, observar o seguinte.

Na conclusão apresentada a fls. 1220, diz que a área “fora loteada para fins urbanos, entre lotes residenciais, comerciais e chácaras...”. É preciso que fique claro, contudo, que fora loteada *clandestinamente*, sem autorização ou ajuda do Distrito Federal.

A fls. 1222, consta fotografia de “placa identificadora do condomínio com os respectivos processos judiciais”. Não consta, entretanto, se foi ali colocada pelo Distrito Federal, embora esse seja justamente o quesito nº 3 formulado por esse ente público.

Nada, em nenhuma passagem do Laudo Pericial de fls. 1212-1231, indica a culpa do Distrito Federal nos fatos examinados nos autos. E, conquanto as respostas aos quesitos formulados pelo Distrito Federal não tenham sido apresentadas, justamente elas que deveriam afirmar categoricamente a ausência de culpa do ente público, consta, a fls. 1239, uma interessante resposta a um quesito formulado pelo próprio MPDFT.

Respondendo à pergunta “qual(is) a(s) pessoa(s) ou entidade(s) responsável(is) pelo impacto?”, o Laudo feito pelo mesmo Instituto de Criminalística, mas a pedido do autor da presente ação, responde diretamente, excluindo o Distrito Federal: “o(s) responsável(is) pelo empreendimento em exame” (fls. 1239).



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário – PROMAI

1605
15059

Assim, não provado que o Distrito Federal tenha agido, ou se omitido, dolosamente, ou mesmo com culpa *subjetiva* (*culpa subjetiva*, uma vez que se está diante não de um ato do Estado, mas da falta de um serviço (poder de polícia contra ato de particulares)), não há que se falar em condenação do Distrito Federal, sob pena de transformá-lo num segurador universal, que deve arcar com o ônus de tudo o que ocorre de errado, pois incumbe ao Poder Público zelar pelo bem-estar de todos, pela saúde, pelo lazer, pela segurança etc..

Posto isso, o Distrito Federal requer:

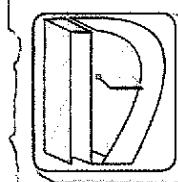
- a) seja o laudo pericial complementado pelas respostas aos quesitos que oferecera;
- b) caso não seja complementado, a decretação da nulidade do laudo;
- c) a não procedência dos pedidos contra o Distrito Federal, por não lhe ter sido irrogada culpa subjetiva, nem dolo.

Pede deferimento.

Brasília, 13 de outubro de 2005.



PAULO SEREJO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 11.869



**DUTRA
ADVOGADOS
ASSOCIADOS S/C**

16/06
15069

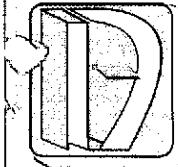
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO
DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
PROCESSO N° 64.120-9/2.000**

CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK, neste ato representado pelo seu Síndico LAÉRCIO DE CARVALHO ALVES, devidamente qualificado nos autos do Processo em epígrafe que lhe move o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, por intermédio de seu Procurador regularmente constituído, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se acerca do **LAUDO** apresentado pelos Srs. Peritos do Instituto de Criminalística da Polícia Judiciária do Distrito Federal, fazendo para tanto, através das razões de fato e de direito que passa a expor.

I) MM. Juiz, as constatações declinadas pelos Srs. Peritos revelam-se, quase em sua totalidade, com as mesmas referências lançadas no LAUDO anteriormente elaborado, não demonstrando, maiores alterações, além daquelas anteriormente constatadas.

II) Por fim, o Petionante reitera seu propósito, em promover junto ao Douto órgão do Ministério Público a elaboração



**DUTRA
ADVOCADOS
ASSOCIADOS S/C**

1607
15079

de um **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, haja vista, as consequências que poderão ser geradas, caso alguns procedimentos restauradores do meio ambiente não sejam ratificados.

III) Finalmente requer o regular andamento do feito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 20 de outubro de 2005.

**Joaquim de Arimathea Dutra Júnior
OAB/DF 10.795**

~~1508~~
1508



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Brasília/DF, 24 de outubro de 2005.

Ofício nº 1661 /2005

24/10/2005
2005
Câmara Civil
Ofício 1661/2005

Senhor Desembargador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para prestar as informações, em atenção ao Ofício nº 23077/2005 – 2ª Câmara Cível, de 11 de outubro de 2005, pertinentes à Ação Civil Pública registrada sob o nº 64120-9/2000 proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT em face do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RK E OUTROS.

Respeitosamente,

DONIZETI APARECIDO DA SILVA
Juiz de Direito

Excelentíssimo Senhor
Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS
DD. Relator do Agravo de Instrumento nº 9060-2 – 2º Câmara Civil
N E S T A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Cuida-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT no qual almeja que os réus cessem suas condutas lesivas aos padrões urbanísticos e ao meio ambiente. Requereu, ainda, a demolição das edificações erguidas no local do loteamento e a restauração da área degradada às suas condições primitivas, bem como a reparação dos danos ambientais e urbanísticos causados pela irregular implantação do loteamento.

Em tutela provisória, postulou a concessão da liminar visando obstar o prosseguimento da implantação de fato de mais um loteamento no Distrito Federal, evitando-se danos ao meio ambiente e à ordem urbanística. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 02/82.

Às fls. 39/41, a liminar foi deferida determinado a suspensão de todas as atividades voltadas à implantação do Condomínio RK, consistentes em obras de engenharia civil, assim como a realização de qualquer negócio jurídico com terceiros envolvendo lotes ou frações do domínio sobre o imóvel. Foi determinado, ainda, que o réu Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fiscaliza-se o cumprimento das determinações. Também foi estabelecido que todos os réus fossem intimados para cumprimento da liminar, sob pena de multa no valor R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento.

O Distrito Federal ofereceu contestação às fls. 326/334, o Condomínio Residencial Rural RK, às fls. 559/610, o réu Carlos Victor Moreira Benatti contestou às fls. 823/844 e os réus Pedro Passos Júnior, Márcio da Silva Passos, Alaor da Silva Passos e Eustáchio de Araújo Passos apresentaram contestação às fls. 912/920.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Em Despacho (fl. 946), o MM. Juiz de Direito determinou a intimação das partes para especificarem se pretendem produzir, tendo as partes apresentado as manifestações, conforme fls. 947, 955, 957/962, 1012, 1013/1015 e 1022/1026.

Às fls. 1098/1102, em decisão interlocatória, este Magistrado saneou o processo e rejeitou as preliminares argüidas pelas partes, indeferiu a produção de algumas provas requeridas e determinou a realização de perícia consistente na realização de laudo de exame em local de danos ambientais, o que deu ensejo a interposição de agravo retido por parte de alguns réus.

Em despacho (fl. 1266), ato impugnado via instrumento constitucional extremo, este Magistrado determinou que se intimasse as partes sobre o laudo pericial produzido às fls. 1212/1260, a começar pelo autor, que é vista pessoal e, os demais, via publicação, sem retirada dos autos do Cartório.

Por recomendação deste Juízo, em decorrência do desaparecimento dos autos da ação anulatória de escritura, registrado sob o nº 59145/97, foi determinada a manutenção dos autos em Cartório, culminando com vistas às partes do processo na Secretaria deste Juízo.

Contudo, em relação ao ato impugnado em si, objeto desta ação civil pública, cabe ressaltar que a intimação das partes para vista do laudo pericial transcorreu em prazo comum, razão pela qual foi providenciada pelo Cartório diversas cópias do laudo para ser entregue as partes, visando acesso de todos ao laudo, sem ser necessária retirada dos autos do cartório. De modo que não há proibição nesse sentido, apenas que, como são vários réus, os prazos são comuns.

1511

SCSI
Q



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

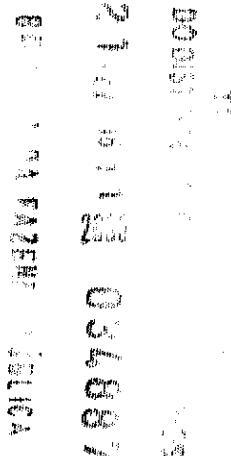
Sendo o que tinha a informar acerca do Mandado de Segurança, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para quaisquer outros esclarecimentos que entender necessários.

Respeitosamente,

Donizeti Aparecido da Silva
Juiz de Direito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO
DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF**

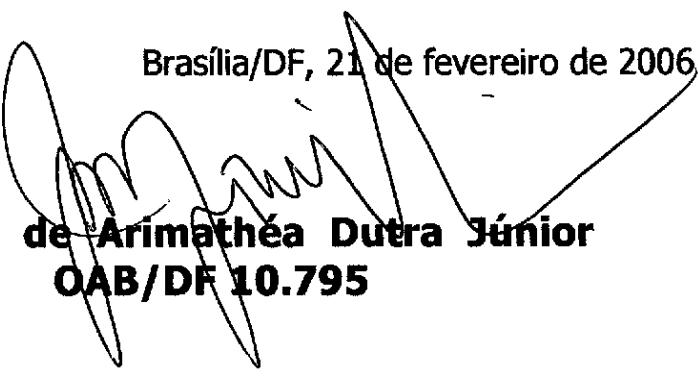
**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
PROCESSO Nº 64.120-9/2.000**

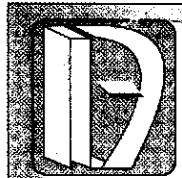


CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK, neste ato representado pelo seu Síndico LAÉRCIO DE CARVALHO ALVES, devidamente qualificado nos autos do Processo em epígrafe, por intermédio de seu Procurador regularmente constituído, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência **REQUERER** juntada aos autos do incluso instrumento de substabelecimento, para os devidos fins de direito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 21 de fevereiro de 2006.


**Joaquim de Arimathéa Dutra Júnior
OAB/DF 10.795**



**DUTRA
ADVOGADOS
ASSOCIADOS S/C**

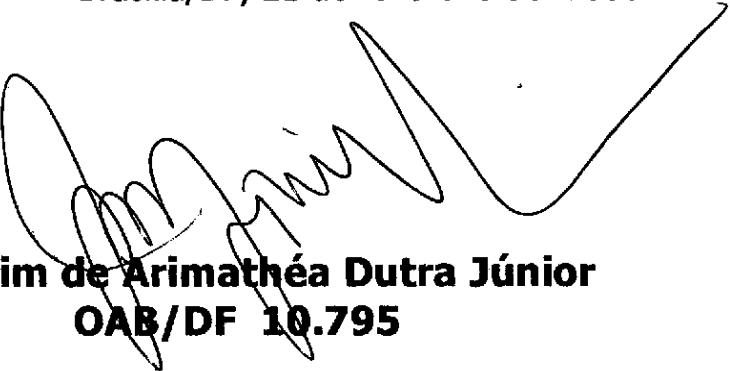
1513 823

SUBSTABELECIMENTO

**SUBSTABELECO, - COM RESERVAS -, ao DR. BAILON
CARLOS DOMINGUES JÚNIOR, regularmente junto a OAB/DF
sob nº 21.458, com escritório profissional sediado conforme
constante no rodapé do presente instrumento, os poderes que me
foram conferidos por CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK,
nos autos da Ação Civil Pública – Processo nº 64.120-9/2.000 –,
em curso perante a 8ª Vara da Fazenda Pública da Circunscrição
Judiciária de Brasília/DF**

- Por ser a expressão da verdade firmo o presente.

Brasília/DF, 21 de fevereiro de 2.006.


**Joaquim de Arimathéa Dutra Júnior
OAB/DF 10.795**

A95
dc
28/11/15/14
EC

67863.6

13/10

Exmo. Sr. Juiz de Direito da 8^a Vara da Fazenda
Pública do Distrito Federal

Processo n° 2000 01 1-064120-9

Pedro Passos Junior, Alaor da Silva Passos e Eustachio de Araújo Passos, por seu advogado, não se conformando com o teor do despacho publicado ontem, dele interpõe **agravo retido**, pelo que aduz:

Eis o teor da publicação:

“(...) intimem-se partes sobre laudo pericial de fls. 1212/1260, a começar pelo autor, que é pessoal; as demais, via publicação, sem retirada dos autos do Cartório.”

Pleiteou o subscritor, por intermédio de colega, cópia do laudo a fim de manifestar-se sobre o trabalho técnico, mas servidora do Juízo informou que os autos não poderiam sair da secretaria para esse fim, tendo ou não o advogado procuração nos autos e que o prazo para a parte falar seria de cinco dias.

Data venia, a orientação fere norma expressa do CPC, art. 191 (prazo em dobro), bem como dispositivo da Lei 8.906, de 4.7.94, segundo a qual, o causídico, em regra, pode extrair cópias mesmo sem procuração; com mandato, não há exceção que o impeça de exercer essa faculdade.

1
Juan

1515

1615

Sabe-se que o processo em questão não corre em segredo de justiça. E ainda que houve decisão nesse sentido, advogado que é procurador da parte, tem acesso aos autos para extrair peças.

Por outro lado, não é digno e nem aceitável que se obrigue o advogado a examinar laudo pericial e anexos, de 48 páginas, em balcão estreito de serventia, onde o entra-e-sai de pessoas é enorme e rumoroso. Para estudar documento dessa dimensão é preciso tempo e concentração.

Na linha do despacho e a orientação da secretaria do Juízo, cerceado está o trabalho do advogado. A teor do art. 6º e seu parágrafo único, da Lei 8.906, o exercício da profissão está condicionada a tratamento compatível com sua dignidade e condições adequadas para seu desempenho.

Pelo exposto, requerem a V.Exa. se digne de permitir que seu advogado extraia cópia do referido laudo, reformando seu despacho e devolvendo-lhe o prazo, e, caso não o faça, que esta manifestação fique nos autos, para apreciação em fase recursal futura.

Pedem deferimento

Brasília, 5 de outubro de 2.005

Pp Júlio da Sana
OAB-DF 1.005-A

2

J. Sane



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

64120-9

1501
1516

OF. SECRETARIA DA 2^a CÂMARA CÍVEL
N. 2552

Brasília,
Em, 15 de fevereiro de 2006

Sessão : 15/02/2006
PROCESSO : MANDADO DE SEGURANÇA N. 2005 00 2 9060-2
Impetrante(s) : DIRCEU DE FARIA
Advogado(s) : DR(A). O MESMO, EM CAUSA PRÓPRIA
Informante : EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF - DF
Interessado : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Relator(a) : DES(A). ARNOLDO CAMANHO

Senhor(a) Juiz(s)

Comunico a Vossa Excelência a prolação da decisão, a seguir transcrita, referente ao processo supramencionado.

Decisão: "Denegou-se a ordem. Unâime".

Respeitosamente,

Mara Costa de Aquino
MARA COSTA DE AQUINO
Diretora da Secretaria da 2^a Câmara Cível

EXMO. SR
DR. JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
N E S T A
/mps



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Oitava Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal

Folha N°

1617 1517
EQ

FICHA DE INSPEÇÃO APROVADA PELO PROVIMENTO Nº 09/97

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Ano: 2006
Período: ANUAL
Data da Inspeção: 02/03/2006
Processo: 2000.01.1.064120-9

- Processo em ordem. Prossiga-se, cumprindo as ordens precedentes.

Brasília - DF, 02 de março de 2006

Donizeti Aparecido da Silva
Juiz de Direito

Incluído na Pauta: ___ / ___ / ___



Processo : 2000.01.1.064120-9
Ação : CIVIL PÚBLICA
Autor : MPDFT MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E DOS TERRITÓRIOS
Réu : CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK e outros

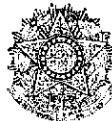
DESPACHO

Ao Ministério Público sobre Agravo Retido interposto pelos réus, às fls. 1614/1615 (artigo 523, §2º do CPC).

Brasília - DF, quarta-feira, 08 de março de 2006 às 17h13.

Donizeti Aparecido da Silva
Juiz de Direito





1619
1519

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Públco do Distrito Federal e Territórios

**EXCELENTEÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA
DO DISTRITO FEDERAL**

Processo: 2000.01.1.064120-9

Agravantes: PEDRO PASSOS JÚNIOR E OUTROS

Agravados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

em 23 de setembro de 2000
Assinatura: [Assinatura]

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**, no exercício de suas atribuições constitucionais, vem apresentar

CONTRAMINUTA

ao Agravo Retido interposto por PEDRO PASSOS JÚNIOR, ALAOR DA SILVA PASSOS e EUSTACHIO DE ARAÚJO PASSOS às fls. 1614/1615 em face da r. decisão interlocutória proferida por esse Juízo à fl. 1266 dos presentes autos, determinando a intimação das partes sobre o laudo pericial de fls. 1212/1260, “sem retirada dos autos do Cartório”.

Segundo se extrai da petição que veicula a inconformidade, a Secretaria dessa 8^a Vara da Fazenda Pública não teria permitido aos recorrentes, com base nessa determinação, a retirada dos autos de cartório para extração de cópias, informando ainda que o prazo para manifestação das partes sobre o referido laudo seria de cinco dias.

[Assinatura]



Sustentam os agravantes, em síntese, que a orientação fere o disposto no artigo 191 do Código de Processo Civil, que prevê prazo em dobro quando as partes apresentarem diferentes procuradores, bem como dispositivo da Lei 8.906/94, que permite ao advogado extrair cópias dos autos, com ou sem procuração.

Convém salientar que a decisão ora agravada também foi objeto de mandado de segurança impetrado pelo advogado dos recorrentes, cuja ordem foi denegada à unanimidade, conforme informado à fl. 1616.

É o relatório.

O recurso é cabível e tempestivo.

Contudo, a decisão agravada não contém os vícios apontados pelos recorrentes, devendo, assim, ser mantida em todos os seus termos.

Em primeiro lugar, funda-se o recurso em circunstâncias fáticas não comprovadas, no sentido de que servidora do Juízo teria informado que os autos não poderiam sair da secretaria para extração de cópias e que o prazo para manifestação seria de cinco dias (fl. 1614).

Ora, não há comprovação alguma de que não tenha sido permitida a extração de cópia dos autos, até porque esse Juízo esclareceu às fl. 1610, ao prestar informações no mandado de segurança acima citado, que providenciara cópias do laudo em referência para serem entregues às partes, justamente para evitar a retirada dos autos de cartório. Ademais, a extração de cópia do feito poderia ser viabilizada por outros meios, como, por exemplo, mediante a supervisão de um servidor da secretaria.

Por outro lado, a medida adotada encontra-se inteiramente justificada, ante a notícia do desaparecimento dos autos da ação anulatória de escritura nº 59145/97 (fl. 1610), fato que tem se repetido com freqüência alarmante no que diz respeito aos processos e inquéritos que versam sobre parcelamento irregular do solo.



Da mesma forma, limita-se a decisão agravada a determinar a intimação das partes para manifestação sobre documento juntado aos autos, sem sequer, mencionar o prazo para a prática do ato, pelo que se presume seja o prazo legal.

A simples alegação de que um servidor teria afirmado que o prazo seria de cinco dias, com a devida vénia, ainda que estivesse comprovada, não implica ofensa a direito dos agravantes, haja vista que a decisão sobre a tempestividade dos atos processuais praticados pelas partes compete, em última análise, ao magistrado que preside o feito.

Em face do exposto, o Ministério Pùblico oficia pela manutenção da decisão agravada.

Brasília, 27 de março de 2006.

DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA
Promotor de Justiça



1605

EQ

Processo : 2000.01.1.064120-9
Ação : CIVIL PUBLICA
Autor : MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS
Réu : CONDOMINIO RURAL RESIDENCIAL RK e outros

DESPACHO

Oficie-se ao Instituto de Criminalística visando a complementação do Laudo de nº8298/05 - IC, conforme requerido pelo Distrito Federal.

Deve acompanhar o ofício cópia da petição de fls.1603/1605.

Brasília - DF, quinta-feira, 30 de março de 2006 às 19h52.

Donizeti Aparecido da Silva
Juiz de Direito



64120-9/00223

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
CPC – 13^a DELEGACIA POLICIAL – SOBRADINHO-DF.
Qda. Central – Área Especial – Proj. M – Sobrinho-DF, Tel. 591.2253 – 591.2053 – Fax. 591.0824

EQ
1523

Of. nº 2344 /05-Cart.

Sobradinho/DF, 23 de dezembro de 2005.

Ref.: TC Nº 1431/05-13^a-DP

Assunto: solicitação de documento

Excelentíssimo Senhor Juiz,

Visando instruir os presentes autos, solicito a Vossa Excelência cópia dos Autos de Embargos da obra referente ao Processo nº 64120-9/00, documento que se encontra tramitando nesse Juízo, o qual será enviado ao Instituto de Criminalística.

Respeitosamente,

ROSELIANE BORGES DE ARAÚJO
Delegada de Polícia

Exmo. Sr.

*MM. Juiz de Direito da 8^a. Vara da Fazenda Pública do DF
Palácio da Justiça, 8º andar, sala C-841
Brasília/DF.*

64.120-90
1524

AMARAL, FARIA E CARVALHO – ADVOGADOS E CONSULTORES

DIRCEU DE FARIA
ANDRÉ CAMPOS AMARAL
FRANCISCO JOSÉ DE CAMPOS AMARAL
ALEXANDRE FERREIRA DE CARVALHO
JOSÉ DE CAMPOS AMARAL (CONSULTOR)
DANIEL FLÁVIO SOUZA FONSECA
DIAIR PEREIRA DA COSTA (ESTAGIÁRIO)
SBS, ED. CASA DE SÃO PAULO, CONIS. 1306/7 – TELS (61) 2239713 – FAX 2263348
CEP 70.078-900 – BRASÍLIA – DF – BRASIL
e-mail: afcadvogados@brturbo.com.br

EXMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 8^a. VARA DA FAZENDA PÚBLICADO DISTRITO FEDERAL

Processo n. 64.120-9

CABME
64.120-90
2006
3330640

ANDRÉ CAMPOS AMARAL, advogado constituído no processo em referência, comunica a V.Exa. renúncia ao mandato conferido pelo(s) re(s), cuja notificação é desnecessária tendo em vista existência de outro patrono que continuará atuando no feito.

Requer, assim, a exclusão do nome do petionário nos registros do feito, bem como que doravante as intimações no Diário da Justiça sejam realizadas em nome advogado que permanecerá à frente da defesa, sob pena de nulidade.

N. Termos,
E. Deferimento.
Brasília, 20 de março de 2.006.

Pp. André Campos Amaral
OAB DF 11.731



1625
1525

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF
JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Ofício nº 622/06

Brasília-DF, 23 de junho de 2006.

Ação Civil Pública nº 64120-9/00

Senhor Diretor,

Por determinação do MM. Juiz de Direito desta Vara, Dr. Donizeti Aparecido da Silva, e no intuito de instruir a ação em epígrafe requerida pelo Ministério Público do Distrito Federal contra Condomínio Rural e Residencial RK e outros, solicito a Vossa Senhoria seja feita a complementação do Laudo de nº 8298/05 – IC, conforme cópia anexa.

Atenciosamente,

ELIANE DAIZ DE OLIVEIRA

Diretora de Secretaria

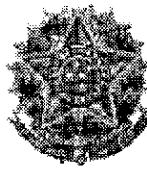
Lu
Juliana Cerqueira Capella
Diretora de Secretaria Substituta

Senhor

Diretor do Instituto de Criminalística - IC

Brasília - DF

136
1626
P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA – DF
JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Ofício nº: 651/06

Brasília-DF, 17^{de} julho de 2006.

Ação Civil Pública nº 64120-9/00

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal

Requerido: Condomínio Rural Residencial RK e outros

Senhor Delegado,

De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Donizeti Aparecido da Silva, encaminho a Vossa Senhoria cópias autênticas dos embargos da obra, conforme solicitado através do Ofício nº 2344/05- Cart., de 23/12/2005, para instrução do **TC nº 1431/05 – 13^a- DP.**

Atenciosamente,

Eliane Daiz de Oliveira
Diretora de Secretaria

**A Senhora
Dra. ROSELIANE BORGES DE ARAÚJO
Delegada de Polícia
13^a Delegacia Policial de Sobradinho
Quadra Central – Área Especial – Proj. M –
Sobradinho/DF**



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

SAISO, Complexo de Polícia Civil,
Bloco C, CEP: 70.610-200,
Brasília, DF,
TeleFax: xx-61-362-5652

1527 1627
ccc

Ofício n.º 3.385/IC-DPT-PCDF

Brasília, 21 de julho de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Juiz de Direito Donizeti Aparecido da Silva
8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal / TJDFT
70.000-000 — Brasília-DF

Ref.: Protocolo n.º 13.899/06- IC
Ação Civil Pública n.º 64.120-9/00

Senhor Juiz,

1. Em atendimento à solicitação contida no Ofício n.º 622, datado de 23/06/06, desse Juízo, encaminhamos a Vossa Excelência a Informação Pericial n.º 1.952/06 – IC.

Respeitosamente,

José Alberto de Carvalho Coutinho
José Alberto de Carvalho Coutinho
Diretor do IC



1528
1628
etc

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF
JUÍZO DE DIREITO DA 8^a-VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Ofício nº 622/06
Ação Civil Pública nº 64120-9/00

Brasília-DF, 23 de junho de 2006.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
PROT. N.º 13893 / 06
Brasília - DF, 12 ce 07 de 20 06.

Senhor Diretor,

Por determinação do MM. Juiz de Direito desta Vara, Dr. Donizeti Aparecido da Silva, e no intuito de instruir a ação em epígrafe requerida pelo Ministério Público do Distrito Federal contra Condomínio Rural e Residencial RK e outros, solicito a Vossa Senhoria seja feita a complementação do Laudo de nº 8298/05 – IC, conforme cópia anexa.

Atenciosamente,

Sa
Juliana Cerqueira Capella
Diretora de Secretaria Substituta
Matri. 399.878

*S. Sardinha
PCDF
18-0* LIANE DAIZ DE OLIVEIRA
Diretora de Secretaria

Senhor

Diretor do Instituto de Criminalística - IC

Brasília - DF

DPT / PCDF
PROT. 9340
DATA: 11/3/06



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

1529
1609
ace

Folha 1 / 3

Ocorrência n.º: 200/05 — Selma/IC

Ofício n.º: 622/06 – 8ª V. Faz. Pub. DF

Protocolo n.º: 13899/06 — IC

Referência: Ação Civil Pública nº. 64120-9/00 – 8ª V. Faz. Pública

INFORMAÇÃO PERICIAL Nº 1.952/06

Assunto: Complementação de Laudo de Exame de Local de Parcelamento do Solo e Danos ao Meio Ambiente - nº. 8298/05-IC

Aos 12 dias do mês de julho de 2006, no Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, em conformidade com a legislação e com os dispositivos regulamentares vigentes, pelo Diretor, Perito Criminal José Alberto de Carvalho Coutinho, foram designados os Peritos Criminais Engºs ANDRÉ KLÜPPEL CARRARA e ALMIRO DE AMORIM NETO, para proceder a *Complementação do Laudo de Exame de Local de Parcelamento do Solo e Danos ao Meio Ambiente - nº. 8298/05 – IC*, a fim de atender a determinação do Dr. Donizeti Aparecido da Silva, Juiz de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, descrever fielmente o que encontrar e esclarecer tudo quanto interessar possa.

Informamos, preliminarmente, que o Ofício nº. 462/05 – 8ª Vara de Fazenda Pública, datado de 19/04/05, que determinou a realização do exame pericial que deu origem ao Laudo nº. 8298/05 deste Instituto de Criminalística, não encaminhou o referido processo ou cópia dos quesitos formulados pela Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário do Distrito Federal - PROMAI, sendo assim realizado o Laudo de Exame de Local de Parcelamento do Solo e Danos ao Meio Ambiente da forma que a Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente executa para os demais solicitantes da área criminal, ou seja, transcrevendo a materialidade dos danos e parcelamento encontrados no momento dos exames, onde a

PCDF/DPT/IC/Selma/Oc. nº 200/05

Brasília — Patrimônio Cultural da Humanidade

Diretor



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

1530
1630
ac
Folha 2 / 3

verificação de autoria, responsabilidades, autorizações de implantação do empreendimento, quando não explícitas no local, ficam a cargo da autoridade investigante.

Assim sendo, embora os quesitos não tenham sido novamente encaminhados com o Ofício n.º 622/06 – 8ª V. Faz. Pub., os signatários compareceram na respectiva Vara de Fazenda Pública solicitando cópia, contida na fl. 1133 do Processo nº 64.120-9/00 e datada de 01/06/04, sob a qual prestam os seguintes esclarecimentos:

1. Houve alguma edificação construída pelo Distrito Federal no aludido parcelamento?

R.: Não foi verificada a existência de prédios públicos formalmente estabelecidos no local no momento dos exames, entretanto os signatários não têm como estabelecer ou eximir o Distrito Federal de ter efetuado qualquer tipo de apoio nas construções particulares então presentes.

2. Houve alguma autorização dos órgãos administrativos do Distrito Federal para a implantação do referido parcelamento?

R.: Prejudicado, quesito a ser formulado aos respectivos órgãos.

3. Foram colocadas placas de advertência pelo Distrito Federal, por intermédio de seus órgãos, informando a população estar o parcelamento Rancho Karina “*sub judice*”?

R.: Não foi verificada a presença de placas com tais citações, mas tão somente a descrita no corpo do laudo, a qual apresentava referência administrativa ao processo de regularização nº 030011952/94 da SEAF e outras judiciais, e fora assentada pelo próprio condomínio, segundo informações locais.

4. Após a colocação de tais placas informativas, alguma construção ou alienação de lotes foi efetivada na localidade?

R.: Prejudicado.

Diretor





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

1531

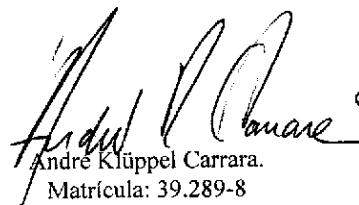
1631
cc

Folha 3 / 3

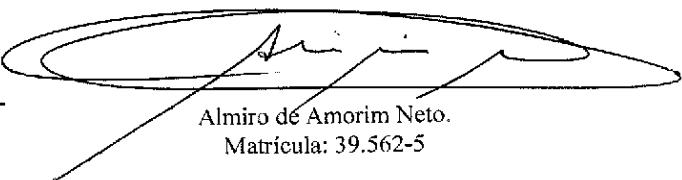
5. As notificações e embargos efetivados pelos órgãos administrativos do Distrito Federal foram cumpridos pelos particulares?

R.: Prejudicado, conforme descrito anteriormente, os signatários não receberam autos de embargo para verificação de cumprimento, quanto às notificações administrativas, quesito a ser formulado aos respectivos órgãos.

Nada mais havendo a lavrar, encerra-se a presente Informação, composta de 3 folhas que, relatada pelo primeiro Perito, lida e achada conforme pelo segundo, segue devidamente assinada.



André Klüppel Carrara.
Matrícula: 39.289-8



Almiro de Amorim Neto.
Matrícula: 39.562-5



Diretor



1632
EQ

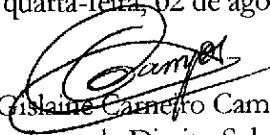
Processo : 2000.01.1.064120-9
Ação : CIVIL PÚBLICA
Autor : MPDFT MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E DOS TERRITÓRIOS
Réu : CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK e outros

DESPACHO

Certifique a Secretaria sobre o julgamento do mandado de segurança dirigido contra o despacho de fls. 1266 juntando, aos autos, se o caso, cópia do acórdão.

Dê-se vista às partes sobre o laudo complementar de fls. 1629/1630, iniciando-se pelo autor. Vista em cartório vez que o prazo é comum salvo em relação ao Ministério Público que detém prerrogativa de vista pessoal. Int.

Brasília - DF, quarta-feira, 02 de agosto de 2006 às 14h30.


Gislaine Carneiro Campos Reis
Juiza de Direito Substituta





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

INTRANET

Consulta Processual 2a. Instância

Orgão : 2a Camara Cível (Palácio da Justiça - Térreo)

Processo : MSG 2005.00.2.009060-2

Assunto :

Origem : 8^a VFP/DF, 64120-9/00 CIVIL PÚBLICA(59145/97, 31921-2/01, 43888-7/01, 43883-6/02, 92869-0/04).

Impetrante(s) : DIRCEU DE FARIA

Advogado : DIRCEU DE FARIA

Informante(s) : JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Advogado :

Interessado(s) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Interessado(s) : CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK

Interessado(s) : PEDRO PASSOS JÚNIOR

Interessado(s) : DISTRITO FEDERAL

Interessado(s) : ALAOR DA SILVA PASSOS

Interessado(s) : EUSTACHIO DE ARAÚJO PASSOS

Interessado(s) : CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI

Relator : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

[Decisão](#)

[Notas Taquigráficas](#)

Andamentos

Receba gratuitamente os andamentos processuais, clicando aqui

Data	Andamento
-------------	------------------

17/07/2006 CONCLUSÃO RELATOR

Magistrado : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

13/07/2006 INTERPOSIÇÃO

Recurso : Embargos de Declaração no(a)

Espécie: Mandado de Segurança

Embargante(s): DIRCEU DE FARIA

Embargado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK, PEDRO PASSOS JÚNIOR, DISTRITO FEDERAL, ALAOR DA SILVA PASSOS, EUSTACHIO DE ARAÚJO PASSOS e CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI

11/07/2006 PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Número: 249068

Espécie: Mandado de Segurança

Magistrado : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

Sessão de Julgamento: 01/2006 Ordinária

Sessão de Publicação de Acórdão: 23/2006

Publicado no DJ às fls. 85/86

06/07/2006 AGUARDANDO PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Sessão: 23/2006

04/07/2006 ACÓRDÃO ENCAMINHA

Destinatário: 2a CAMARA CIVEL

04/07/2006 ACÓRDÃO REGISTRADO

Número: 249068

Órgão: 2ª Câmara Cível

Espécie: Mandado de Segurança

Magistrado : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

Impetrante(s): DIRCEU DE FARIA

Informante(s): JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Data do Julgamento: 15/02/2006

30/06/2006 ACÓRDÃO ENCAMINHA

Destinatário: SERVICO DE REGISTRO DE ACORDAO E ESTATISTICA - SEREST

23/06/2006 DEVOLUÇÃO ACÓRDÃO ASSINADO

Destinatário: SERVICO DE APOIO AOS JUIZES CONVOCADOS - SERAJU

23/06/2006 ACÓRDÃO PARA PRESIDENTE ASSINAR

Magistrado : Des. CRUZ MACEDO

20/06/2006 ACÓRDÃO PARA RELATOR ASSINAR

Magistrado : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

15/02/2006 EXPEDIÇÃO OFÍCIO

Observação: nº 2552 - comunica decisão

Destinatário: OITAVA VARA DE FAZENDA PUBLICA

15/02/2006 JULGADO E AGUARDANDO ACÓRDÃO

Espécie: Mandado de Segurança

Impetrante(s): DIRCEU DE FARIA

Informante(s): JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Relator : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

1º Vogal : Des. JOÃO MARIOSI

2ª Vogal : Desª CARMELITA BRASIL

3º Vogal : Des. WALDIR LEÔNCIO JUNIOR

4º Vogal : Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA

Decisão: Denegou-se à ordem. Unânime.

Sessão: 01/2006 Ordinária

10/02/2006 PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Data Sessão: 15/02/2006

No. Sessão : 01/2006

Tipo Sessão: Ordinária

Publicado no DJ às fls. 115/116

07/02/2006 AGUARDANDO PUBLICAÇÃO DE PAUTA

Sessão: 01/2006 Ordinária

03/02/2006 DEVOLUÇÃO COM RELATÓRIO

Destinatário: 2a CAMARA CIVEL

12/12/2005 CONCLUSÃO RELATOR

Magistrado : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

09/12/2005 DEVOLUÇÃO COM PARECER

Destinatário: 2a CAMARA CIVEL

07/11/2005 MINISTÉRIO PÚBLICO

Para parecer

27/10/2005 RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES

Observação: PG 002152

11/10/2005 EXPEDIÇÃO OFÍCIO

Observação: N. 23077 - SOLICITA INFORMAÇÕES

Destinatário: OITAVA VARA DE FAZENDA PUBLICA

07/10/2005 DEVOLUÇÃO COM DESPACHO

Destinatário: 2a CAMARA CIVEL

06/10/2005 CONCLUSÃO RELATOR

Magistrado : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

06/10/2005 ÓRGÃO JULGADOR

Órgão: 2ª Câmara Cível

06/10/2005 DISTRIBUIÇÃO

Relator : Des. ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

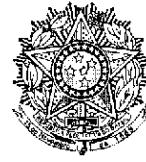
Tipo : DISTRIBUIÇÃO ALEATÓRIA

Órgão: 2ª Câmara Cível

06/10/2005 REMESSA A OUTRO ÓRGÃO

Destinatário: SERVICO DE DISTRIBUICAO DE PROCESSOS JUDICIAIS - SERDIA

06/10/2005 AUTUAÇÃO



1536
1636
g

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DF

Autos nº **64.120-9/00**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nesta data, toma ciência da Informação Pericial nº 1952/06 (fls. 1629/1632) e reitera os termos da manifestação de fls. 1268/1270, acompanhada do Parecer Técnico nº 67/2005, elaborado pelo Setor de Perícias e Diligências do MPDFT.

Por oportuno, reitera o pedido formulado na referida manifestação para que seja expedido Mandado de Verificação nos termos propostos na referida promoção, a ser cumprido com o apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente – DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas – SEFAU para que, uma vez constatados os crimes de desobediência da decisão liminar proferida nos autos, crimes ambientais ou de parcelamento irregular do solo, sejam lavrados respectivos termos circunstanciados ou, se for o caso, sejam presos em flagrante os respectivos autores e conduzidos à autoridade policial competente, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

PP

1537
+ 637
f

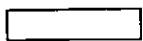


**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Requer, ainda, a intimação do DF para que informe as providências que estão sendo adotadas pela Administração Regional de Sobradinho, Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas – SEFAU e demais órgãos responsáveis pela preservação e uso do solo no Distrito Federal, e, por fim, a intimação do Condomínio RK, na pessoa de seu síndico, para que preste informações sobre os fatos noticiados.

Brasília-DF, 08 de agosto de 2006

Carolina Rebele Soares
CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça Adjunta



1538



TJDFT

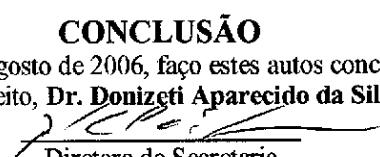
*Tribunal de Justiça
do Distrito Federal
e Territórios*

1538
B

8ª Vara de Fazenda Pública

CONCLUSÃO

Aos 16 de agosto de 2006, faço estes autos conclusos ao
MM. Juiz de Direito, Dr. Donizeti Aparecido da Silva.


Diretora de Secretaria

1539
4639
EQ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

PROCESSO : 64.120-9 (2000)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS**

RÉUS : CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK E OUTROS

OITAVA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Vistos etc ...

Conforme se vê dos autos, às fls. 39/40, foi deferida liminar nos seguintes termos:

"Com tais fundamentos, defiro o pedido de tutela liminar para determinar as seguintes providências acautelatórias:

a) suspender todas as atividades voltadas à implantação do Condomínio RK, consistentes em obras de engenharia civil (terraponagem; remoção de terra; abertura de vias e ruas; edificações de qualquer ordem), assim como a realização de qualquer negócio jurídico, com terceiros, envolvendo lotes ou frações ideais do domínio sobre o imóvel;

b) determinar ao segundo réu - Distrito Federal - por intermédio de sua Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com auxílio policial, se necessário, que fiscalize o cumprimento das determinações supra;

c) Intimar todos os réus para cumprimento, sob pena de sujeição em responsabilidade solidária, à multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), calculados por cada dia de descumprimento, cumulativamente.

2

Tal decisão foi confirmada pela Superior Instância com a seguinte ressalva constante do AGI 5315-6, *in verbis*:

"Isto posto, dou provimento em parte ao presente agravo, a fim de cassar parcialmente a liminar deferida, no tocante ao Distrito Federal, única e exclusivamente, permanecendo válida e íntegra no mais."

Às fls. 276, foi proferida a seguinte decisão em face de notícia de descumprimento da ordem limiar:

"A decisão liminar de fls. 39/41 desautoriza toda e qualquer edificação no âmbito territorial ali estabelecido, cabendo ao segundo réu fiscalizar o integral cumprimento da medida.

O Ministério Público, às fls. 1636/1637, reitera pedido anteriormente formulado de expedição de mandado de verificação do local.

Com efeito, conforme se vê dos documentos que foram acostados aos autos com a manifestação ministerial de fls. 1268/1270, edificações diversas estariam sendo indevidamente realizadas na área objeto dos autos, o que redundaria no reconhecimento do descumprimento injustificado da ordem judicial liminar, o que não pode ser tolerado, pois o comando judicial visa, em última análise, à manutenção da situação fática ao tempo do ajuizamento da ação e à prevenção de danos outros ao meio ambiente.

Assim, determino a expedição de Mandado de Verificação a ser cumprido com apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente – DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas – SEFAU, entidades que, diante do descumprimento verificado deverão tomar as medidas administrativas cabíveis que entenderem necessárias. Intime-se o Distrito Federal para que informe acerca das

1541
1641
Q

3

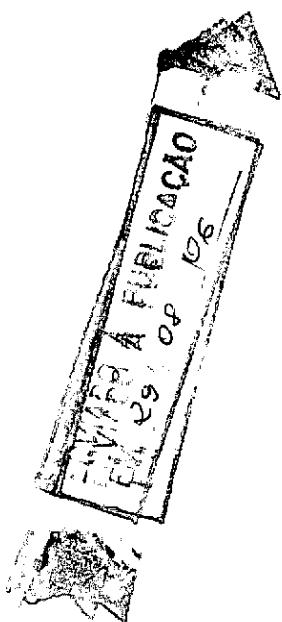
providências que vêm sendo adotadas no âmbito administrativo e, também, o Condomínio RK para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos noticiados às fls. 1268/1270, pelo autor da ação.

Expeça-se mandado que deverá ser instruído com os documentos de fls. 268/275 e cópia da petição de fls. 1268/1270 e documentos que a ela são pertinentes.

Intimem-se.

Brasília/DF 24 de agosto de 2006.

Domped
GISLAINE CARNEIRO CAMPOS REIS
JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA



~~3642~~
1542

Órgão : 3^a Turma Cível
Classe : AGI – Agravo de Instrumento
N. Processo : 2000002005315-6
Agravante : DISTRITO FEDERAL
Agravado : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Relator : Des. JERONYMO DE SOUZA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.
AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR PROFERIDA SEM A MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DO ENTE DE DIREITO PÚBLICO. LEI Nº 8.437/92. AGRAVO PROVIDO.
Condicionando o art. 2º da Lei nº 8.437/92 o deferimento de liminar em ação civil pública à prévia manifestação do representante da pessoa jurídica de Direito Público, a sua infringência compromete a legalidade da decisão proferida, posto que cerceadora da prerrogativa conferida ao ente beneficiado. Precedentes doutrinários e jurisprudenciais. Agravo provido parcialmente.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores da Terceira Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, **JERONYMO DE SOUZA** – Relator, **VASQUEZ CRUXÊN** e **LÉCIO RESENDE** sob a presidência do Desembargador **LÉCIO RESENDE**, em CONHECER. DAR-SE PARCIAL PROVIMENTO. UNÂMIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2001.

LÉCIO RESENDE
Presidente

JERONYMO DE SOUZA
Relator

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo DISTRITO FEDERAL em face de decisão proferida pelo MM Juiz de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal que deferiu liminar determinando a fiscalização da área do Condomínio Rural Residencial – RK, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, tendo em vista os danos ambientais advindos com a implantação do referido condomínio.

Alega, em suma, ofensa ao art. 2º da Lei nº 8.437/92, ante o deferimento da liminar sem a manifestação prévia do Poder Público, ressaltando que assim vem se posicionando este Tribunal. Aduz que aquela medida teria cabimento se houvesse indícios de omissão, bem como que não se pode aplicar de imediato a regra da responsabilidade solidária do Estado, pois há necessidade de demonstração do nexo de causalidade entre o seu ato e o dano apontado, o que não se verifica.

Pleiteia a anulação da decisão agravada e de todos os atos que lhe sucederam, determinando a realização da audiência prévia do Distrito Federal com a concessão de prazo para prestar informações.

À fl. 131 requisitei informações ao MM. Juiz singular, o qual manteve o seu posicionamento (fls. 147/148), determinei a intimação do agravado, para, querendo, responder, bem como solicitei a oitiva da douta Procuradoria Geral de Justiça.

Contraminuta do agravado às fls. 135/145, pugnando pela manutenção do decisório recorrido, sob o pálio de que o Ministério Público tenta impedir a implantação de loteamento irregular, de modo que o crescimento urbano seja equilibrado, preservando-se o meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

Manifestação da Procuradoria Geral de Justiça às fls. 150/157, no sentido do improvimento do recurso.

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador JERONYMO DE SOUZA - Relator

Conheço do recurso, eis que presentes seus pressupostos de admissibilidade.

Examina-se na espécie agravo de instrumento interposto pelo DISTRITO FEDERAL em face de decisão liminar determinando a fiscalização da área ocupada pelo Condomínio Rural Residencial – RK, proferida no bojo da ação civil pública que lhe move o MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Em suas razões recursais aponta violação do art. 2º da Lei nº 8.437/92, pois entende indispensável a manifestação prévia do Distrito Federal antes do deferimento da liminar pleiteada, acrescentando que tal medida só se justificaria se houvesse indícios de omissão, bem como que não pode haver aplicação imediata da regra de responsabilidade solidária do Estado, considerando necessária a comprovação do nexo causal entre o seu ato e o dano alegado, fato não constatado.

Pede a anulação do decisório agravado e de todos os atos subsequentes, determinando-se a realização da audiência prévia do Distrito Federal com a concessão de prazo para prestar informações.

O art. 2º da Lei nº 8.437/92 prevê o seguinte, *verbis*:

"No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas."

José dos Santos Carvalho Filho, *in "Ação Civil Pública"*, 2ª ed., Ed. Lumen Juris, pág. 317, comentando o artigo supramencionado assim se manifestou:

"Duas observações podem ser feitas a propósito desse novo dispositivo. A primeira reside em que, sendo ré pessoa jurídica de direito público, a liminar jamais será concedida auditur et altera pars; o ato de concessão só será válido se presente a conditio processual

indispensável a sua prolação. A segunda observação é a de que a regra só se aplica às pessoas jurídicas de direito público; sendo assim, pode ser concedida liminar, sem ouvir a parte contrária, se for ré pessoa jurídica de direito privado, incluindo-se entre estas, como já se viu, algumas pessoas administrativas, como as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações públicas de direito privado.”

Comungando desse entendimento, Hely Lopes Meireles assinala que “A liminar não poderá esgotar, no todo ou em parte, o objeto da ação (art. 1º, § 3º da Lei n. 8.437) e só poderá ser concedida após ter sido ouvido, em setenta e duas horas, o representante judicial da pessoa jurídica de Direito Público (art. 2º da Lei n. 8.437/92).” (“Do Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, *Habeas Data*”, 19ª ed., Malheiros Editores, pág. 152).

Condicionando o art. 2º da Lei nº 8.437/92 o deferimento de liminar em ação civil pública à prévia manifestação do representante da pessoa jurídica de Direito Público, a sua infringência compromete a legalidade da decisão proferida, posto que cerceadora da prerrogativa conferida ao ente beneficiado. Se no pólo passivo da ação civil pública figura o Distrito Federal, indubitavelmente a liminar somente deveria ser concedida após a audiência prévia do ente público, sob pena de nulidade, pois referida lei se encontra em pleno vigor merecendo obediência.

Nesta linha de entendimento, esta Eg. Corte vem se posicionando, *litteris*:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CONCESSÃO DE LIMINAR – OBRIGATÓRIA AUDIÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – ART. 1º, DA LEI Nº 8.437/92 C/C ART. 1º, DA LEI Nº 9.494/97 – PRECEITO LEGAL QUE A TODOS CONTEMPLA – A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, COMO DE TODOS SABIDO, CONDICIONA O DEFERIMENTO DE LIMINAR, NO CASO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, À PRÉVIA OITIVA DO REPRESENTANTE JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, QUE DEVERIA SE

1647

PRONUNCIAR NO PRAZO DE LEI E, SÓ ENTÃO 1547 PERMITIDO, EM SENDO A HIPÓTESE, CONCEDER MEDIDA ANTECIPATÓRIA DE TUTELA. A LEI É A FONTE PRIMÁRIA DO DIREITO E POR CONSEQUENTE DEVE SER ACATADA PELO INTÉPRETE JULGADOR." (AGI nº 1998 00 2 0019329, Reg. 111.755, 1ª Turma Cível, Rel. Des. Eduardo de Moraes Oliveira).

"PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LEGITIMIDADE DO AGRAVANTE – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MEDIDA CAUTELAR – DEFERIMENTO DE LIMINAR – FALTA DA AUDIÊNCIA DO ENTE PÚBLICO – INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS GENÉRICOS. Embora não tendo figurado como parte em ação cautelar proposta com o objetivo de obter providência anteriormente negada em ação civil pública, o ente da administração que se julgou prejudicado tem legítimo interesse em recorrer. Não se concede liminar em ação civil pública, ou em medida cautelar conexa, antes de ouvida a pessoa jurídica de direito público interessada (Lei 8.437/92), ainda mais quando ausentes, como no caso, os demais pressupostos." (AGI nº 649.896, Reg. 89.552, 3ª Turma Cível, Rel. Des. Sérgio Bittencourt).

A propósito, confiram-se as decisões exaradas pelo Col. Superior Tribunal de Justiça, *ipsis litteris*:

"LIMINAR – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – REPRESENTANTE JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. NA PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, A LIMINAR SÓ PODERIA TER SIDO CONCEDIDA APÓS OUVIDO O REPRESENTANTE

JUDICIAL DO RECORRENTE. A LEI É CLARA E SE NÃO É INCONSTITUCIONAL, NÃO PODE DEIXAR DE SER APLICADA PELO MM. JUIZ. RECURSO PROVIDO PARA REFORMAR O VENERANDO ACÓRDÃO E CASSAR A LIMINAR.” (REsp nº 74.152, 1^a Turma, Rel. Min. Garcia Vieira).

“PROCESSUAL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – LIMINAR – OITIVA DO PODER PÚBLICO – LEI NUM. 8.437/1992, ART. 2.^º – NO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO E DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, A CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR SOMENTE PODE OCORRER, SETENTA E DUAS HORAS APÓS A INTIMAÇÃO DO ESTADO (LEI NUM. 8.437/1992, ART. 2^º). II – LIMINAR CONCEDIDA SEM RESPEITO A ESTE PRAZO É NULA.” (REsp nº 88.583/SP, 1^a Turma Rel. Min. Humberto Gomes de Barros).

Isto posto, dou provimento em parte ao presente agravo, a fim de cassar parcialmente a liminar deferida, no tocante ao Distrito Federal, única e exclusivamente, permanecendo válida e íntegra no mais.

O Senhor Desembargador VASQUEZ CRUXÊN – Vogal

De acordo.

O Senhor Desembargador LÉCIO RESENDE - Vogal

Com a Turma.

~~1649~~
1549

DECISÃO

"CONHECIDO. DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO.
UNÂNIME."

1650
1550



TJDFT

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal
e Territórios

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF
JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

MANDADO DE VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Doutor Donizeti Aparecido da Silva,
Juiz de Direito da 8^a Vara da Fazenda Pública do DF,

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado que, de acordo com os autos da **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**, requerida por MPDFT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS contra **CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK e OUTROS**, em seu cumprimento, **PROCEDA à VERIFICAÇÃO** se foram Suspensas as Atividades Voltadas à Implantação do Condomínio RK, consistentes em **OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL**, como Terraplanagem, Remoção de Terra, Abertura de Vias e Ruas; Edificações de qualquer ordem, assim como a Realização de qualquer Negócio Jurídico com Terceiros, envolvendo Lotes ou Frações Ideais do Domínio sobre o Imóvel, sito no Lote 01 do Núcleo Rural I – Sobradinho/DF – Rodovia DF 440, Km 2, conforme o determinado na decisão de fl. 1639/1641 a seguir:**DECISÃO:** “Assim, determino a expedição de Mandado de Verificação a ser cumprido com apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente - DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas - SEFAU, entidades que, diante do descumprimento verificado deverão tomar as medidas administrativas cabíveis que entenderem necessárias. Intime-se o Distrito Federal para que informe acerca das providências que vêm sendo adotadas no âmbito administrativo e, também, o Condomínio RK para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos noticiados às fls. 1268/1270, pelo autor da ação. Expeça-se mandado que deverá ser instruído com os documentos de fls. 268/275 e cópia da petição de fls. 1268/1270 e documentos que a ela são pertinentes. Intimem-se. Em, 24/08/2006. Gislaine Carneiro Campos Reis, juíza de Direito Substituta.” Brasília - DF, 28/08/2006. Eu, *[Signature]* Eliane Daiz de Oliveira, Diretora de Secretaria, subscrevo e assino, por determinação do Juiz.

Eliane Daiz de Oliveira
Diretora de Secretaria

Proc. Nº64120-9/00

Juliana Cerqueira Capella
Diretora de Secretaria Substituta
Matr. 313.834



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Oitava Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal

1551

Folha N° 1051



Certificação de Publicação da Pauta

Processo : 2000.01.1.064120-9
Ação : CIVIL PUBLICA

Título : DECISAO

Texto Publicado: Nº 64120-9/2000 - Civil Pública - A: MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITÓRIOS. Adv(s.): DF123321 - Ministerio Publico. R: CONDOMINIO RURAL RESIDENCIAL RK e outros. Adv(s.): DF010795 - Joaquim de Arimatheia Dutra Junior. R: DISTRITO FEDERAL. Adv(s.): DF013958 - Lenard Vieira de Carvalho. R: PEDRO PASSOS JUNIOR. Adv(s.): DF01005A - Dirceu de Faria. R: CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI. Adv(s.): DF001297 - Geraldo Nunes.

"...Assim, determino a expedição de Mandado de Verificação a ser cumprido com apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente - DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas - SEFAU, entidades que, diante do descumprimento verificado deverão tomar as medidas administrativas cabíveis que entenderem necessárias. Intime-se o Distrito Federal para que informe acerca das providências que vêm sendo adotadas no âmbito administrativo e, também, o Condomínio RK para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos noticiados às fls. 1268/1270, pelo autor da ação. Expeça-se mandado que deverá ser instruído com os documentos de fls. 268/275 e cópia da petição de fls. 1268/1270 e documentos que a ela são pertinentes. Intimem-se."Brasília/DF, 24 de agosto de 2006..

Pauta do dia 29/08/2006

Publicada no Diário de Justiça do DF no dia 31/08/2006 às fls. 221/224

Último Andamento do Processo: Mandado Remetido A Central Para Distribuir - 80

Certificado em 31/08/2006, quinta-feira


Assinatura do Servidor



Poder Judiciário

TJDFT/Central de Mandados (1313641)
Setor : 83 - SOBRADINHO I RURAL
Mandado : 0001664982 04/09/2006 End: 1
Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA
Processo: 2000.01.1.064120-9
Oficial Justiça: 324 - ANDREZA NEY DE OLIVEIRA

3652
j552

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA - DF
JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

MANDADO DE VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Doutor Donizeti Aparecido da Silva,
Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF,

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado que, de acordo com os autos da **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**, requerida por MPDFT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS contra CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK e OUTROS, em seu cumprimento, **PROCEDA à VERIFICAÇÃO** se foram Suspensas as Atividades Voltadas à Implantação do Condomínio RK, consistentes em **OBRAS DE ENGENHRIA CIVIL**, como Terraplanagem, Remoção de Terra, Abertura de Vias e Ruas; Edificações de qualquer ordem, assim como a Realização de qualquer Negócio Jurídico com Terceiros, envolvendo Lotes ou Frações Ideais do Domínio sobre o Imóvel, sito no Lote 01 do Núcleo Rural I – Sobradinho/DF – Rodovia DF 440, Km 2, conforme o determinado na decisão de fl. 1639/1641 a seguir:**DECISÃO:** “Assim, determino a expedição de Mandado de Verificação a ser cumprido com apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente - DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas - SEFAU, entidades que, diante do descumprimento verificado deverão tomar as medidas administrativas cabíveis que entenderem necessárias. Intime-se o Distrito Federal para que informe acerca das providências que vêm sendo adotadas no âmbito administrativo e, também, o Condomínio RK para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos noticiados às fls. 1268/1270, pelo autor da ação. Expeça-se mandado que deverá ser instruído com os documentos de fls. 268/275 e cópia da petição de fls. 1268/1270 e documentos que a ela são pertinentes. Intimem-se. Em, 24/08/2006. Gislaine Carneiro Campos Reis, juíza de Direito Substituta.” Brasília - DF, 28/08/2006. Eu, *Eliane Daiz de Oliveira*, Diretora de Secretaria, subscrovo e assino, por determinação do Juiz.

Eliane Daiz de Oliveira
Diretora de Secretaria

Proc. Nº 64120-9/00

Juana Cerqueira Capella
Juana Cerqueira Capella
Diretora de Secretaria Substituta
Matr. 313.834

1653
EQ
1553

8ª Vara da Fazenda Pública – DF
Autos 64120-9

Certidão

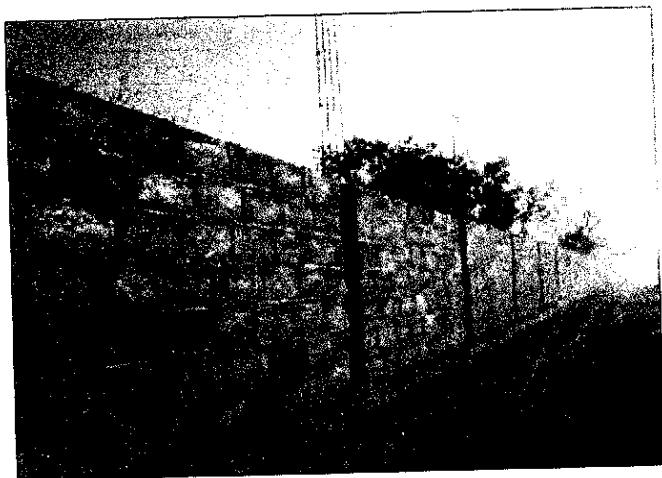
Em cumprimento ao r. mandado anexo, diligenciei no Condomínio Residencial Rural, localizado na DF 440, na data de 25/09/06, às 16h, onde procedi a verificação ordenada, seguindo as orientações desta Secretaria e da Coordenadoria de Mandados, onde constatei a não suspensão das obras de implantação do Condomínio RK, bem como a existência de obras no local, tais como:

- edificação de nova portaria, em alvenaria;
- colocação de britas em algumas ruas;
- colocação de bloqueta nas quadras V e X do conjunto Centaurus;
- edificação de muro na parte frontal (divisa com a DF 440) e lateral do conjunto Centaurus, indo até a quadra R;
- existência de fábrica própria para a confecção de pré-moldados, bloqueta, manilhas e meios-fios;
- revitalização da avenida principal;
- revitalização do parque infantil;
- construção de campo de futebol na terra ao lado do parque;
- construção de pista para corridas, ao lado do muro;
- novo endereçamento do condomínio, trocando-se as quadras, antes denominadas por letras do alfabeto, do Conjunto Centaurus e Antares, por ruas nominadas.

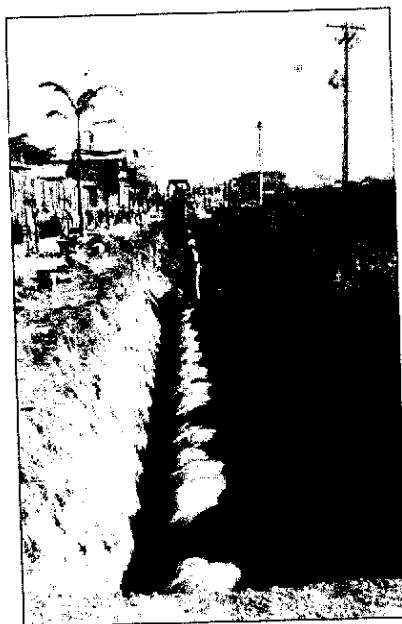
Informo ainda que, muito embora esta Oficiala não tenha vislumbrado nenhuma obra de escavação para a colocação de manilhas, há a informação que tal obra já teria sido concluída, ou pelo menos parte dela, no próprio jornal do Condomínio, bem como no site: residencialRK.com.br, o qual trás todas as obras iniciadas e concluídas, suas fotos e outras notícias, bem como informo a comercialização de lotes, não só por particulares, com faixas em seus imóveis, como a venda especializada, Dutra Imóveis, com central de vendas na portaria do local. O referido é verdade e dou fé. Sobradinho, 26 de setembro de 2006.

Ney Oliveira
Andreza Ney de Oliveira
Oficiala de Justiça-Avaliadora
Mat. 310.621

~~1654~~
EQ
1554



Obras de construção do muro
Origem da foto: www.residencialrk.com.br



Águas pluviais
Origem da foto: www.residencialrk.com.br

~~1655~~
EQ
1555



O

Obras de construção da portaria.

Origem da foto: www.residencialrk.com.br

Pista de corrida.

Origem da foto: www.residencialrk.com.br



1656
1556

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROMAI
EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA OITAVA VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO: 64120-9/00

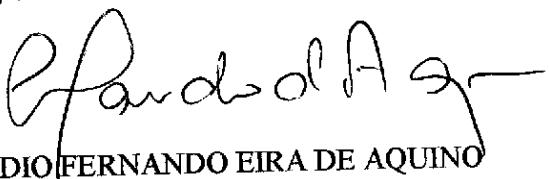
AUTOR: MPDFT

RÉUS: CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK

AÇÃO: CIVIL PÚBLICA

O DISTRITO FEDERAL, por meio de seu procurador, vem solicitar o prazo de 30 dias para cumprir com a determinação deste r. juízo de fls. 1640/1641, relativa à descrição das providências que estão sendo adotadas no âmbito da seara administrativa com relação ao parcelamento irregular descrito na petição inicial.

Brasília, 08 de setembro de 2006.



CLAUDIO FERNANDO EIRA DE AQUINO
PROCURADOR DO DF
OAB/DF 10263

Sua Gabinete

1657
EQ
1557



**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO DISTRITO FEDERAL**

Ofício nº 1300/06

Brasília, 05 de setembro de 2006.

À sua Excelência
Doutor DONIZETTI APARECIDO DA SILVA
Juiz de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública da Seção Judiciária do Distrito Federal

Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito,

Reporto-me a Vossa Excelência, a respeito da Ação Civil Pública nº 2000.01.1.064120-9, promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sendo Requerente o Condomínio Rural Residencial RK e outros, com o objetivo de instruir processo administrativo nº 02008.000656/2004-10, sendo interessado o Condomínio Rural Residencial RK, para solicitar esclarecimentos sobre eventual decisão que não permita a recuperação ambiental da área em questão.

Cordialmente,

FRANCISCO JOSE VIANA PALHARES
Superintendente do IBAMA no Distrito Federal

*Luis Eduardo L. C. Nunes
Superintendente Substituto
IBAMA/DF*

1658
89
1558

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE
DIREITO 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
PROCESSO Nº 64.120- 9/2.000**

CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK, neste ato representado pelo seu Síndico LAÉRCIO DE CARVALHO ALVES, devidamente qualificado nos autos do Processo em epígrafe, por intermédio de seu Procurador regularmente constituído, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção a r. decisão de fls. 1639/1641, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** em face da petição de fls. 1268/1270, fazendo par tanto, através das razões de fato e de direito que passa a expor.

Nobre Julgadora em que pese o teor da petição de fls. 1268/1270 carreada aos autos pelo Representante Ministerial, não traz a mesma, em seu bojo a realidade dos fatos da maneira que realmente são conduzidos, pelo contrário, encontra-se a mesma eivada de grandes equívocos, senão vejamos:

É certo que algumas ações anunciadas, foram levadas a efeito, entretanto, em nenhum momento contrariam a medida liminar deferida por este Douto Juízo, uma vez que, tais ações não foram implementadas junto ao domínio do ora Requerido – Peticionante –, e sim, na área de domínio do DER/DF.

1659
EQ
1559

Mencionadas ações seriam a construção de "bolsões" de contenção de águas pluviais feitas pelo próprio DER/DF, em sua área de domínio, na qual, visaram impedir a propagação de danos ambientais, tais como: erosões etc., haja vista, o Requerido não possuir suas ruas pavimentadas – salvo a avenida principal, o que foi feito há quase 10 anos –, sendo assim, logo podemos verificar que aludidos "bolsões", repita-se, não foram edificados dentro dos limites do Peticionante, bem como, sua edificação somente veio a evitar uma degradação ambiental. O mesmo deve ser dito, no tocante, ao item "5)" da petição de fls. 1269.

Outras ações, conforme àquelas descritas às fls. 1269 (Itens 10 e 12), foram implementadas, também, na área EXTERNA da estrutura física do Requerido, ou seja, forma de sua estrutura física, sendo que, desde já, é requerida PERÍCIA específica para constatação de aludidos fatos.

O Representante Ministerial, equivoca-se, mais uma vez, quando alega que houve a edificação de um muro pelo Requerido, dentro de seus limites, uma vez que, aludida edificação, também, não foi feita dentro do seus limites.

Mma. Julgadora, é certo que o Requerido esta a executar obras de drenagem de suas águas pluviais, uma vez que, encontra-se amparado por Permissivo Legal, devidamente firmado pelo órgão Ambiental Competente, na qual, aludida autorização somente tornou-se possível, após, devidamente cumprida por parte do mesmo todas as formalidades legais aplicáveis à espécie.

Com efeito, a medida Liminar proferida nos autos em testilha menciona comando proibitivo à implantação do Requerido, outrossim, mister salientar, que à época que aludido comando judicial foi proferido, o mesmo (Condomínio), já se encontrava implantado.



A Liminar aqui proferida não impediu a manutenção e/ou conservação do que já existia à época, mesmo porque, quando do deferimento do pleito Ministerial, nesta demanda, não foi requerida a expedição de Mandado de Verificação, para fazer consignar o que existia efetivamente àquela época junto a estrutura física do Requerido, ou quiçá, veio a ser elaborado um laudo pericial do local, naquele momento foi realizada.

Notadamente quase que a totalidade das ações narradas pelo Representante Ministerial tratam-se de procedimentos de mera conservação ao que à época já existia, sendo aludidos atos necessários, sob pena de se impor aos seus moradores (do Requerido) até mesmo risco de lesões físicas ou mesmo desfechos fatais podendo desencadear até a própria morte.

O comando Liminar não determinou em nenhum momento o abandono das habitações ali existentes por parte dos seus moradores, e se assim, foi o entendimento, torna-se implícito o permissivo ao menos para se conservar o que já existia, até decisão final a ser proferida nesta demanda, quanto ao que deva ser feito ao grupo humano que ali habita, na ordem de 8.000 (oito mil) moradores.

Força concluir que nenhuma das ações noticiadas pelo Órgão Ministerial denotam a implantação de Condomínio, uma vez que, nenhuma via de acesso e/ou ruas etc. sequer foram abertas, além daquelas já existentes à época da concessão da medida liminar concedida.

Nenhuma colocação de britas nas ruas – já existentes, repita-se –, indica a sua respectiva pavimentação – mesmo porque para se asfaltar um determinado local não se coloca brita como ato preparatório –, senão visa evitar, tão somente a propagação de erosões no local, tanto quanto, evitar situações de risco às vidas das pessoas que sempre habitaram a estrutura física do Requerido.



386 L
EQ
1561

Finalmente força concluir que o cunho essencial do pleito inaugural na presente demanda foi a conservação do meio ambiente, situação esta, que já encontra-se consolidada mediante a emissão da competente **LICENÇA AMBIENTAL**, tanto quanto, o Requerido esta disposto a discutir uma melhor solução ao caso junto ao Digno Representante do Parquet, sendo medida, que se impõe ao caso.

DO PEDIDO

DO EXPOSTO É A PRESENTE PARA REQUERER:

a) Seja deferida **PERÍCIA** em favor do Requerido para comprovação, de que, as ações alegadas pelo Órgão Ministerial não encontram-se realizadas nos limites do Requerido (construção de "bolsões" etc.).

b) Seja designada **AUDIÊNCIA** para formalização de **TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** junto ao órgão Ministerial, uma vez que, algumas medidas necessitam ser tomadas, além daquelas já autorizadas, entretanto, somente serão, após autorização deste r. Juízo (pedido este, já formulado nos autos).

c) Finalmente tem-se **POR IMPUGNADAS** todas as manifestações contidas na petição de fls. 128/127, conforme fundamentações ora trazidas a efeito.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 05 de setembro de 2.006.

Joaquim de Arimathéa Dutra Júnior
OAB/DF 10.795



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário – PROMAI

1562

**EXCELENTESSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Processo nº 64.120-9/00
Parte: MPDFT x *Condomínio Rural Residencial RK*

O DISTRITO FEDERAL, por seu Procurador, nos autos em epígrafe, em cumprimento ao r. despacho que o intimou a demonstrar as ações administrativas adotadas em relação aos fatos descritos nos autos, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência trazer-lhe os documentos anexos, dos quais pede a juntada.

Pede deferimento.

Brasília, 11 de outubro de 2006.

PAULO SEREJO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 11.869



168
1563

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL
SGAS, Quadra 604, Lote 23, Sala 21, L2 Sul – 70.200-040 Brasília-DF. Fone: (61) 3345-9500

Ofício nº: 199/2006 - DELEMAPH/SR/DPF/DF

Brasília/DF, 25 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor Juiz
8ª Vara de Fazenda Pública do DF
Praça Municipal, lote 01, Bloco B, ala C, sala 841
70.094-900 - Brasília/DF

Assunto: IPL nº 400/2006 - SR/DPF/DF (Favor usar esta referência)
64120 - 9

Senhor Juiz,

Objetivando a instrução do Inquérito Policial acima referenciado, solicito a Vossa Excelência cópias de eventuais laudos ambientais e sentença relativos ao processo em que figura como réu o Condomínio Rural Residencial RK, para fins de instrução do referido inquérito.

Respeitosamente,

Fernanda Rocha Pacheco Santos
FERNANDA ROCHA PACHECO SANTOS
Delegada de Polícia Federal
3ª classe - Matrícula nº 14491

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ref: 651106 para 6512

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU F	A Senhor Dra. Roseliene Borges de Araújo Delegacia de Polícia 13ª Delegacia Policial de Sobradinho Quadra Central-Área especial-Proj. M Sobradinho / DF Cep: 73.070-100	
ENDEREC		
CEP / COD		

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DECLARATION DU CONTENU



- ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
 PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
 EMS
 SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Juranda C. de Andrade

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

25/07/06

CABIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE ENTREGA
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Carlos Bezerra
Cardeiro
Vencula 8.132.011-6

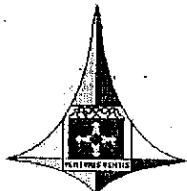
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

1564
EQ
1564



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Administração de Parques e
Unidades de Conservação
COMPARQUES



OFÍCIO N° 1774 / 2006 – GAB/COMPARQUES
M 10/10/06 (RK PAULO)

Brasília, 04 de outubro de 2006.

Exma. Procuradora-Coordenadora,

Reportamo-nos ao Ofício n° 4535/2006-GAB/PROMAI, protocolado nesta COMPARQUES no dia 15 de setembro próximo passado, solicitando informações sobre quais as providências estão sendo adotadas com relação ao parcelamento de solo no Condomínio RK.

Cabe-nos esclarecer a Vossa Excelência que uma vez consultada Subsecretaria de Planejamento e Gestão de Parques e Unidades de Conservação - SPGPUÇ, desta Secretaria, foi prestada a informação de que a área objeto da lide não está sob a administração desta Secretaria.

Com protestos de elevada estima e distingüida consideração, firmamo-nos.

Atenciosamente,


FRANCISCO OZANAN CORREIA COELHO DE ALENCAR
Secretário

RECEBIDO	
Em 09 / 10 / 06 As 12:33 h.	
Rubrica	Sigla do Órgão

RECEBIDO	
PGDF/DAM/SECAD	
Em 9 / 10 / 06 As : h.	
RUBRICA	MATRÍCULA

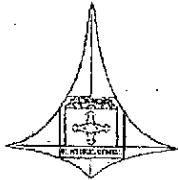
Exma. Senhora

CLÁUDIA AMARAL FURQUIM

Procuradora - Coordenadora da Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário.

SAM, Bloco "I", Edifício Sede da PG/DF – 1º andar – CEP: 70.620-000 – Fone: 3325-3357.
BRASÍLIA/DF

1565



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e
Imobiliário.

EXERCA A CIDADANIA E
FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício nº 4535/2006-GAB/PROMAI

Brasília, 11 de setembro de 2006

Pef.: AS nº 10176/00 (Dr. Paulo)

Líito: Ação Civil Pública nº 64120-9/00 – 8ª VFPDF

Autores: MPDFT x Distrito Federal

Senhor Secretário-Adjunto,

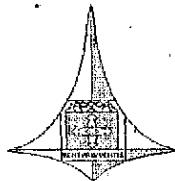
Para ciência e adoção das providências cabíveis no âmbito da competência dessa Secretaria, encaminho a Vossa Excelência cópia da sentença proferida nos autos da ação à epígrafe, ao tempo em que solicito a gentileza de informar, no prazo de 10 (dez) dias, a esta Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário quais providências estão sendo adotadas com relação ao parcelamento do solo na área objeto da lide.

Atenciosamente,

CLÁUDIA DO AMARAL FURQUIM
Procuradora-Coordenadora em Substituição

1565

COMPROVANTE DE ENTRADA	
DE DOCUMENTO	
Data:	15/09/06
Hora:	9:50
Nome:	8
Mai:	30/06/06



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e
Imobiliário.

1566
10

EXERÇA A CIDADANIA E
FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício nº 4530/2006-GAB/PROMAI

Brasília, 11 de setembro de 2006

Ref.: AS nº 10176/00 (Dr. Paulo)

Feito: Ação Civil Pública nº 64120-9/00 – 8ª VFPDF

Autores: MPDFT x Distrito Federal

URGENTE!

Senhor Subsecretário,

Para ciência e acompanhamento da providência determinada pelo r. juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia da sentença proferida nos autos da ação à epígrafe, devendo essa Secretaria adotar as medidas administrativas que entender necessárias diante do descumprimento da liminar.

Solicito, ainda, a gentileza de informar, **no prazo de 10 (dez) dias**, a esta Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário quais providências estão sendo adotadas com relação ao parcelamento do solo na área objeto da lide.

Atenciosamente,

CLÁUDIA DO ÁMARAL FURQUIM
Procuradora-Coordenadora em Substituição

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ DA LUZ ARAÚJO

Subsecretário da Secretaria de Estado de Fiscalização das Atividades Urbanas - SEFAU
SCS Venâncio 2000 Bloco B 5º andar sala 103
Brasília-DF 70330-900

1567
1567

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDA-
DES URBANAS
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
Diretoria de Fiscalização RA V
Núcleo de Fisc. de Obras, Edificações e Urbanismo



MEMO

N.º 66/2006-NUFOEU/DIFIS/RA-V

Sobradinho -DF, 19 de setembro de 2006.

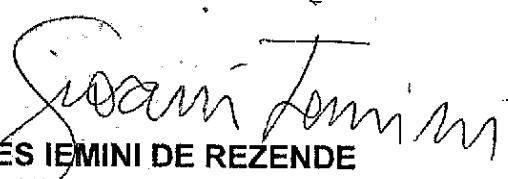
À DIFIS RA V,

Em atenção ao ofício nº 4530/06-GAB/PROMAI, solicitando desta Secretaria as providências adotadas em relação ao condomínio RK, temos a informar o que se segue:

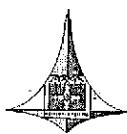
- O parcelamento irregular de terra foi reconhecido e embargado em 26/10/1994, de acordo com o Auto nº 238/98 DRLFO/ADM/RA-V, em cópia anexa.
- De acordo com o IPIS nº32/94, em cópia anexa, na data de 09/11/1994 a área foi novamente vistoriada e foram recolhidos os dados constantes no documento.
- Cumprindo as determinações do decreto 3906/77 e da lei 944/69 e respondendo ao Oficio 1148/97- PRODEMA, em 01/06/97 foi informado em documento com cópia anexa a situação do condomínio à época.
- Apresentamos, também em cópia anexa, a Escritura Pública de compra e venda do referido condomínio, apresentada à divisão de fiscalização.

Acentuamos que constam em nossos arquivos mais de 200 (duzentos) embargos e autos relativos ao condomínio, demonstrando que a fiscalização mantém-se atenta ao problema.

Atenciosamente,


GIOVANI GUEDES IEMINI DE REZENDE
Chefe do-NUFOEU RA-V
Mat. 135 999-1

100
QQ
1568



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO



OFÍCIO nº 628/2006 – SUFIS/SEFAU

Brasília, 18 de Setembro de 2006

Senhora Procuradora;

Sirvo-me do presente para, ao tempo que o cumprimento, encaminhar a Vossa Senhoria o presente expediente esclarecendo que, por insuficiência de dados, não foi possível localizar o objeto de interesse para que esta Secretaria de Estado venha a atuar no âmbito de sua competência.

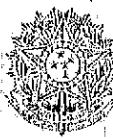
Atenciosamente,

JOSÉ DA LUZ ARAÚJO
Subsecretário

RECEBIDO
Em 19/09/06 às 17:59h

Kátria _____
SEMAI/PROMAI
Síglia do órgão

A Senhora
CLAUDIA DO AMARAL FURQUIM
Procuradoria – Geral do Distrito Federal
Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário
SAM, Bloco I, Edifício Sede da PG/DF – 1º andar
CEP 70.620-000 Fone: 3325-3357 Fax: 3325-3359



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

PROCESSO : 64.120-9 (2000)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

RÉUS : CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK E OUTROS

OITAVA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Vistos etc ...

Conforme se vê dos autos, às fls. 39/40, foi deferida
liminar nos seguintes termos:

"Com tais fundamentos, defiro o pedido de tutela
liminar para determinar as seguintes providências
acautelatórias:

a) suspender todas as atividades voltadas à
implantação do Condomínio RK, consistentes em obras de
engenharia civil (terraponagem; remoção de terra; abertura
de vias e ruas; edificações de qualquer ordem), assim como a
realização de qualquer negócio jurídico, com terceiros,
envolvendo lotes ou frações ideais do domínio sobre o imóvel;

b) determinar ao segundo réu - Distrito Federal -
por intermédio de sua Secretaria de Meio Ambiente e
Recursos Hídricos, com auxílio policial, se necessário, que
fiscalize o cumprimento das determinações supra;

c) intimar todos os réus para cumprimento, sob
pena de sujeição em responsabilidade solidária, à multa no
valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), calculados por cada
dia de desobediência, cumulativamente.

287C
1570

Tal decisão foi confirmada pela Superior Instância com a seguinte ressalva constante do AGI 5315-6, *in verbis*:

"Isto posto, dou provimento em parte ao presente agravo, a fim de cassar parcialmente a liminar deferida, tocante ao Distrito Federal, única e exclusivamente, permanecendo válida e íntegra no mais."

As fls. 276, foi proferida a seguinte decisão em face de notícia de descumprimento da ordem limiar:

"A decisão liminar de fls. 39/41 desautoriza toda e qualquer edificação no âmbito territorial ali estabelecido, cabendo ao segundo réu fiscalizar o integral cumprimento da medida."

O Ministério Público, às fls. 1636/1637, reitera pedido anteriormente formulado de expedição de mandado de verificação do local.

Com efeito, conforme se vê dos documentos que foram acostados aos autos com a manifestação ministerial de fls. 1268/1270, edificações diversas estariam sendo indevidamente realizadas na área objeto dos autos, o que redundaria no reconhecimento do descumprimento injustificado da ordem judicial liminar, o que não pode ser tolerado, pois o comando judicial visa, em última análise, à manutenção da situação fática ao tempo do ajuizamento da ação e à prevenção de danos outros ao meio ambiente.

Assim, determino a expedição de Mandado de Verificação a ser cumprido com apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente – DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas – SEFAU, entidades que, diante do descumprimento verificado deverão tomar as medidas administrativas cabíveis que entenderem necessárias. Intime-se o Distrito Federal para que informe acerca das

voltar

Circunscrição :1 - BRASILIA

Processo : 2000.01.1.064120-9

Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA

DECISÃO.

Assim, determino a expedição de Mandado de Verificação a ser cumprido com apoio da Delegacia Especial do Meio Ambiente - DEMA e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas - SEFAU, entidades que, diante do descumprimento verificado deverão tomar as medidas administrativas cabíveis que entenderem necessárias. Intime-se o Distrito Federal para que informe acerca das providências que vêm sendo adotadas no âmbito administrativo e, também, o Condomínio RK para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os fatos noticiados às fls. 1268/1270, pelo autor da ação.

Expeça-se mandado que deverá ser instruído com os documentos de fls. 268/275 e cópia da petição de fls. 1268/1270 e documentos que a ela são pertinentes.

Intimem-se.

Brasília/DF, 24 de agosto de 2006.

GISLAINE CARNEIRO CAMPOS REIS
JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA

167
Q
1572

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO



Of. nº 2192/2006-SIV-Solo

Brasília, 19 de setembro de 2006.

Referência: Ofício nº 4532/2006-GAB/PROMAI
Endereço: Condomínio RK – Sobradinho/DF
Anexos/Cópias: Relatório de Vistoria e Levantamento nº 009/2006/SIV-Solo;
Relatório de Vigilância e Fiscalização nº 1028/2005/SIV-Solo;
Relatório de Fiscalização e Vigilância nº 049/2001/SIV-Solo;
Relatório de Fiscalização e Vigilância nº 044/2001/SIV-Solo;
Relatório de Fiscalização e Vigilância nº 036/2001/SIV-Solo.

Excelentíssima Procuradora,

Venho pelo presente, ao tempo em que a cumprimento, acusar recebimento do Ofício nº 4532/2006-GAB/PROMAI, onde Vossa Excelênciia solicita o envio de informações acerca das providências adotadas sobre o parcelamento do solo no local denominado Condomínio RK, na Região Administrativa de Sobradinho.

Em atenção ao Vosso pleito, carreio cópias dos documentos em anexo, conforme requerido.

Respeitosamente,

RECEBIDO
DM, 19/09/06 às 17:53 h
ALMIR MAIA RIBEIRO
Subsecretário
SEMAI/PROMAI
Síglia do órgão
Assinatura

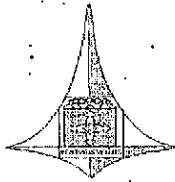
Almir Maia Ribeiro
ALMIR MAIA RIBEIRO
Subsecretário

Excelentíssima Senhora

CLÁUDIA DO AMARAL FURQUIM

Procuradora-Coordenadora Substituta

Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário - PROMAI



1573

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e
Imobiliário.

EXERÇA A CIDADANIA!
FISCALIZE NO DIA-A-DIA

Ofício nº 4532/2006-GAB/PROMAI

Brasília, 11 de setembro de 2006

Ref.: AS nº 10176/00 (Dr. Paulo)

Feito: Ação Civil Pública nº 64120-9/00 – 8ª VFPDF

Autores: MPDFT x Distrito Federal

Senhor Subsecretário,

Para ciência e adoção das providências cabíveis no âmbito da competência desse Sistema, encaminho a Vossa Excelência cópia da sentença proferida nos autos da ação à epígrafe, ao tempo em que solicito a gentileza de informar, no prazo de 10 (dez) dias, a esta Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário quais providências estão sendo adotadas com relação ao parcelamento do solo na área objeto da lide.

Atenciosamente,

CLÁUDIA DO AMARAL FURQUIM
Procuradora-Coodenadora em Substituição

A Sua Excelência o Senhor

ALMIR MAIA RIBEIRO

Subsecretário do Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo - SIVSOLO

SIA Trecho 08 Lote 160

Brasília-DF - CEP: 71205-080

Governo do Distrito Federal

167
1574



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO E ATIVIDADES URBANAS
SUBSECRETARIA DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO



RELATÓRIO DE VISTORIA E LEVANTAMENTO DA ASTEC

Número: 009 /2006

RA : V - Sobradinho/ DF

Data : 16 de fevereiro de 2006.

Início: 08:00h

Término: 12:00h

Local: Condomínio RK, Lote 20, Quadra "N", Setor Antares.

Missão: Vistoria e Levantamento

Documento da Referência: Ofício nº 6236/2006 – GAB/PROMAI.

Documentos Anexos:

Órgãos Envolvidos: SIV-Solo.

HISTÓRICO *in loco*

Cumprindo determinação contida no documento da referência foi realizado deslocamento ao endereço supra citado, onde foi constatado que o lote mede aproximadamente 500m², não é cercado e existe uma casa em alvenaria, medindo aproximadamente 150m², onde residem 04 pessoas a mais de 05 anos. A energia é legalizada e a água é através de poço. No local foi mantido contato com a Sr^a Natália Cristiane, que é filha do Sr. Nilton, Telefone 3302-1194, vale ressaltar que no condomínio, existe mais de 300 casas construídas e habitadas e as ruas internas são asfaltadas e existe iluminação pública e segurança própria.

FÁBIO LIMA DOS SANTOS
Agente de Fiscalização e Vigilância
Mat. 96.468-9

PARECER DA ASTEC.

1 - Senhor Subsecretário, convém oficiar a:

- () PROMAI
() PROURB
() DEMA
() SEMARH
(X) TERRACAP ~~_____~~
() SEDUH
() Responder ao Disque Denúncia;
() Remeta-se cópia à RA _____, para ciência e providências;
() SEAPA
() INCRA
(X) SEFAU ~~_____~~

Brasília-DF, em 17 de FEVEREIRO de 2006.

ASTEC

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

OF. 552/06
V/TERRACAP
AT 15/02/2006



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA

1575

RELATÓRIO DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO

Número: 1.028/2005

Data: 22 de setembro de 2005

Local: Condomínio RK, conjunto Antares, Chácara "B" lote 24.

Missão: Vigilância e Fiscalização

Documento da Referência: Memorando nº 102/05 – OUV/SSPDS

Documentos Anexos: Atendimento nº 73270.

Órgãos Envolvidos: SIV-Solo.

RA: V – Sobradinho/DF

Início: 09h:30min Término: 12h:00min

HISTÓRICO

Objetivando cumprir o despacho no verso do documento em referência, tenho a informar que:

Realmente existia um barraco de madeira e alvenaria de aproximadamente 10 m², o qual o proprietário foi intimado a demolir de imediato, conforme Auto de Intimação Demolitória nº 22519/DIFIS/RA V.

Em nova vistoria, constatamos que o proprietário já realizou a retirada do barraco.

Convém encaminhar a DEMA, para que tome conhecimento da situação, haja vista que houve movimentação de terra em de encosta, provavelmente dano ambiental.

Participaram da Vigilância e Fiscalização:

SIV – SOLO: Sd Carlos Lima.

SEFAU: Fiscal Renato mat 27.499/2

JOSE CARLOS XAVIER DE LIMA
JOSE CARLOS XAVIER DE LIMA
Agente de Vigilância
MAT. 122.506/5

SENHOR SUBSECRETÁRIO CONVÉM:

- () Encaminhar à GEPLAN para estatística;
() Encaminhar à GEPLAN para operacionalizar;
() Encaminhe-se à ASTEC para providências;
() Encaminhar à GEROP para as providências;
() Encaminhar à SEFIS/SEFAU para análise, conhecimento e pronunciamento;
() Encaminhar à SUPAR/SEDUH Subsecretaria de Análise e Parcelamento urbanos para providências;
(X) Manter vigilância;

(X) Oficiar à (ao);

() PROMAI

() PROURB

(X) DEMA *para ações de fiscalização;*

() SEMARH

() TERRACAP

() SEDUH

() Responder ao Disque Denúncia;

() Remeta-se cópia à RA _____, para ciência e providências;

() SEAPA

() INCRA

() SEFAU

(X) Encaminhar à DPO para licenciamento de fiscalizações;

X Ass Adm /DPO

Oferece-se ao SOT/OUT

DPO

DPO

Brasília-DF, em 31 de Setembro de 2005.

Lázaro de Deus Batista
Lázaro de Deus Batista
GERENTE DE VIGILÂNCIA

GERENTE DE VIGILÂNCIA

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

167
EQ
1576

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA

RELATÓRIO FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA DE CONDOMÍNIOS

Número: 049/01 Data: 29MAR01 RA: V – SOBRADINHO

Local: Condomínio RK

Órgãos Envolvidos: SIV-Solo - RA V

Documentos de Referência: Determinação Verbal do Gerente de vigilância

Missão: Vigilância e fiscalização

Anexos: 04 (quatro) cópias de auto de infração

HISTÓRICO

Por determinação do Gerente da GEVIG, esta equipe deslocou-se juntamente com os fiscais da RA V Sr. Dimas e o Sr. Moraes, a fim de coibir invasão ou uso irregular do solo em área pública.

No local foi constatada construção irregular, no que de imediato os fiscais em tela, lavraram os autos de infrações por estarem descumprindo embargos lavrados em datas anteriores.

Eis as residências e os respectivos proprietários que receberam os autos de infrações:

Condomínio RK conj. Centauros Q "I" Lt. 26 de propriedade do Sr. José Luis Nazza Júnior - auto nº 4205.

Condomínio RK conj. Centauros Q. "Q" lote 24 de propriedade do Sr. Victor Gonçalves da Costa – auto nº 4206

Condomínio RK conj. Centauros Q."S" lote 13 de propriedade do Sr. André Luis P. da Silva – auto de infração nº 4210.

Condomínio RK conj. Centauros Q."Q" lote 14 de propriedade do Sr. Antony Ribeiro da Silva – auto nº 4208.

Governo do Distrito Federal

Seção de Segurança Pública Participaram da fiscalização:

Setor de Vigilância do Uso do Solo

10 de 04 de 2001 SIV-Solo – CB BANDEIRA E O Sr. DINARTE

RA V – Fiscais – Sr. MORAES E O Sr. DIMAS

Adão de Souza Bandeira

ADÃO DE SOUZA BANDEIRA - CB QPPMC

SIV-SOLO

(X) À GEPLAN para providências;

- Remeta-se à (ao): () MPDFT

() Providencie operação /

() Procuradoria;

(X) Cópia à RA

() Cópia à DEMA;

() Cópia à TERRACAP

of. ne 108205
P/RAV em
17/04/01

- De acordo

- Ofício-X

10/04/01

Brasília – DF, em 09 de Abril

de 2001

José Santos Lacerda
Setor de Segurança Pública SIV-SOLO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 4208 1577

AUTO DE INFRAÇÃO

VIAS 1ª VIA - PROCESSO

DIA / MÊS / ANO

HORA

29/03/2001

15:30

LOCAL DA LAVRATURA

COND. RK CENTAUREOS Q. "Q" LT. 44

AUTUADO

NOME/RAZÃO SOCIAL *ANTONY Ribeiro da SILVA*

CPF/CGC

INSCRIÇÃO GDF

DOMICÍLIO FISCAL COND. RK CENTAUREOS Q. "Q" LT. 44

CIDADE SOBRADINHO - DF

CEP

ALVARÁ

DESCRIÇÃO DO(S) FATO(S) E ENQUADRAMENTO LEGAL

- DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO N.º 734 DE 15/12/2000
- ÁREA DA OBRA: 192,00m²
- FASE DA OBRA: ESQUADRIAS TOTALMENTE INSTALADAS.

Hozanah Pereira do Nascimento

A 2ª VIA DESTA FOI RECUSADA PELA SR. HOZANAH PEREIRA DO NASCIMENTO, BOMBEIRO EXTERISTA.

ARTIGO(S)	165 INCISO V	LEI(S) DECRETO(S)
	166 INCISO III	
	167 INCISO	

2.105/98

Face ao que dispõe a legislação, fica o infrator sujeito a multa de R\$ 160,00 — Unidade Padrão do DF. Lavrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao AUTUADO que tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de autuação para recolher a multa acima demonstrada ou apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de revelia.

ASSINATURA FISCAL/MATRÍCULA

91451-7

ASSINATURA DO AUTUADO

O AUTUADO RECUSOU A ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

Não tendo sido colhido a assinatura pelo motivo assinalado, deixada a 1ª via deste Auto no local.

TESTEMUNHAS:

B. Souza

06989-2

J. Lima

37747-3



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 4210 1578
187
60

AUTO DE INFRAÇÃO

VIAS 1^ª VIA - PROCESSO

DIA / MÊS / ANO

HORA

29/03/2001 15:35

LOCAL DA LAVRATURA

Constr. RK Centauros Q. "S" Lt. 13

AUTUADO

NOME/RAZÃO SOCIAL Andre Luiz Pereira da Silva

CPF/CGC

INSCRIÇÃO GDF

DOMICÍLIO FISCAL Constr. RK Centauros Q. "S" Lt. 13

CIDADE SOBRADINHO - DF

CEP

ALVARÁ

DESCRIPÇÃO DO(S) FATO(S) E ENQUADRAMENTO LEGAL

- DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO N.º 733 DE 15/12/2000
- ÁREA DA OBRA: 187,20 m²
- FASE DA OBRA: Aeronavegabilidade completa e concvidada e reboco concvidado, casse concvidado e esquadriados.

A 2^ª via deste foi recebida pelo sr. Francisco Rodrigues dos Santos, mestre de OBRAS, que RECUSOU-SE À ASSINAR

ARTIGO(S)	LEI(S) DECRETO(S)
165 INCISO V	
166 INCISO III	2.105/98
167 INCISO I	

Face ao que dispõe a legislação, fica o infrator sujeito a multa de R\$ 155,00. ~~Declaro que não tenho defesa escrita~~
Lavrrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2^ª via ao AUTUADO que tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de autuação para recolher a multa acima demonstrada ou apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de revelia.

ASSINATURA FISCAL/MATRÍCULA

91451-7

ASSINATURA DO AUTUADO

O AUTUADO RECUSOU A ASSINAR O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

Não tendo sido colhido a assinatura pelo motivo assinalado, deixada a 1^ª via deste Auto no local.

Braga

06989-2

Silva

37747-3

TESTEMUNHAS:



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 4206 1579

AUTO DE INFRAÇÃO

VIAS 1ª VIA - PROCESSO

DIA / MÊS / ANO HORA
29/03/2001 15:08

LOCAL DA LAVRATURA
COND. RK CENTAUREOS S. "Q" LT. 24

AUTUADO

NOME/RAZÃO SOCIAL VÍTOR GONÇALVES DA COSTA

CPF/CGC

INSCRIÇÃO GDF

DOMICÍLIO FISCAL COND. RK CENTAUREOS S. "Q" LT. 24

CIDADE SOBRADINHO - DF

CEP

ALVARÁ

DESCRIÇÃO DO(S) FATO(S) E ENQUADRAMENTO LEGAL

- DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO N.º 731 DE 15/12/2000
- ÁREA DA OBRA: 263 m²
- FASE DA OBRA: Revestimento iniciado e cobertura completa

A 2ª VIA DESTE FOI RECEBIDA POR Antônio Dias de Souza
mesmo de OBRA. x Antônio Dias de Souza

ARTIGO(S) 165 INCISO V
166 INCISO III
167 INCISO II

LEI(S) DECRETO(S)

2.105/98

Face ao que dispõe a legislação, fica o infrator sujeito a multa de R\$ 332,16 → Unidade Padrão do DF.
Lavrrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao AUTUADO que tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de autuação para recolher a multa acima demonstrada ou apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de revelia.

ASSINATURA FISCAL/MATRÍCULA

O AUTUADO RECUSOU A ASSINAR

ASSINATURA DO AUTUADO

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

Não tendo sido colhido a assinatura pelo motivo assinalado, deixada a 1ª via deste Auto no local.

TESTEMUNHAS:

Adm de Sane Bandeira 06989-7
Gilma 37247-3



**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS**

Nº 4205 1580

AUTO DE INFRAÇÃO

VIAS **1^ª VIA - PROCESSO**

DIA / MÊS / ANO	HORA	LOCAL DA LAVRATURA
29 / 03 / 2001	15:50	COND. RK CENTAUROS Q. I LT. 26
AUTUADO		
NOME/RAZÃO SOCIAL JOSÉ LUIS MAZZA JUNIOR		
CPF/CGC	INSCRIÇÃO GDF	
DOMICÍLIO FISCAL COND. RK CENTAUROS Q. I LT. 26		
CIDADE COBRAMINHO	CEP	ALVARÁ

DESCRÍÇÃO DO(S) FATO(S) E ENQUADRAMENTO LEGAL

- DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO N° 736 OF
21/12/2000
 - ÁREA DA OBRA: 256,69
 - FASE DA OBRA: ALVENARIA TERRAS E BASE CONCLUIDAS.
ALVENARIA DO 2º PAVIMENTO INICIADA E ESTABILIZADA.

A 2^a NIA DESTA FOI RECEBIDA PENO SR. DIONÍZIO FERREIRA
PINTO, PROREVISOR. Dionizio Ferreira Pinto.

ARTIGO (S)	LEI(S) DECRETO(S)
165 INCISO V	2-105/98
166 INCISO III	
167 INCISO II	

Face ao que dispõe a legislação, fica o infrator sujeito a multa de R\$ 332,10 União - Padrão do DF.
Lavrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao AUTUADO que tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de autuação para recolher a multa acima demonstrada ou apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de revellia.

ASSINATURA FISCAL / MATRÍCULA

Ref: 91451-7

ASSINATURA DO AUTUADO

1

O AUTUADO RECUSOU A ASSINAR

1

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

Não tendo sido colhido a assinatura pelo motivo assinalado, deixada a 1^a via deste Auto no local.

TESTEMUNHAS:

166
EQ
1581

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA

RELATÓRIO FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA DE CONDOMÍNIOS

Número: 044/01 Data: 20MAR01 RA: V - SOBRADINHO

Local: Condomínio R.K.

Órgãos Envolvidos: SIV-Solo - RA V

Documentos de Referência: Determinação Verbal do Gerente de vigilância

Missão: Vigilância e fiscalização

Anexo: 04 (quatro) cópias de Auto de Embargo

HISTÓRICO

Por determinação do Sr. Gerente da GEVIG, está equipe em companhia dos fiscais da RA V Sr. Dimas, nos deslocamos ao condomínio R.K. em fiscalização de área, onde foi constatada construção irregular pelo fiscal que imediatamente lavrou o auto de embargo de tais obras, conforme cópias em anexo.

Condomínio R.K. conjunto Antares Qd. Q lote 19, obra em construção, piso no contrapiso, paredes pela metade, pronto para receber a laje, obra com aproximadamente 130m², de propriedade da Sra. Verônica Araújo RG 728247/DF.

Condomínio Antares Qd. O lote 20 obra em construção alicerce pronto, ferragens preparadas, obra com aproximadamente 273m², de propriedade do Sr. Miguel Batista N. de Sousa.

Condomínio R.K. conjunto Centauros Qd.s lote 03 obra com paredes pala metade, 10 cômodos, 04 banheiros, piso no chão batido, aproximadamente 250m² de construção de propriedade do Sr. Jesus Salvador Martins.

Condomínio R.K. conjunto antares, Qd.L lote 06, prédio comercial em fase de construção alicerce todo pronto, paredes laterais pela metade bastantes tijolos, ferros, britas, areia, de propriedade do Sr. Moises, obra embargada.

Outrossim, informo que essa equipe fez um patrulhamento em todo o condomínio R.Q, não foi observada nenhuma anormalidade em toda a área. Também fiscalizamos o Condomínio Bougainville, tudo sem alteração.

Governo do Distrito Federal
Secretaria de Segurança Pública

Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo
ECEBID, em 02 de 04 de 2001

hs: 14:30 h

l^a de controle: 351

Participaram da fiscalização:

SIV-Solo – CB BANDEIRA E O Sr. DINARTE

RA V – Fiscal – Sr. DIMAS

Adão de Souza Bandeira
ADÃO DE SOUZA BANDEIRA - CB QPPMC

SIV-SOLO

Matr.

(X) À GEPLAN para providências; () Providencie operação

- Remeta-se à (ao): (X) MPDFT, TR nº 27 - CONS RA

() Procuradoria;

(X) Cópia à RA X

() Cópia à DEMA;

() Cópia à TERRACAP

of. 357101

pl RA V.

em 11/04/01

com Francisco de Brasília - DF, em 3º de Marc de 2001

De acordo
- Vide verso
03/04/01

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 0031

1582

AUTO DE EMBARGO

1ª Via - Processo

DIA / MÊS / ANO HORA

LOCAL DA OBRA

20/03/2001

15:06

Constr. RK constr. Antares CL 06

PROPRIETÁRIO / RESPONSÁVEL

NOME / RAZÃO SOCIAL

Moisés

CPF / CNPJ

ENDERECO: Constr. RK constr. Antares CL 06

CIDADE: SOBRADINHO

CEP

TELEFONE

DESCRIÇÃO DA OBRA

COMERCIAL

INDUSTRIAL

RÉSIDENCIAL

OUTROS

OBRA NOVA

ACRÉSCIMO

PROJETO APROVADO

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO/LICENÇA

ESTÁGIO DA OBRA

ÁREA CONSTRUÍDA

ÁREA DE PROJETO

Descrição

ETAPAS	INICIADA	CONCLUÍDA
MOV. TERRA		X
TAPUME/CERCA	—	—
FUNDAÇÕES		X
ESTRUTURA	X	—
INST. ELÉTRICA	—	—
INST. HIDROSANITÁRIA	—	—
INST. TELEFÔNICA	—	—
ALVENARIA	*	—
COBERTURA	—	—
ESQUADRIAS	—	—
REVESTIMENTOS	—	—
VIDROS	—	—
PISO	—	—
PINTURA	—	—
OUTROS	—	—

OBS.: EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM
PAREDES NA ALTURA 1,70.

X (Assinatura)

OBS.: A 2ª. via foi recusada pelo sr.
Carmo Antonio da Silva, ARMADOR
DA FERRAGEM que se encontrava no local

ARTIGO PAR. 2º ART. 174

LEI / DECRETO 2.105/98

Lavrei o presente auto em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao infrator. O não cumprimento
ao embargo, caracteriza o crime de desobediência, capitulado no artigo 330 do Código Penal.

ASSINATURA FISCAL / MATRÍCULA

ASSINATURA NOTIFICADO

RJ/001 91451-7

O AUTUADO RECUSOU ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

TESTEMUNHAS:

(Assinatura)

06/08/98



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 0032

1583

AUTO DE EMBARGO

1ª Via - Processo

DIA / MÊS / ANO	HORA
20/03/2001	15:20

LOCAL DA OBRA	
Covo. RK conj. Antares Qd. "Q" Lt. 19	

PROPRIETÁRIO / RESPONSÁVEL

NOME / RAZÃO SOCIAL		Veronica Araújo	
CPF / CNPJ		26.728.247	
ENDERECO		Covo. RK conj. Antares Qd. "Q" Lt. 19	
CIDADE	Sobradinho	CEP	TELEFONE

DESCRÍÇÃO DA OBRA

COMERCIAL	<input type="checkbox"/>	INDUSTRIAL	<input type="checkbox"/>	RESIDENCIAL	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTROS	<input type="checkbox"/>
OBRA NOVA	<input checked="" type="checkbox"/>	ACRÉSCIMO	<input type="checkbox"/>	PROJETO APROVADO	<input type="checkbox"/>	ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO/LICENÇA	<input type="checkbox"/>

ESTÁGIO DA OBRA

ÁREA CONSTRUÍDA			ÁREA DE PROJETO
ETAPAS	INICIADA	CONCLUÍDA	Descrição
MOV. TERRA		X	
TAPUME/CERCA		X	
FUNDАOES		X	
ESTRUTURA	X		
INST. ELÉTRICA	—	—	
INST. HIDROSANITÁRIA	—	—	
INST. TELEFÔNICA	—	—	
ALVENARIA	X		OBS: EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA NA
COBERTURA	—	—	FASE DE CHATA, COM ASSOTINADAMENTE
ESQUADRIAS	—	—	130m²
REVESTIMENTOS	—	—	<i>JJ</i>
VIDROS	—	—	<i>JJ</i>
PISO	X		OBS: A 2ª VIA FOI RECIBIDA PELA Sra.
PINTURA	—	—	José Ferreira de Lima ONTUADO AO INTERES-
OUTROS	—	—	SADO.

ARTIGO PAR 2 ART. 174 LEI / DECRETO

2.105/98

Lavrei o presente auto em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao infrator. O não cumprimento ao embargo, caracteriza o crime de desobediência, capitulado no artigo 330 do Código Penal.

ASSINATURA FISCAL / MATRÍCULA
Ronaldo 91451-7

ASSINATURA NOTIFICADO

O AUTUADO RECUSOU ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

TESTEMUNHAS:

Benderleis 069892



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 0033

1584

AUTO DE EMBARGO

• 1ª Via - Processo

DIA / MÊS / ANO	HORA
20/03/2001	15:40

LOCAL DA OBRA	
Cond. RK cons. Anitares q. 0° lt. 20	

PROPRIETÁRIO / RESPONSÁVEL

NOME / RAZÃO SOCIAL

Miguel Batista Nogueira de Sousa

CPF / CNPJ

ENDEREÇO

Cond. RK cons. Anitares q. 0° lt. 20

CIDADE

Sobradinho

CEP

TELEFONE

DESCRÍÇÃO DA OBRA

COMERCIAL

INDUSTRIAL

RESIDENCIAL

OUTROS

OBRA NOVA

ACRÉSCIMO

PROJETO APROVADO

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO/LICENÇA

ESTÁGIO DA OBRA

ÁREA CONSTRUÍDA

ÁREA DE PROJETO

ETAPAS	INICIADA	CONCLUÍDA	DESCRIÇÃO
MOV. TERRA	X		
TAPUME/CERCA	X		
FUNDАOES	X		OBS.: EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA NA
ESTRUTURA	X		FASE CINTA DA FUNDAÇÃO, INICIADA.
INST. ELÉTRICA	—	—	COM APROXIMADAMENTE 273, m²
INST. HIDROSANITÁRIA	—	—	
INST. TELEFÔNICA	—	—	
ALVENARIA	—	—	
COBERTURA	—	—	
ESQUADRIAS	—	—	
REVESTIMENTOS	—	—	* 600m² Alvenaria q. 001
VIDROS	—	—	
PISO	—	—	OBS.: A 2.ª VIA FOI RECEBIDA POR
PINTURA	—	—	Márcio Antônio G. SANTOS MESTRE
OUTROS	—	—	as OBRAS DO INTERESSADO.

ARTIGO

PAR. 2º ART. 174

LEI / DECRETO

2.105/98

Lavrei o presente auto em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao infrator. O não cumprimento ao embargo, caracteriza o crime de desobediência, capitulado no artigo 330 do Código Penal.

ASSINATURA FISCAL / MATRÍCULA

ASSINATURA NOTIFICADO

O AUTUADO RECUSOU ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

TESTEMUNHAS:

Maia de Souza 06989-8



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SORBRADINHO - RA V
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 0034

1585

AUTO DE EMBARGO

1ª Via - Processo

DIA / MÊS / ANO HORA

20/03/2001 15:50

LOCAL DA OBRA

Constr. RK Conj. Centauros Qd. S Lt. 03

PROPRIETÁRIO / RESPONSÁVEL

NOME / RAZÃO SOCIAL

JESUS SALVADOR MARTINS

CPF / CNPJ

ENDERECO

Constr. RK Conj. Centauros Qd. "S" Lt. 03

CIDADE

SOBRADINHO

CEP

TELEFONE

DESCRIÇÃO DA OBRA

COMERCIAL

INDUSTRIAL

RESIDENCIAL

OUTROS

OBRA NOVA

ACRÉSCIMO

PROJETO APROVADO

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO/LICENÇA

ESTÁGIO DA OBRA

ÁREA CONSTRUÍDA

ÁREA DE PROJETO

ETAPAS

INICIADA

CONCLUÍDA

DESCRÍCÃO

MOV. TERRA

X

TAPUME/CERCA

X

FUNDАOES

X

ESTRUTURA

X

INST. ELÉTRICA

—

—

INST. HIDROSANITÁRIA

—

—

INST. TELEFÔNICA

—

—

ALVENARIA

X

OBS.: EDIFICAÇÃO em ALVENARIA com ALTURA DAS PAREDES DE 1,80 m com ÁREA APROXIMADA DE 2.00 m².

COBERTURA

—

—

ESQUADRIAS

—

—

REVESTIMENTOS

—

—

VIDROS

—

—

* Remanejado para Gomes

PISO

—

—

OBS.: A 2^a via este foi recebida pelo Sr. Raimundo Nonato Gomes, pedreiro

PINTURA

—

—

Sr. Raimundo Nonato Gomes, pedreiro

OUTROS

—

—

do interessado.

ARTIGO

PAR. 2º ART. 174

LEI / DECRETO

2.105/98

Lavrei o presente auto em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2^a via ao infrator. O não cumprimento ao embargo, caracteriza o crime de desobediência, capitulado no artigo 330 do Código Penal.

ASSINATURA FISCAL / MÁTRICULA

91451-7

ASSINATURA NOTIFICADO

O AUTUADO RECUSOU ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

TESTEMUNHAS:

Raimundo Gomes

06989-2

3686
1586

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DO USO DO SOLO
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA DE CONDOMÍNIOS

Número: 036 /2001 Data: 09MAR01 RA: V

Local: Condomínio RK SOBRADINHO

Órgãos Envolvidos: SIV-Solo -RA V

Documentos de Referência: Determinação Verbal do Gerente de vigilância

Documentos Anexos: 02 (duas) cópias de Auto de Infração

Missão: Vigilância e fiscalização.

HISTÓRICO

Por determinação do Sr. Gerente da GEVIG, esta equipe juntamente com fiscal da RA V Sr. Dimas e a Sra. Hiroshima, nos deslocamos em fiscalização de área, no sentido de coibir o uso do solo irregularmente e fiscalizar o uso ilegal de terras e áreas públicas.

Nos deslocamos ao Condomínio R K, onde foi lavrado dois Autos de Infração, por desobediência a embargo.

Residências que receberam o Auto de Infração:

Condomínio RK conjunto Antares Qd. "U" lote 12, de propriedade do Sr. Nelson Pereira Sousa.

Condomínio RK conjunto Antares Qd."U" lote 19, de propriedade do Sr. José Aparecido. Segue em anexo relação de duas cópias de Auto de Infração.

Participaram da fiscalização/vigilância:

SIV-Solo - CB BANDEIRA E O Sr. DINARTE

RA V – Sr. DIMAS E A Sra. HIROSHIMA (FISCAIS)

Adão de Souza Bandeira 06989-Z
ADÃO DE SOUZA BANDEIRA - CB QPPMC
SIV-Solo

(X) À GEPLAN para fins de estatística. () Providencie operação

- Remeta-se à (ao): () MPDFT
- () Procuradoria;
- () Cópia à RA V
- () Cópia à DEMA;
- () Cópia à TERRACAP
- () Manter vigilância

GEPLAN
PIRAU
10/03/01

Brasília - DF, em 19 de Março de 2001

Aente
19/3/2001

2887

	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS	Nº 0524 1587
AUTO DE INFRAÇÃO		VIAS: 1ª VIA - PROCESSO

DIA / MÊS / ANO	HORA	LOCAL DA LAVRATURA
09/03/2009	11:30	Condo. RK Gf. ANTARES Q. V LT. 12
AUTUADO		
NOME/RAZÃO SOCIAL: NELSON SOUZA PAUCA		
CPF/CFC	INSCRIÇÃO GDF	
DOMICÍLIO FISCAL: Condo. RK Gf. ANTARES Q. V LT. 12		
CIDADE: SOBRADINHO	CEP	ALVARÁ

DESCRIPÇÃO DO(S) FATO(S) E ENQUADRAMENTO LEGAL		
<ul style="list-style-type: none"> - DESCUMPLIMENTO DO AUTO DE EMBARGO Nº 726 DE 20/11/2008 - FASE DA OBRA Revestimento convencional e painel na intenção. - OBRA COM 277,7m² 		

OBS.: A 2ª via deste Auto foi recebida por CLAUDIA FERREIRA ANDRADE SILVA FUNCIONÁRIA DO INSTITUTO.

OBS.: Conforme consta de LIZ DA CFB o nome do proprietário é NELSON PEREIRA PAUCA.

ARTIGO(S)	165 INCISO I E V	LEI(S) DECRETO(S)
	166 INCISO III	2.105/98
	167 INCISO II	

Face ao que dispõe a legislação, fica o infrator sujeito à multa de R\$ 332,16 - REAIS Unidade Padrão do DF. Lavrará o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2ª via ao AUTUADO que tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de autuação para recolher a multa acima demonstrada ou apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de revelia.

ASSINATURA FISCAL/MATRÍCULA
91451-7808224-3

ASSINATURA DO AUTUADO

Cláudia M. F. da Silva

O AUTUADO RECUSOU ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

Não tendo sido colhido a assinatura pelo motivo assinalado, deixada a 1ª via deste Auto no local.

TESTEMUNHAS:

B. Andrade

06989-2



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
DIVISÃO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Nº 3375 15/88

AUTO DE INFRAÇÃO

MAS:
1ª VIA - PROCESSO

DIA / MÊS / ANO

HORA

09/10/2001 11:36

LOCAL DA LAVRATURA

COND. RK Q. ANTARES Q. V LT. 19

AUTUADO

NOME/RAZÃO SOCIAL JOSE APARECIDO

CPF/CGC

INSCRIÇÃO GDF

DOMICÍLIO FISCAL COND. RK Q. ANTARES Q. V LT. 19

CIDADE SOBRADINHO

CEP

ALVARÁ

DESCRIÇÃO DO(S) FATO(S) E ENQUADRAMENTO LEGAL

- DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO N.º 727
DE 20/11/2000
- OBRA COM APROXIMADAMENTE 300 m²
- FASE (obra) DA OBRA REVESTIMENTO DO PISO
NO 1º PAV.

A 2ª VIA DESTA FFI RECEBIDA POR ESPOSA DO
INTERESSADO A SRA. Ana Cristina de Oliveira.

ARTIGO(S)

165 INCISO I E V

LEI(S) DECRETO(S)

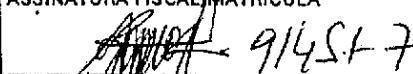
166 INCISO III

2.105/98

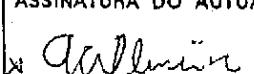
167 INCISO

Face ao que dispõe a legislação, fica o infrator sujeito a multa de R\$ 32,16 a Reais. Lavrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO em 04 (quatro) vias, destinando-se a 2a. via ao AUTUADO que tem o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de autuação para recolher a multa acima demonstrada ou apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, sob pena de revelia.

ASSINATURA FISCAL / MATRÍCULA

 914517

ASSINATURA DO AUTUADO



O AUTUADO RECUSOU ASSINAR

O AUTUADO NÃO SABE ASSINAR

Não tendo sido colhido a assinatura pelo motivo assinalado, deixada a 1a. via deste Auto no local.

TESTEMUNHAS:

1684

Q

1589



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS
GABINETE DO SECRETÁRIO



OFÍCIO

Nº 986/2006 – GAB/SEFAU

Brasília, 28 de setembro de 2006.

Ref: AS nº 10176/2000 (Dr. Paulo)

Feito: Ação Civil Pública nº 64120-9/00 – 8ª VFP/DF

Partes: MPDFT X Distrito Federal

Senhora Procuradora - Coordenadora Substituta,

Em resposta ao OF. nº 4530/2006-GAB/PROMAI, estamos remetendo as informações prestadas por Oneide Maria Dias Sirqueira, Diretora de Fiscalização - DIFIS/RA V.

Conforme informação prestada, o parcelamento irregular de terra foi reconhecido e embargado em 26/10/94, além de, em anexo, estar a cópia da Escritura Pública de compra e venda do referido condomínio, apresentada à divisão de fiscalização.

Por último, há ainda a informação de que constam nos arquivos daquela DIFIS mais de 200 embargos e autos relativos ao condomínio.

Segue documentação em anexo.

RECEBIDO	
Em 28/10/06 às 11h30	
RP/PC	SEMA
Assinatura do Orgão	

Atenciosamente,

JOSÉ RIBAMAR LÔBO CASTRO
Secretário

A Sua Senhoria a Senhora

CLAUDIA DO AMARAL FURQUIM

Procuradora - Coordenadora Substituta

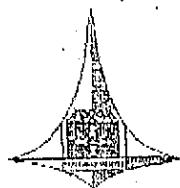
Procuradoria do Meio Ambiente e Patrimônio Urbanístico e Imobiliário - PROMAI

NESTA

DE : GAB/PROMAI

FAX : 6133253359

12 SET. 2006 16:04 Pág. 1



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e
Imobiliário.

ESTIMAR A CIDADANIA
FISCALIZE NO GIA-A-DIA

Ofício nº 4530/2006-GAB/PROMAI

Brasília, 11 de setembro de 2006

Ref.: AS nº 10176/00 (Dr. Paulo)

Feito: Ação Civil Pública nº 64120-9/00 – 8ª VFPDF

Autores: MPDFT x Distrito Federal

URGENTE!

Senhor Subsecretário,

Para ciência e acompanhamento da providência determinada pelo r. juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia da sentença proferida nos autos da ação à epígrafe, devendo essa Secretaria adotar as medidas administrativas que entender necessárias diante do descumprimento da liminar.

Solicito, ainda, a gentileza de informar, no prazo de 10 (dez) dias, a esta Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário quais providências estão sendo adotadas com relação ao parcelamento do solo na área objeto da lide.

Atenciosamente,

Cláudia do Amaral Furquim

CLÁUDIA DO AMARAL FURQUIM
Procuradora-Coordenadora em Substituição



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO / RA-V



MEMORANDO

N.º 218/2006/DIFIS/RA-V/SEFAU

Sobradinho, 25 de setembro de 2006.

PARA: SUBSECRETARIA/SEFAU

REFERÊNCIA: Despacho 880/2006-GT/SUFIS/SEFAU – Ref: Ofício nº 4530/2006
GAB/ PROMAI

Visando o atendimento ao Ofício nº 4.530/2006 – GAB/PROMAI, encaminhamos a Vossa Senhoria cópias das ações já realizadas por esta Diretoria de Fiscalização.

Solicitamos que esta Subsecretaria, na medida do possível, conceda um prazo maior para que possamos realizar as nossas tarefas naquele Condomínio. Tal solicitação se faz pelo prazo já vencido, devido a participação desta fiscalização em um curso.

Atenciosamente,

Oneide Maria Dias Sirqueira
ONEIDE MARIA DIAS SIRQUEIRA
Diretora de Fiscalização-DIFIS-RA-V

GO. N.º 00 DISTRITO FEDERAL

SOSOSP - DEPAB

Administração Regional 35

Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização da Obra

Número

AUTO DE EMBARGO E CONSTRUÇÃO

Aos 26 dias do mês de Outubro de 1976, às 8 horas, no setor _____, da quadra _____, sob a responsabilidade de _____, o sr. _____, fiscalizou a obra do lote lote 106 S.O.B.T.

sob a responsabilidade do(s) Adelmo Góes e Jair Bolsonaro
(Nome da firma ou responsável)

do diretor de São Paulo, verifiquei que
esta cidade, em 1903, possuia 300 mil habitantes.

CHARGE 300 CENTS PER PERSON

fato constitui infração ao(s) artigo(s) 1.º do § 3º da Lei nº 7.726/89

, lavrei o presente AUTO DE EMBARGO DE CONSTRUÇÃO vias, destinando-se à 1.a ao infrator que tem prazo de

crecer defesa, sob pena de revelia.

nas : Willing 634-3 BSB de Agosto de 1994

FISCAL

2500/7/02

1592

1693

INFORMAÇÕES SOBRE PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO

1593

GOVERNO FEDERATIVO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE

SOBRADINHO

IPIS N° 33 / 1593

NÚMERO DE CADASTRO : 467 N° PROCESSO: 030017307-92
 NOME DO PARCELAMENTO : RECENTE DOS ATORES II / Lote Rural PES. RK.
 LOCALIZAÇÃO : Fazenda / ARROIOZINHO OU SOBRADINHO.
 FÍSICA : FÍSICO DE ACESSO: 440
 RESPONSÁVEL P/ EMPREENDIMENTO : Carlos Víctor Moreira Benatti
 ENDEREÇO / TELEFONE : cont. LIVIANO Soares Leite 272-1367

INFORMAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE FATO DO LOTEAMENTO

1. PAVIMENTO: NÃO SIM / QUANTAS: 29 RUAS + 03 Avenida(s).
 2. ÁREA: NÃO SIM / QUANTAS: 085. ENERGIA PARCIAL RURAL
 3. REDE ELÉTRICA: NÃO SIM / QUANTAS: 2082 LOTES Res.
 4. REDE TELEFÔNICA: NÃO SIM / QUANTAS: 10 " EQUIPAMENTOS Comunit.
 5. POSTEAMENTO: NÃO SIM / QUANTAS: 41 " CONEXÕES
 6. PONTO ARTESIANO: NÃO SIM / QUANTAS: 01
 7. ÁGUAS PRIMAIS: NÃO SIM
8. ÁREA TOTAL DO EMPREENDIMENTO EM HA: 148,90 ha
 9. SUBDIVIDIDA EM LOTES: NÃO SIM / QUANTAS: 2133 GERADOS 03 PIQUETES 70205
10. DIMENSÃO DOS LOTES: + ou = 2 ha + 2 ha ÁREA DOS LOTES EM M²: 50900m²
 11. CONSTRUÇÕES CONCLUIDAS: NÃO SIM ALVEDARIA/QUANTAS: 04⁰⁴ MADEIRADA/QUANTAS: 0
12. OUTRAS EM ANDAMENTO: NÃO SIM ALVEDARIA/QUANTAS: 08⁰⁴ MADEIRADA/QUANTAS: 0
13. O EMPREENDIMENTO LOCALIZA-SE EM U.G.C? NÃO SIM / QUAL? SÃO BARTOLOMEU
14. O EMPREENDIMENTO NÃO LOCALIZA-SE EM U.G.C., MAS ESTÁ EM: - 0 - N° DA U.G.C. MAIS PRÓXIMA
15. DENTRO DA ÁREA EXISTEM RIOS, CORDOAS E NASCERES DE ÁGUAS DENOMINADAS: NÃO
16. DENTRO DA ÁREA EXISTEM CONSTRUÇÕES HABITADAS: NÃO SIM / QUANTAS: 08

PREENCHER SE FOR O CASO:

PARCELAMENTO NÃO LOCALIZADO: PARCELAMENTO IMPLANTADO EM OUTRA REGIÃO ADM.: QUAL

PARCELAMENTO NÃO IMPLANTADO DE FATO: PARCELAMENTO DESATIVADO:

PARCELAMENTO COM SITUAÇÃO INALTERADA, MESMA SITUAÇÃO CONSTATADA NO IPIS N°

PARCELAMENTO COM MAIS DE UM NOME = NOME / CÓDIGO DO OUTRO:

VISTORIA REALIZADA EM CONJUNTO COM:

04 V

VISTORIA REALIZADA EM: 09/11/1994

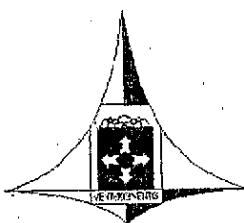
SÓ SOLO SÓ SIF TERRAS
52070 EXECUTIVO DEC 15773/94

NOME DO FISCAL/MATRICULA:

PONTO 20. S. SILVA 27999.2

OUTRAS

ASSINATURA DO FISCAL:



1694
EQ
1594

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS-SFZR

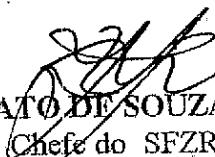
Sr. Diretor da DRFOP,

Atendendo ao OF. N.º 1148-97 PRODEMA, informamos que este Serviço de Fiscalização Rural efetuou no dia 19 de julho do corrente ano levantamento em conjunto com o SIV-SOLO no CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RK, sendo que foi elaborado o seguinte relatório:

- 1- Atualmente a área encontra-se ocupada por 33 construções em alvenaria.
- 2- Das 33 construções somente 06 estão habitadas.
- 3- Somente 3 construções estão obedecendo ao auto de embargo.
- 4- Algumas edificações já se encontram beneficiadas com a ligação de energia elétrica, bem como as instalações de postes em quase todo o loteamento.
- 5- A área loteada continua com grande especulação imobiliária.

Segue em anexo cópia dos autos de embargos, intimações e termos de apreensões de materiais no intuito de evitar o crescimento das edificações no loteamento em questão.

Em 01 de Julho de 1997


RENATO DE SOUZA SILVA
Chefe do SFZR



~~1695~~

EQ

Processo : 2000.01.1.064120-9
Ação : CIVIL PÚBLICA
Autor : MPDFT MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E DOS TERRITÓRIOS
Réu : CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK e outros

DESPACHO

Tendo em vista os novos documentos juntados aos autos em cumprimento à decisão precedente deste Juízo, dé-se vista às partes sobre o mandado de verificação de fls. 1653/1655, sobre a petição de fls. 1658 e documentos de fls. 1664/1694, pelo prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

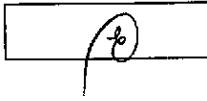
Brasília - DF, quinta-feira, 26 de outubro de 2006 às 16h23.

Gislaine Carneiro Campos Reis
Juiza de Direito Substituta





Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Oitava Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal

1596
Folha N^o 1696


Certificação de Publicação da Pauta

Processo : 2000.01.1.064120-9
Ação : CIVIL PUBLICA

Título : DESPACHO

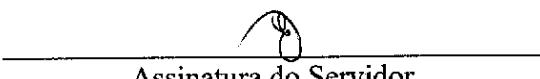
Texto Publicado: Nº 64120-9/2000 - Civil Publica - A: MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS. Adv(s): DF123321 - Ministerio Publico. R: CONDOMINIO RURAL RESIDENCIAL RK e outros. Adv(s): DF010795 - Joaquim de Arimatheia Dutra Junior. R: DISTRITO FEDERAL. Adv(s): DF013958 - Lenard Vieira de Carvalho. R: PEDRO PASSOS JUNIOR. Adv(s): DF01005A - Dirceu de Faria. R: CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI. Adv(s): DF001297 - Geraldo Nunes. "Tendo em vista os novos documentos juntados aos autos em cumprimento à decisão precedente deste Juizo, dê-se vista às partes sobre o mandado de verificação de fls. 1653/1655, sobre a petição de fls. 1658 e documentos de fls. 1664/1694, pelo prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se."Brasília 26/10/2006..

Pauta do dia 27/10/2006

Publicada no Diário de Justiça do DF no dia 06/11/2006 às fls. 107/111

Último Andamento do Processo: Autos Agd Publicacao de Despacho No DJ - 27102006

Certificado em 06/11/2006, segunda-feira


Assinatura do Servidor



1597
1697
cc

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Urbanístico e Imobiliário – PROMAI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 8^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº 64.120-9/2000

Ação Civil Pública

Autor: MPDF

**Réus: Distrito Federal e Condomínio Rural RK
(PET – 020)**

O DISTRITO FEDERAL, por seu Procurador, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho que o intimou a manifestar-se sobre os documentos de fls. 1653/1655, 1658 e 1664/1694, dizer que os autos estiveram no Gabinete de Vossa Excelência enquanto corria o prazo, razão por que os Estagiários não puderam nem fazer carga, nem fotocopiar os mencionados documentos.

Considerando que os autos hão de permanecer na Secretaria enquanto houver prazo em curso, o Distrito Federal requer a devolução do prazo para pronunciar-se.

Pede deferimento.

Brasília, 14 de novembro de 2006.

PAULO SEREJO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 11.869
(em substituição temporária)

CERTIDÃO

Certifico que transcorreu "in albis" o prazo para as

partes se manifestar sobre o despacho
de fl. 1695.

Brasília - DF, 08 de março de 2007.

Diretora de Secretaria

VISTA PESSOAL

Nesta data faço estes autos com
vistas ao **MINISTÉRIO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITÓRIOS.**

Brasília - DF 08/03/2007.

Diretora de Secretaria

RECEBIMENTO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

DATA DO RECEBIMENTO: 09/03/2007.

ASSINATURA: Rosilene

MATRÍCULA: 20877

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusão dos
presentes autos a (o) Promotor(a) de
Justiça.
Brasília - DF, 09/03/07

Rosilene

JUNTADA

Nesta data, junto a estes autos documento(s) de fl(s)
16981701
Brasília, 15 de março de 2007.

Diretora de Secretaria



1698
1598

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1º Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Autos nº 2000.01.1.064120-9

Ação Civil Pública

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS vem se manifestar nos seguintes termos.

Trata-se de ação civil pública proposta em desfavor do Condomínio Rural Residencial RK, do DISTRITO FEDERAL, de PEDRO PASSOS JÚNIOR, MÁRCIO DA SILVA PASSOS, ALAOR DA SILVA PASSOS, EUSTÁCHIO DE ARAÚJO PASSOS e CARLOS VICTOR MOREIRA BENATTI objetivando a cessação das atividades lesivas aos padrões urbanísticos e ao meio ambiente na área em que foi implantado o loteamento; a demolição de todas as edificações erguidas ilegalmente no local; a restauração da área degradada, bem como a reparação dos danos ambientais e urbanísticos.

Às fls. 39/41, o MM. Juiz de Direito ARLINDO MARES DE OLIVEIRA FILHO concedeu medida liminar para determinar as seguintes medidas acautelatórias:

"a) suspensão de todas as atividades voltadas à implantação do Condomínio RK, consistentes em obras de engenharia civil (terraplanagem, remoção de terras, aberturas de vias e ruas e edificações de qualquer ordem), assim como a realização de



qualquer negócio jurídico, com terceiros, envolvendo lotes ou frações ideais do condomínio sobre o imóvel.

b) determinar ao segundo réu – Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com auxílio policial, se necessário, que fiscalize o cumprimento das determinações supra.

c) intimar a todos os réus para cumprimento, sob pena de sujeição, em responsabilidade solidária, a multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), calculados por cada dia de descumprimento, cumulativamente”.

A liminar foi concedida em 15 de setembro de 2000 e encontra-se em pleno vigor com relação a todos os réus à exceção do Distrito Federal (como se verifica dos acórdãos de fls. 874/881, 887/894, 1165/1174)

Entretanto, conforme certidão do Oficial de Justiça de fls. 1653/1655, **não houve a suspensão das obras de implantação do Condomínio RK, havendo uma afronta à decisão judicial proferida às fls. 39/41.**

Ressalte-se que foi constatado pela Oficial de Justiça a existência de uma fábrica de pré-moldados no interior do loteamento, atividade extremamente poluidora e que demandaria um licenciamento ambiental específico por se tratar de atividade industrial.

Dessa forma, verifica-se que a situação fática litigiosa não está sendo preservada pelo Condomínio e que os danos ambientais se agravam a cada dia.

De acordo como artigo 461, §5º do Código de Processo Civil, “*para a efetivação da tutela específica o a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial”.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1700

1600

Da mesma forma, o artigo 888, inciso VIII do Código de Processo Civil prevê como medida provisional a ser ordenada pelo juiz na pendência da ação principal a seguinte: “*a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público*”.

Não há dúvidas de que, no presente caso, faz-se necessária a demolição das obras construídas irregularmente a fim de garantir o meio ambiente, a ordem urbanística e a própria efetividade da medida liminar concedida às fls. 39/41.

Pelo exposto, com base nos artigos 461, §5º e 888, inciso VIII do Código de Processo Civil, requer seja determinado ao Distrito Federal, por intermédio de seus órgãos administrativos, que promova a desfazimento/demolição das obras construídas irregularmente no Condomínio RK, devidamente descritas na certidão de fls. 1653.

Requer, ainda, a juntada de ofício encaminhado à DEMA requisitando o comparecimento de agentes policiais ao Condomínio RK para a autuação dos responsáveis pelo crime de desobediência.

Brasília/DF, 14 de março de 2006

CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça Adjunta



1701

1601

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

Praça Municipal, Lote 02, Eixo Monumental – Ed. Sede do MPDFT, sala 219 – CEP 70.094-900 - Fone: 3343-9989

Ofício nº 208/2007 – PROURB

Brasília/DF, 15 de março de 2007.

PI 08190.004686/06-80

Ao Senhor
ANTÔNIO ANAPOLINO DE SOUZA
DD. Delegado-Chefe da:
Delegacia do Meio Ambiente
SAI/SUDOESTE, Lote, Bloco D
70.610-200 - Brasília - DF

Assunto: Requisita instauração de Termo Circunstanciado

Senhor Delegado-Chefe,

Ao tempo em que o cumprimento, **requisito**, com esteio nos artigos 129, inciso VIII da C.F., art. 7º, inciso II e artigo 150, inciso II da Lei Complementar nº 75/93, o comparecimento dê agentes policiais ao Condomínio RK, situado no Lote 01 do Núcleo Rural I, Rodovia DF-440, Km 2, Sobradinho/DF, para identificarem os responsáveis pela prática do crime de desobediência à decisão judicial liminar proferida nos autos nº 64.120-9/02, lavrando-se o competente Termo Circunstanciado.

Segue em anexo cópias de peças do referido processo judicial que comprovam a ocorrência do crime previsto no artigo 330 do Código Penal.

Atenciosamente,

CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça Adjunta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
OITAVA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, atendendo ao disposto no art. 110, § 2º do Provimento Geral da Corregedoria, ENCERREI este volume, numerado até a folha 130, 160.

Brasília/DF, 09 / 05 / 2007.

Suona
p/ Diretora de Secretaria